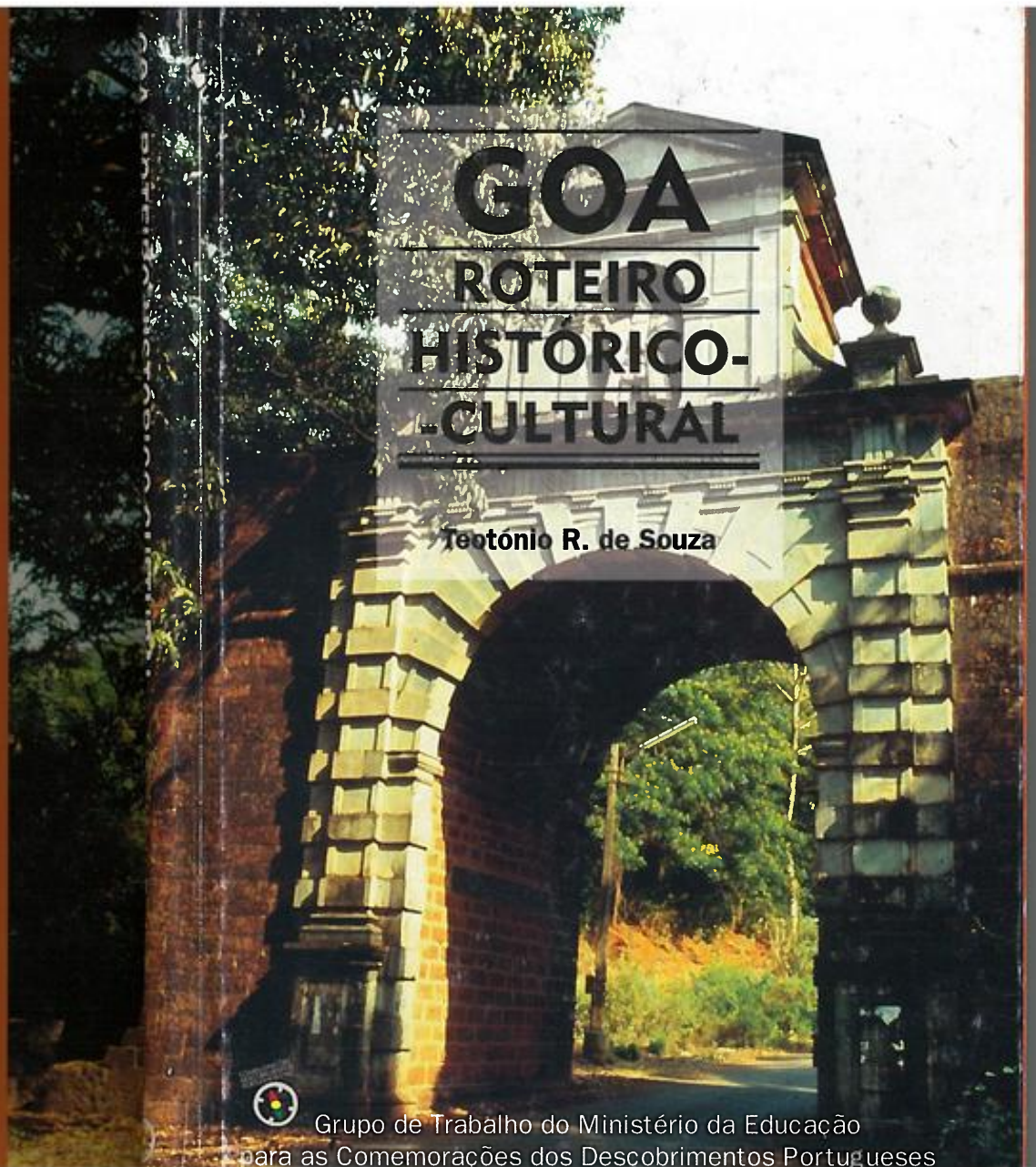
Teotónio R. de Souza nasceu em Goa (Mapuçá, Bardez). Fez os estudos primários e o curso do seminário menor da arquidiocese de Goa ainda durante o regime português em Goa. Cursou filosofia no seminário de Rachol (1963-67). Ingressou na Companhia de Jesus em 1967. Bacharel em Teologia e Licenciado em Filosofia (Ateneu Pontifício, Poona). Licenciado e Doutorado em História (Universidade de Poona). Director-Fundador do Centro Xavier de Investigações Históricas, Goa (1979-1994). Orientou teses de doutoramento na Universidade de Goa (1986-1994). Autor de *Medieval Goa* (Deli: Concept Publ., 1979, Lisboa: Ed. Estampa, 1994), *Goa to Me* (Deli: Concept Publ., 1994) e mais de uma centena de artigos de investigação sobre a história e a cultura de Goa e o cristianismo na Índia. Dirigiu e coordenou a publicação de vários livros sobre os mesmos temas, como *Indo-Portuguese History: Old Issues, New Questions* (1985), *Essays in Goan History* (1987), *Goa through the Ages: An Economic History* (1989), *Jesuits in India: In Historical Perspective* (1992), *Discoveries, Missionary Expansion and Asian Cultures* (1994). Optou pela recuperação da nacionalidade portuguesa em 1994. Vive presentemente em Portugal e continua as actividades profissionais de historiador.

ISBN 972-8186-28-2

GOA ROTEIRO HISTÓRICO--CULTURAL

Teotónio R. de Souza

Grupo de Trabalho do Ministério da Educação
para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

Ficha Técnica

Título: Goa, roteiro histórico-cultural

Autor: Teotónio R. de Souza

1.ª edição — 1996

Edição: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação
para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
Avenida Infante Santo, 68, 5.º-F, 1350 LISBOA

Capa e Design Gráfico: José Miguel Contreiras

Revisão: João Moreira

Impressão e acabamento: Facsimile, Lda

Tiragem: 3000 exemplares

Depósito Legal: 104 839/96

ISBN 972-8186-28-2

Na capa: «Arco dos Vice-Reis», Velha Goa, Goa
fotografia arquivo Teotónio R. de Souza.

ÍNDICE

MAHARASHTRA
KARNATAKA
PERNEM
Rio Chapora
BICHOLIM
SATARI
BARDEZ
Rio Mandovi
TISWADI (ILHAS)
Rio Zuari
PONDÁ
MORMUGÃO
OCEANO
ÍNDICO
SALCETE
SANGUEM
Rio Sal
Cabo
de Rama
QUEPÉM
CANÁCONA
Território conquistado em 1510
(Velhas Conquistas: Ilhas)
Território adquirido em 1543
(Velhas Conquistas: Bardez, Salcete
e Mormugão)
Fronteira de Goa com as Novas Conquistas
adquiridas na segunda metade do século XVIII
0 10 20 30 40 km

CARTA
do
Territorio Portuguez
de
GÔA
Coordenada
por
A. Lopes Mendes
1871
Convenções
Limite do T. Portuguez
" da antiga provincia
Milhas
Escala 1/100:000
Kil
DOMINIOS DO BOUNSULO
MANNARI
OCEANO INDICO
CANARÁ
PERNEM
BARDEZ
ILHAS
SALCETE
CANACONA
SANQUELIM
BICHOLIM
PONDÁ
MARGÃO
SANGUEM
CHANDOR
Ilha de Chorão
GOA
PANGIM
Tiracol
Rio Arondem
Aguada
Cabo
Rio Zuary
Mormugão
Cabo de Rama
Rachol
Gatte de Parvar
Lithographia da Imprensa Nacional

Gravura Arquivo Teotónio R. de Souza

Goa no fim do século xvi. Gravura de Linschoten

OLHAR E SENTIR GOA

O roteiro que aqui se apresenta é uma maneira, entre muitas possíveis, de visitar Goa. Apresentamos um roteiro que implica uma escolha subjectiva, excluindo talvez outros motivos de indubitável interesse, pela simples razão de que o visitante não terá tempo ilimitado à disposição. Torna-se necessário fazer uma escolha de perspectiva e uma escolha de percursos. É uma responsabilidade difícil que assumimos. Definimos um roteiro com duração de seis dias para um grupo de professores portugueses do ensino secundário, para quem este roteiro está prioritariamente dedicado. Mas não ignoramos o interesse de um público indiferenciado que decida utilizar este mesmo roteiro.

Considerando o interesse académico dos professores e também os objectivos do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que encomendou este roteiro e que promove a visita, procurou-se apresentar um roteiro histórico-cultural de Goa em que os vestígios de presença portuguesa de quatro séculos e meio se apresentam integrados na multissecular matriz cultural indiana. Isto significa que não vamos acompanhar os nossos visitantes para olhar simplesmente uma série de *sítios*, *monumentos* e outros *objectos* de interesse, mas prioritariamente para sentir e tentar compreender um povo no seu habitat — *goeses em Goa*. Para ajudar a olhar desta forma, temos de assumir que Goa e os goeses tiveram um longo passado antes de os portugueses lá chegarem, e que continuaram a enfrentar os desafios da vida depois de os portugueses de lá saírem. A presença portuguesa em Goa fica desta forma enquadrada num vasto panorama histórico-cultural de Goa e dos goeses. Se há 500 anos os portugueses olharam Goa e os goeses com interesses estratégicos de dominação e exploração, os portugueses de hoje só podem voltar a Goa para trocar olhares e procurar uma reaproximação e compreensão de sentimentos e preocupações dos dois povos. Isso só será possível conhecendo Goa e os goeses na perspectiva histórico-cultural adoptada neste Roteiro. Assim justificamos a importância dos

três ensaios introdutórios: **1**. *Goa na sua marcha pré-histórica e histórica*; **2**. *Goa: o seu sistema ecológico e alguns outros indicadores socioeconómicos*; e **3**. *Goa: uma fusão cultural em evolução*. Todos os sítios, monumentos e outros objectos que entrarem nos nossos percursos, ou os que individualmente escolhermos, adquirirão desta forma um sentido muito mais profundo, e poderão gerar sentimentos de respeito, compaixão, reverência, indignação, etc., perante a criatividade e o vandalismo cultural dos povos.

A descoberta de Goa como atracção turística internacional resultou do fenómeno *hippie* dos finais da década de 60. Em Goa já se tinha falado de turismo nos debates do Congresso Provincial no primeiro quartel deste século: falou-se da possibilidade da instalação de um Casino em Mormugão, onde os ingleses ajudaram a criar um importante centro portuário com ligação à rede ferroviária da Índia; falou-se em construir «chalés airosos» nas praias de Calangute, Colvá e Vasco da Gama; exprimiu-se o desejo de ver pontes sobre os rios de Chaporá, Mandovi, Zuari, Sal e Talpona; manifestou-se interesse em explorar o valor turístico da cascata de Dhudsagar, das igrejas e dos conventos da velha cidade de Goa e das antigas fortalezas. Mas pouco ou nada se fez nesse sentido até ao final da presença portuguesa em Goa em 1961. O hotel Mandovi é o único hotel decente que Goa herdou da era portuguesa. Foi precisamente a sonolência e o isolamento de Goa que atraíram os «hippies». As grandes pontes, os melhoramentos nas vias de comunicação, a electrificação rural e água canalizada e a exploração turística seguiram-se ao estabelecimento da autonomia política de Goa, inicialmente como um território da União, e a partir de 1987 como 25.º Estado da União Indiana.

Haverá quem discorde em considerar todo esse desenvolvimento como melhoramento, mas procuremos acompanhar Goa na sua marcha pré-histórica e histórica sem nos envolvermos em juízos de valor. O que importa é *olhar e sentir Goa* com a sua identidade própria, adquirida no decorrer da sua milenária história, e para a qual Portugal muito contribuiu. Goa tem agora mais meios de sustentar turismo (e com muito para desejar), mas a essência da atracção é a *identidade goesa*. Os portugueses não poderão por isso visitar Goa e não sentir orgulho pela contribuição de Portugal para essa identidade. Conhecedor da consciência histórica portuguesa, e das deturpações que fizeram parte do mesmo processo, concluía o jornalista português Miguel Sousa Tavares, numa descrição inimitável que fez da sua viagem a Goa para a

revista *Grande Reportagem*, em 1992: «Também se pode amar o que não se possui, também se pode servir o que deixou de ser nosso. O destino dos povos não é o de terem impérios, mas o de terem memórias.»

Desejamos que este roteiro ajude a descobrir e reviver essas memórias dos desafios que Portugal e os portugueses enfrentaram nesta capital do seu antigo Estado da Índia, o seu império do Oriente, que inspirou Camões e seus cantos, mas também muitos desencantos seus e dos seus compatriotas. As «glórias» e os «fumos da Índia», os «enganos e os desenganos» foram e continuarão a ser importantes para a consciência histórica portuguesa.

Teotónio R. de Souza

PARTE I

Uma introdução histórico-cultural

GOA
A sua marcha pré-histórica e histórica

Os portugueses foram recentemente alertados para o seu passado mais remoto com a revelação das gravuras de Foz Côa. Em Goa, os missionários e os portugueses leigos já tinham observado uma civilização muito antiga e desenvolvida, mas os «descobridores» e os missionários consideravam-se portadores de uma cultura superior que lhes dificultava a aceitação duma alteridade cultural no Oriente em termos de igualdade. Já se admite hoje que «a primeira expedição de Vasco da Gama foi levada a cabo sob uma ignorância considerável da geografia religiosa, política e económica da Ásia e da África Oriêntal [1]». Os primeiros contactos, e mais particularmente a política de Afonso de Albuquerque, foram de um pragmatismo estratégico e de aproximação para com os naturais hindus. As hostilidades limitavam-se aos «mouros de Meca» ou a quem os apoiasse. Mas esta atitude não perdurou perante a oposição da facção nobre portuguesa na Índia e no reino, provocando a demissão de Afonso de Albuquerque [2]. A morte protegeu-o contra outras humilhações que se poderiam seguir. Portugal teve também os seus humanistas como João de Barros, D. João de Castro, Fernão Mendes Pinto, Garcia de Orta, que mostraram interesse em estudar e transmitir algumas riquezas culturais do Oriente. Mas seguiu-se a onda da Contra-Reforma e da Inquisição que destruiu muitas produções culturais hindus da Goa pré-portuguesa [3]. Os missionários jesuítas e franciscanos deixaram nos seus relatos contemporâneos descrições da arte religiosa pré-portuguesa de Goa para cuja destruição eles colaboraram com o zelo da Contra-Reforma [4].

No início deste século, o governo português do Estado da Índia tentou acompanhar os esforços dos governantes britânicos da Índia vizinha salvaguardando os vestígios arqueológicos de Goa estabelecendo um museu no convento de Bom Jesus em 1900 [5]. Três anos depois, criou-se uma Comissão Permanente de Arqueologia, que desde 1904 começou a publicar a sua valiosa revista *O Oriente Português*. Mais tarde, também os conventos de S. Caetano e de S. Francisco de

Assis foram aproveitados para o mesmo fim. Podem ler-se os relatórios da Comissão Arqueológica na supracitada revista, e nos contributos dos seus vários e eruditos colaboradores. Embora em Goa já se tivesse notabilizado Felippe Nery Xavier [6], o Instituto Vasco da Gama, criado em 1871 pelo Visconde de S. Januário e com Thomaz Ribeiro como o seu primeiro Secretário, conseguiu formar um núcleo duro de investigadores locais que beneficiaram do patrocínio do Secretário do Governo Geral, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1855-1877). O Instituto Vasco da Gama também sustentou o interesse cultural através de outros órgãos, tais como a já referida Comissão Permanente de Arqueologia e os Congressos Provinciais de Goa [7].

Tem que se admitir que os investigadores com a formação académica portuguesa, e constrangidos pelos interesses políticos e históricos nacionais, não eram capazes de acompanhar, duma maneira adequada e eficaz, as investigações em estudos orientais, e nas áreas culturais pré-portuguesas de Goa. D. D. Kosambi [8] e J. Gerson da Cunha [9], dois goeses residentes em Poona e Bombaim, respectivamente, e formados nas instituições da Índia britânica, foram excepções, e mostraram uma melhor competência nos estudos culturais de Goa pré-portuguesa. Em Portugal, houve um breve afloramento de estudos linguísticos orientais, nas fecundas e clássicas produções do Mons. Sebastião Rodolfo Dalgado (1855-1922), natural de Assagão, Goa [10]. Após 1961, chegou à Índia a investigadora alemã Gritli von Mitterwalner, que estudou os monumentos de Chaúl, e contribuiu para a descoberta de muitos monumentos lapidares dispersos e ignorados em várias partes de Goa, com o consequente enriquecimento do recheio arqueológico do museu da velha cidade de Goa. Mais curiosas entre esses achados são as inscrições lapidares conhecidas por *viragal* e *satikal*. Todas elas contêm representações de batalhas navais, e cenas de cavalos e elefantes montados, mas as segundas (*satikal*) têm cenas comemorativas das mortes de heróis regionais e das esposas que os acompanharam na morte [11]. Foi essa prática de *Sati* que os Portugueses aboliram em Goa já desde os tempos da conquista de Goa por Afonso de Albuquerque. A abolição dessa prática cruel (praticada pelas classes altas e que nunca foi uma prática muito comum) [12] não foi acompanhada pela consciência de crueldade da escravatura, ou das crueldades praticadas pelo Tribunal de Inquisição. Evidentemente, os critérios justificativos das práticas sociais encontram-se nas culturas em que são praticados.

A antiguidade da cultura goesa continua a ser desvendada. Ela remonta à pré-história e passou por várias fases culturais e de dominação política. As fases da dominação hindu compreendem no seu conjunto um período muito mais longo que os quatro séculos e meio da dominação portuguesa, enquanto que a dominação muçulmana que precedeu a chegada dos Portugueses foi relativamente curta. A identidade goesa só pode ser definida e compreendida satisfatoriamente como derivada dessas múltiplas influências e componentes: as mais distantes, que entraram no subconsciente colectivo e ficaram gravadas na língua, nas tradições, nos mitos; e as mais recentes, que são mais visíveis e presentes no consciente. Estas são consequentemente mais acessíveis para apreciação ou crítica [13]. A influência portuguesa poderá ser avaliada sob vários prismas, mas em qualquer dos casos deu a Goa um carácter único com o tipo de consequências que desencadeou com a sua política colonial de miscigenação e missionação. A concentração de tal política durante quatro séculos e meio num enclave de pequenas dimensões não falhou em transformar Goa numa «ilha cultural», que qualquer visitante estrangeiro reconhece depois de a visitar e ver as outras regiões do subcontinente [14]. A atracção real reside na mestiçagem cultural dos naturais convertidos ao cristianismo. Os hindus de Goa (não se fala dos muitos recém-chegados) mantiveram melhor as tradições pré-portuguesas, mas nem por isso deixaram de ser afectados pela mestiçagem cultural, por mais que alguns porta-vozes dos *Saraswats* tentem hoje frisar as tradições hindus que eles conseguiram salvaguardar no meio do ambiente colonial adverso. Esquecem-se de que sem a colaboração dos seus antepassados muito teria sofrido o comércio em Goa, nem teria sido fácil para a administração funcionar sem os cobradores das rendas e os empregados das alfândegas [15].

Até há uns anos, falava-se da cultura neolítica de Goa como a mais antiga, isto é, uns 2000 a.C., e a qual foi seguida da Idade de Ferro, contemporânea do poema épico indiano *Mahabharata* [16]. A lenda de Parashurama, a sexta incarnação ou *avatar* do deus Vishnu, era uma explicação mítica do uso de instrumentos de ferro no povoamento da zona litoral do Concão, abrindo espaços na densa vegetação e afastando rios através da construção de diques. Existem outras lendas *purânicas* que se referem ao deus Shiva, o qual, deixando a sua esposa Parvati (Durga) nas montanhas dos Himalaias, tinha procurado paz e refúgio em Goa, onde foi encontrado pela sua divina consorte. Ele acor-

FOTOGRAFIA ARQUIVO TEOTÓNIO R. DE SOUZA

Gravura rupestre. Deusa-mãe – Usgalimall, Goa

reu ao seu grito «*trahi mam Girish*» (salva-me Senhor das Montanhas!) quando um tigre a atacou num bósque de Goa. Daí o culto de Shiva em Goa como *Mangueshi* [17]. A sua energia divina (*shakti*) assumiu em Goa uma forma mais dócil de *Shantadurga*. É provável que essa lenda seja uma superimposição ariana na crença local muito mais primitiva de *Santeri*. Em Goa, estão a descobrir-se representações lapidares cada vez mais antigas da deusa-mãe. Conhecia-se já o templo muito antigo (século V ou VI) dedicado a essa deusa em Nunden (na província de Sanguem). Dentro de um perímetro de uns cinco quilómetros encontraram-se novos achados arqueológicos de grande importância em Kurdi, Kajur e Usgallimal, localidades situadas junto da fronteira comum das províncias de Sanguém e Quepém. Em todos essas localidades encontraram-se representações da deusa-mãe (com uma criança recém-nascida), sendo a de Kajur uma representação antropomórfica mais antiga. Em Usgallimal, descobriram-se mais de uma centena de gravuras rupestres numa plataforma laterítica, inclinada, e de composição densamente férrea, ocupando uns 500 metros quadrados. Uma parte da plataforma estava coberta de sedimentos com uma espessura de meio metro, enquanto o resto estava exposto ao ar livre e às aguas do riacho e das monções. As gravuras representam uma dançarina nua e sem quaisquer ornamentos, uns símbolos que parecem ser calendários solar e lunar, instrumentos de caça e vários tipos de animais caçados (com marcas de ferimentos) pelo homem pré-histórico de Goa nas margens do rio Kushavati. Existem na cercania umas grandes cavernas naturais onde os homens-caçadores podiam pernoitar ou abrigar-se durante as monções. Essas novas descobertas parecem puxar muito mais para trás (c. 8000 a 30 000 a.C.) a presença humana em Goa [18].

Goa assumiu várias designações no decurso da sua história, mas nunca lhe faltou o prefixo *Go*, significando «vaca» em Sânscrito. Desta forma, chamou-se *Gomanchal, Goparashtra, Govarashtra, Gopakapura, Gopakapattana, Govapuri, Gomantaka, Gove* e, finalmente, Goa. Embora a presença da vaca em Goa esteja a escassear, não custa acreditar que a vaca tenha sido importante para a economia e cultura local. Houve historiadores locais que tentaram explicar a derivação do nome do território com raízes pré-arianas: *Goem-bab* em idioma mundárico tribal significaria «uma espiga inclinada de arroz», e *Guwi*, um termo em língua assamêsa que designava a noz-de-areca, de onde seria aplicado à terra que as produzia. Mas são conjecturas pouco fundamentadas [19].

Goa fez parte de diferentes configurações políticas e teve diversas fronteiras no passado conhecido. Foi parte da região litoral, que na literatura antiga da Índia se chama *Aparanta*, e era uma das cinco divisões da Índia segundo a antiga literatura hindu representada pelos *Puranas* e *Kavyamimamsa*. Na sua obra de economia política intitulada *Arthasastra* Kautilya (que precedeu a Maquiavel uns dezoito séculos com uma obra que se assemelha ao *Príncipe* e era dedicada à educação política do príncipe e mais tarde imperador Chandragupta Maurya), identifica *Aparanta* com o Concão. O Concão era dividido em sete regiões (*Saptakonkan*), e uma delas era *Sunaparant*, que incluía Concão-900 e Goa. Os quantitativos anexos às designações territoriais indicavam geralmente unidades de classificação fiscal, como é também o caso dos nomes de algumas províncias de Goa como Bardez (12 aldeias), Tisvadi (30 aldeias), Salcete (66 aldeias), Satari (70 aldeias). A região culturalmente mais ligada com Goa seria a região delimitada pelos rios Achará no Norte e Gangavali no Sul, incluindo Banda, Kudal, Sadashivgad, Karwar e Ankola, região hoje partilhada pelos estados vizinhos de Maharashtra e Karnataka.

Conhecemos muito pouco e com pouca clareza a história de Goa antes do século III d.C. A mais antiga referência epigráfica é desta época e refere-se aos reinantes *Bhojas*. Tinham a sua sede de governação em Chandaura, que foi mais tarde a capital dos *Kadambas* de Goa. É a aldeia de Chandor actual. Antigamente, Chandor estendia-se por uma área de um quilómetro quadrado e tinha uma muralha e um fosso em volta. Os seus domínios incluíam também uma parte da região vizinha de Belgaum. Os Bhojas reinaram do século III ao VI com certa autonomia, mas como feudatários dos imperadores *Mauryas* de Pataliputra no norte da Índia. Por volta do século VI ou VII os Bhojas foram afastados do poder pelos *Mauryas* de Concão. Foi durante o reinado desses feudatários dos Mauryas que o budismo floresceu em Goa, como se vê em algumas grutas que ficaram em algumas partes de Goa, como em Arvalém na província de Sanquelim, e em Rivona na província de Sanguem. O termo budista *vihara* transformou-se em *buyer* para designar grutas na língua Concani. Com o declínio do budismo na Índia e com o predomínio da seita *shivaíta* de hinduísmo em Goa, as caves budistas foram adaptadas ao culto *shivaíta*, com o patrocínio dos *Kadambas*. Novas grutas com *linga* foram estabelecidas em outras partes como em Khandepar na província de Pondá. Erigiram-se com o seu mecenato alguns templos artísticos, como o templo de Divar, e os

templos que sobrevivem em Tambdi Surla na província de Sanguem, e os templos de Chandranath e Bandorá, em Salcete e Pondá respectivamente [20]. O visitante chinês Hiouen-Tsang passou por Kong-Kien-na-pu-lo ou Konkanapur nos meados do ano 640. Ele descreveu o território como um reino com 5000 *li* ou 833 milhas de circunferência e delimitado pelo oceano na parte ocidental, por Maharashtra no norte, Dhanakakata no leste e Dravida no sul. Estendia-se assim de Vengurlá a Kundapur na região litoral, e no interior desde o antigo forte de Madgiri até perto de Gulbarga. Mas, já nessa altura da visita do chinês, Goa tinha sido conquistada pelos *Chalukyas* de Badami, e estava integrada na província de Revatidvipa (no actual distrito de Ratnagiri). Aos *Chalukyas* sucederam os *Rashtrakutas* por volta de 753 e continuaram na posse da região até cerca de 973. Sob a suserania dos *Rashtrakutas*, e mais tarde dos *Chalukyas* de Kalyani, Goa estava em posse dos *Silaharas* (c. 765-c. 1015) fazendo parte da sua jurisdição, que se estendia até Thana, e incluía Concão-900. Foram derrotados pelos *Kadambas* que tomaram posse da região e mantiveram o seu controlo durante cinco séculos. Shastadeva I reinou no sul de Goa com capital em Chandrapur, mas o seu sucessor Jayakeshi I fez-se senhor de todo o Concão[21], com a sua capital Gopakapattana (Goa-Velha). Estabeleceu contactos comerciais com vários portos do oceano Índico, incluindo Zanzibar, Guzerate, Simhala (Sri Lanca) e Bengala (Gauda). Jayakeshi I tinha um ministro árabe e mantinha dois monges budistas na sua corte. Só mais tarde é que o budismo e o jainismo encontraram uma forte resistência e perderam a sua popularidade, perante a expansão dos *lingayatas* no século XII no Concão meridional. Recentemente, foram descobertas as ruínas do porto de Gopakapattana e uma parte do pavimento laterítico da larga estrada, que ligava o porto a Elá [22]. A estrada continuava em direcção aos Gates, por onde passavam as caravanas do comércio com o Decão, no interior. [23] Durante o governo de Jayakeshi II, o império dos *Kadambas* chegou ao seu apogeu ocupando o Concão inteiro de Thana para o sul. Jayakeshi II tentou libertar-se da vassalagem *chalukya*, mas foi derrotado e Goa sofreu as consequências da guerra. Todavia, aproveitando o conflito entre os *Chalukyas* e os *Kalachuris*, o rei *Kadamba* Permadideva declarou-se independente, assumindo o título de «*Chakravartin* (imperador) de Concão e Senhor do Oceano». Mas já no século XIII os *Kadambas* tinham enfraquecido e sobreviveram como vassalos dos *Yadavas* de Devgiri. O general Malik Kafur, do sultanato de Deli, atacou e pilhou Gopakapattana (hoje Goa

Velha) em 1311, forçando os *Kadambas* a mudarem da capital para Chandrapura. Esta foi alvo dum novo ataque do sultão Muhamad-bin--Tughlaq em 1327. Foi durante estas incursões das tropas do sultanato de Deli que Goa viu as primeiras destruições dos templos hindus, incluindo o saque e a destruição do templo de *Saptakoteshwar* (Shiva) no sítio onde mais tarde foram erigidas uma capela e a igreja de Nossa Senhora de Piedade de Divar, ilha vizinha de Velha Goa (Elá) [24]. Os *Kadambas* voltaram a Gopakapattana, mas conflitos internos e um ataque do Nawab de Honawar reduziram-nos a uma posição de insignificância [25]. Os seus territórios foram conquistados, em parte, pelo sultanato *Bahamani* e, em parte, pelo reino de Vijayanagar (*Bisnaga* ou reino do *Narsinga* dos Portugueses). O ministro Madhava de Vijayanagar mandou reconstruir o templo de Saptakoteshwar em Goa em 1391, e estabeleceu uma academia de mestres de hinduísmo (*brahmapuri*) em Manchalpur (Goalim-Moulá), perto de Velha Goa. Goa ficou desde 1336 até 1470 sob o domínio de Vijayanagar, e foi nesse ano anexada pelos *Bhamanis* à sua província de Junnar. Quando o sultanato *Bahamani* se desintegrou em cinco sultanatos independentes, *Bijapur* apossou-se de Goa. Elá (mais tarde Velha Goa) foi escolhida para capital e desenvolvida como porto. Salcete, Ponda, Panchmahal, Pernem, Bicholim e Satari faziam parte da *subha* (divisão administrativa) Dabhol de Bijapur. Quando Afonso de Albuquerque conquistou Goa numa segunda tentativa e com a ajuda do corsário Timmayya, o sultão Yusuf Adil Khan (*Idalcão*) de Bijapur tentou negociar a troca de Goa com uns arrabaldes de Sadashivgad. Mas Afonso de Albuquerque recusou qualquer troca, e em 1543 Bijapur foi forçado a ceder ainda as províncias de Bardez e Salcete que, juntamente com a província de Tiswadi, formavam a Goa dos Portugueses, até ao século XVIII [26].

Com o aparecimento do poderio *Marata* sob a direcção de Shivaji, desde os meados dos século XVII, e com a extinção de *Bijapur* em 1686, Pondá passou durante algum tempo para as mãos dos Maratas, e mais tarde para os *Mogóis*. Os *Maratas*, porém, nunca foram capazes de controlar os *Desais* turbulentos de Concão, nem os *Bhosles* de Sawantwadi, que tinham controlo sobre Perném, Bicholim e Satari.[27] Para essas províncias foram transferidas muitas divindades dos templos destruídos nas Velhas Conquistas de Goa: para Pondá, que ficava na «outra banda» (*peltodi* em Concani), de que se encontram ainda muitos ecos nos cantos folclóricos (*dekhnni*) de Goa, e para Bicholim e Pernem. Do lado sul, o rei de Sunda exercia jurisdição em Sanguém, Quepém e Canácona. Os Portugueses em Goa souberam explorar a fraqueza dos *Maratas* após a sua grande derrota de Panipat em 1761, bem como as ameaças de Haider Ali e de Tipu, Sultão de Maisur, contra o rei de Sunda, para alargar as fronteiras de Goa com a inclusão das províncias que vieram a ser conhecidas como as *Novas Conquistas*. Em 1788, completou-se a configuração geográfica da Goa, tal como a encontramos hoje [28].

Notas

[1] Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma história política e económica*, Lisboa, ed. Difel, 1995, p. 78.

[2] L. F. Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, ed. Difel, 1994, p. 181.

[3] Teotónio R. de Souza, «A arte cristã de Goa: Uma introdução histórica para a dialéctica da sua evolução», *Oceanos, 19-20*, 1995, pp. 8-14.

[4] Os relatos dos jesuítas podem consultar-se na série de J. Wicki (ed.), *Documenta Indica*, 17 vols., Roma 1948-1988. Para os franciscanos do mesmo período temos Fr. Paulo de Trindade, *Conquista Espiritual do Oriente*, 3 vols., Lisboa, 1962.

[5] Teotónio R. de Souza, «Whence the Museum of Christian Art?», *Museum of Christian Art — Rachol, Goa*, Goa, 1993.

[6] Este goês de Loutulim (Salcete, Goa) e primeiro oficial da Fazenda em Goa já tinha publicado antes da chegada de Cunha Rivara a Goa muita documentação antiga relativa a comunidades rurais de Goa. São volumes ainda hoje muito consultados pelos historiadores que se interessam por estes assuntos.

[7] J. Benedito Gomes, *Índia Portuguesa: Resenha histórica sumária, cultural, política e social em volta do Instituto Vasco da Gama antes e depois da sua fundação em 1871*, Bastorá, 1939.

[8] D. D. Kosambi, *An Introduction to the study of Indian History*, Bombay, 1956. Publicou vários outros estudos sobre a civilização e cultura da Índia antiga. Era natural de Sancoale (Salcete, Goa.)

[9] J. Gerson da Cunha foi sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Era natural de Assagão, Goa. Colaborou com o *Instituto Vasco da Gama* (1872-74) com contribuições como a «Memória histórico-crítica: literatura hindu — *Sahyadri Khanda*, sua authenticidade e antiguidade». Deixou também outras valiosas achegas como: *Contributions to the Study of Indo-Portuguese Numismatics*, Bombay, 1880, e *The Konkani Language and Literature*, Bombay, 1881.

[10] Aprendeu as línguas orientais enquanto missionário do Padroado português. Os seus dicionários e vocabulários contribuíram para dar ao Concani uma base científica em termos de filologia moderna. Explorou também a influência da língua portuguesa sobre as línguas asiáticas. Era sócio da Royal Asiatic Society de Londres, e estava associado a instituições científicas e literárias em Coimbra e Lisboa. G. Vasconcelos-Abreu e David

Lopes foram os outros Portugueses que representaram o interesse orientalista com alguma seriedade em Portugal nesse período.

[11] Gritli v. Mitterwalner, «The Hindu Past: Sculpture and Architecture», «Testimonials of Heroism», *Goa: Cultural Patterns,* ed. S. V. Doshi, Bombay, Marg Publ., 1883, pp. 21-52.

[12] D. D. Kosambi, *ob.cit.*, ed. 1975, pp. 306-307.

[13] Teotónio R. de Souza, «Goan Culture and Identity: Historically Speaking», *Boletim do Instituto Menezes Braganza,* n.º 162 (1991), pp. 57-61; P. S. Angle, *Goa: Concepts and Misconcepts*, Bombay: The Goa Hindu Association, 1994 (É uma expressão representativa do revisionismo histórico dos *Saraswats* de Goa, que dificilmente poderão contradizer a tese de P. S. S. Pissurlencar n'*Os Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia* (1952), ou o que se acha publicado sobre a colaboração económica dos *Saraswats* com o regime português desde os primeiros tempos da conquista nos estudos de M. N. Pearson. Estão bem comprometidos com a sua colaboração interesseira com o regime colonial.

[14] J. M. Richards, *Goa,* Nova Deli, Vikas Publ. House, 1993 (rev. ed.), p. 3; Maurice Hall, *Window on Goa: A History and Guide,* London: Quiller Press, pp. xi-xii. Há vários outros relatos de estrangeiros antigos e recentes confirmando a impressão sobre a singularidade cultural de Goa.

[15] M.N. Pearson, «Indigenous Dominance in a Colonial Economy: The Goa Rendas, 1600-1670», *Mare Luso-Indicum, II,* ed. Jean Aubin, Paris, 1973, pp. 61-73; «Wealth and Power: Indian Groups in the Portuguese Indian Economy», *South Asia,* n.º 3, Agosto 1973, pp. 36-44; Teotónio R. de Souza, «Glimpses of Hindu Dominance of Goan Economy in the 17th Century», *Indica* XII, 1975, pp. 27-35.

[16] V. T. Gune, «Cultural remains of pre-historic and early period», *Goa Gazeetteer,* 1979, pp. 57-120.

[17] Manohar Malgonkar, *Inside Goa,* Panjim (Directorate of Information and Publicity), 1982, pp. 95-97.

[18] P. P. Shirodkar, «Pre-historic rock carvings of Goa», *Comunicação apresentada ao World Archaeological Congress-3,* Nova Deli, 4-11 de Dezembro de 1994. Quero deixar aqui registada a minha gratidão pela simpatia do Dr. Shirodkar, Director do Arquivo e Museu de Goa, por ter organizado e me ter acompanhado na visita às gravuras rupestres no dia 14 de Fevereiro de 1996.

[19] Pratima P. Kamat, «Historical Geography and Natural Resources», *Goa Through the Ages,* ed. Teotónio R. de Souza (Goa University Publications n.º 6), Nova Deli, 1990, pp. 2-54.

[20] V. T. Gune, *Ancient Shrines of Goa: A Pictorial Survey*, Panjim, 1965.

[21] P. S. S. Pissurlencar, «Inscrições pré-portuguesas de Goa», *O Oriente Português,* n.º 22, Bastorá, 1938, pp. 321-459. Contém estudo de 23 inscrições pré-portuguesas de Goa com representações gráficas de muitas delas. Uma inscrição deste período em placas de cobre foi enviada em 1727 para Lisboa. Pissurlencar publicou uma transcrição do texto feita pelo «língua» do Estado, Bogona Camotim Vaga, que deixou uma tradução do texto no *Livro das monções* n.º 93. Pissurlencar considera essa tradução incorrecta e dá-nos as sua versão. É nesse documento que se refere aos barcos de vários tipos, portos que frequentavam e as tarifas alfandegárias a que estavam sujeitos. Os muçulmanos árabes já comerciavam nesta altura com Goa e até tinham em Goa uma mesquita que beneficiava duma quota-parte dos direitos alfandegários. Essa assistência do Estado à mesquita era por razão de a mesquita funcionar também como uma *Casa de Misericórdia* para os pobres da cidade. Dá assim alguma ideia do comércio marítimo e do urbanismo em Goa no século XI.

[22] V. R. Mitragotri, «Mahishamardini in boat — a rare Guleli motif», *Purabhilek-Puratatva,* V, July-Dec. 1988, explica a designação «Elá» como derivada da deusa Elá ou Yellama.

[23] Teotónio R. de Souza, *Goa Through the Ages,* Nova Deli, 1990, pp. 83-84: Descrição dos caminhos das caravanas que passavam pelos Gates e ligavam Goa ao interior.

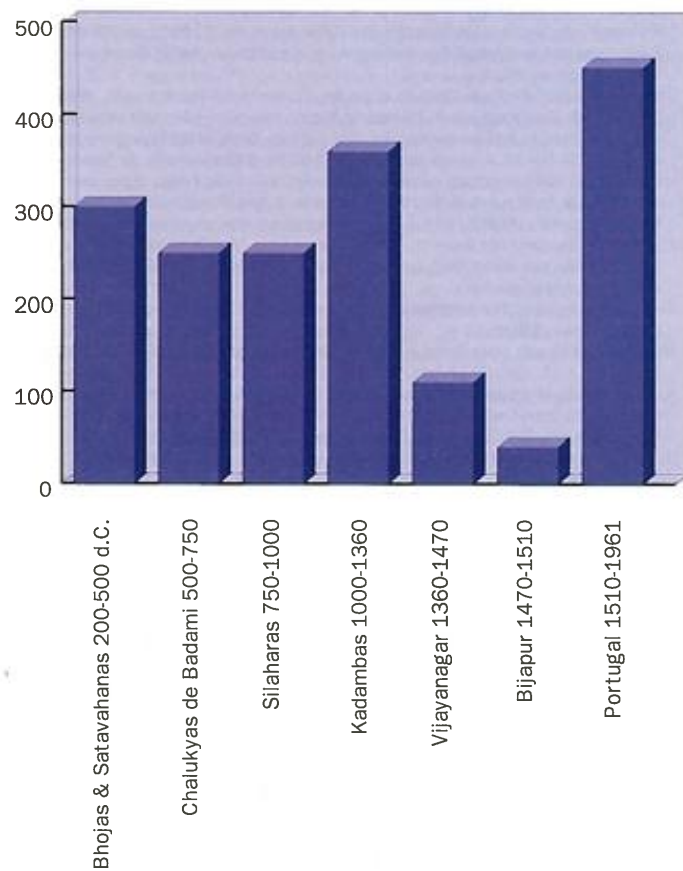
[24] Carmo Azevedo, «Piedade Church at Divar», *Purabhilekh-Puratatva,*V, Julho-Dez. 1987, Goa Archives Publication: Era no início uma ermida mandada construir por um fidalgo português, Rui Dias da Silveira de Évora, e capitão do passo de Naroá. A igreja foi feita em 1625 e dedicada a N. Sr.ª de Piedade. O edifício actual deve-se ao Pe. António João Frias, autor da *Aureola dos Índios e Nobiliarchia Bracmana.* A igreja levou 25 anos para ficar completa (1699-1724). É considerada uma das cinco melhores igrejas em estilo Barroco em Goa (as outras quatro são: Espírito Santo dos franciscanos em Velha Goa, Espírito Santo de Margão, Sant'Ana de Telaulim e Santo Estevâo de Jua).

[25] George M. Moraes, *The Kadamba Kula,*Bombay, 1931 (Nova Deli, AES, Reimpressão, 1990).

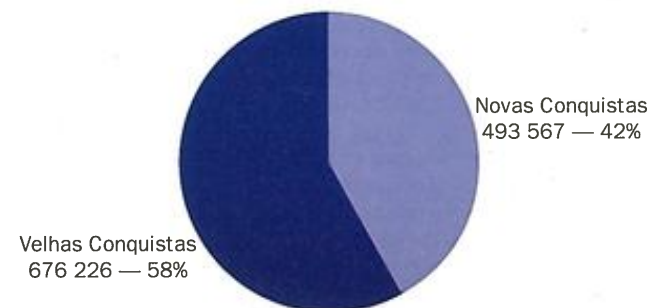
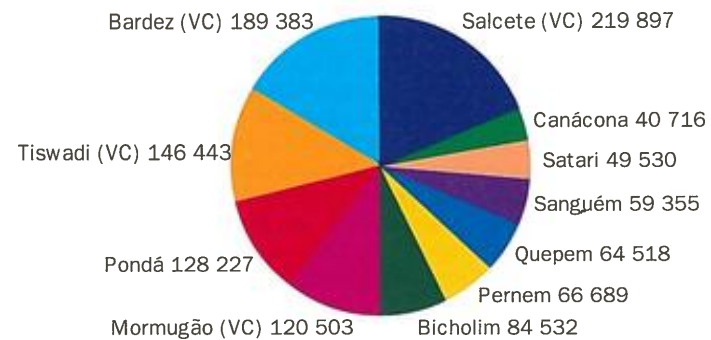
[26] *Sumário das coisas sucedidas a D. João de Castro, governador do Estado da Índia*, ed. J. M. Garcia, Lisboa, CNCDP, 1995.

[27] A. R. Kulkarni, «Portuguese in the Deccan Politics: A Study of New Marathi Documents from Lisbon», *Indo-Portuguese History: Old Issues, New Questions*, ed. Teotónio R. de Souza, Nova Deli, 1985, pp. 114-122.

[28] B. S. Shastry, «Portuguese Relations with Hyder Ali», *Studies in Indo-Portuguese History,* Bangalore, pp. 187-200; Felippe Nery Xavier, «Noção histórica das Novas Conquistas em geral, e a divisão de cada huma suas Províncias em particular», *Collecção de Bandos, e outras differentes providencias que servem de leis regulamentares para o governo económico e Judicial das Novas Conquistas,* Pangim, Imp. Nacional, 1840. E. Carreira, «Portuguese India in the reign of Tipoo Sultan», in *Moyen Orient et Océan Indien,* Paris, Tomo 6, 1989.

DOMINAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DE GOA DE 200 A 1961

POPULAÇÃO DE GOA (1991)

Velhas Conquistas e Novas Conquistas

Fonte: *Statistical Pocket Book of Goa, 1991-93*

GOA
O seu sistema ecológico e alguns indicadores socioeconómicos

Fisiografia

GOA é uma faixa estreita, com forma de um triângulo invertido, no meio da costa ocidental da península indiana. Tem um comprimento máximo de 105 km, largura máxima de 65 km, e ocupa uma área total de 3701 km^2. As fronteiras políticas de Goa correspondem bem às suas características naturais e geológicas. Escrevia, a propósito, Norbert Krebs: «Uma visita curta a Goa, durante a minha viagem à Índia, no Inverno de 1931-32, permitiu-me ver como decaiu esta colónia outrora brilhante até à insignificância económica actual, mas criou, nos quatrocentos anos da sua existência, uma paisagem cultural quase única na Índia e rigorosamente delimitada pela fronteira da possessão portuguesa [1]». O rio Tiracol separa o território no norte. No leste são os Gates que a separam do planalto de Decão *(Bhalghat)*. Os picos *(gôdd)* mais altos estão todos em Satari: Sonsogod (3827 pés), Katlanchimauli (3633 pés), Vagueri (3500 pés), Morlenchogod (3400 pés). Nos Gates, a precipitação anual chega a 5000 mm. O comboio que vem de Londá, duma altitude de 638 m, vence a encosta dos Gates por meio de morosas curvas e com a ajuda de túneis e viadutos. A estrada que corre um pouco mais ao norte desce em voltas abruptas por baixo dos Gates de Tinem até ao vale. Toda a escarpa está talhada no cristalino formado por granitos, gneisses, xistos anfibólicos e micáceos. No oeste, o oceano é a fronteira. Ao sul, a fronteira é marcada por uma elevação montanhosa com uma altitude de 111 metros, junto do posto fronteiriço de Polém. A característica geológica mais importante do território é a cobertura laterítica cinzenta-vermelha, visível de todos os lados e onde a manta florestal-vegetal não a encubra. A laterite atinge espessuras que vão até 30 m. Vê-se laterite também nas construções das casas e muros, e nas minas de ferro e manganês, facilmente perceptível pela sua cor [2].

O sistema ambiental e a biodiversidade

Os Gates têm uma densa cobertura florestal sustentada pelas chuvas das monções. A zona dos Gates é praticamente despovoada [3], na qual o Departamento das Florestas da administração pós-colonial tem aproveitado para criar três reservas naturais e parques nacionais *(Wild Life Sanctuaries* e *National Parks)* com protecção máxima para os animais e aves. Podem ler-se avisos nas curvas da estrada nacional que passa pela zona da reserva alertando os viajantes ou visitantes com «Animals have the right of passage» (Os animais têm o direito de passagem). A maior destas reservas foi criada em Molém (Sanguem) em 1967, ocupando uma área de 240 km^2. As outras duas reservas florestais estão situadas em Bondlá (Pondá), e em Cotigão (Canácona). A biodiversidade florestal de Goa consta de 1512 tipos de plantas, incluindo 49 espécies de feto *(ferns)* [4]. A cordilheira faz umas entradas diminutas com esporões na zona costeira ocidental e origina cascatas, rios e a rede fluvial de Goa. Os rios Tiracol, Chaporá, Mandovi, Zuari, Sal (Betul), Talpona e Galgibaga são navegáveis ao longo de 230 km. Cada um deles tem vários tributários e sustentam ricas flora e fauna aquáticas. Uma característica geral dos rios é que eles estão sujeitos às marés, cujo efeito se sente até uma distância de 40 km no interior. A salinidade das águas varia durante as monções e tempo seco. O mesmo acontece com os poços de água na vizinhança dos rios e a salinidade tende a aumentar nos meses de Verão. O ciclo hidrológico de Goa é conhecido como «monções» (significa *estação* do ano em arábico) e repete-se todos os anos desde Junho até Setembro. É a passagem do Sol pelo equador que cria um forte desequilíbrio de pressões atmosféricas entre a terra e o mar na zona tropical em que Goa se encontra. A variação térmica de Inverno para Verão em Goa é de 20° C para 32° C. A humidade fica em média por quase toda a parte acima de 75%. Assim, desencadeiam-se ventos alísios («trade winds» que ajudavam os navios à vela) banhando Goa com as monções do sudoeste. Os Estados da extremidade peninsular da Índia ficam na zona coberta pelos ventos do sudoeste e nordeste, e assim tem menos meses secos do que Goa. A precipitação das águas pluviais aumenta na zona dos Gates devido a factores orográficos que forçam os ventos húmidos a subirem as encostas e a condensarem-se mais rapidamente.

As monções afectam muito o quotidiano goês. Quando se aproxima o mês de Junho sobem os salários dos operários que são necessários para as reparações dos telhados e das coberturas *(pakadi)* das varandas *(balcões)* e das janelas. Há maior movimento na feira de Mapusá (Mhapsa) e outras para onde os habitantes acorrem em busca de provisões de peixe seco *(kharem)*, de conservas de peixe *(pará, môl)* e de fruta *(miskutt)*, e de mangas verdes salgadas *(lônnchem)*. Outra conserva muito apreciada é os chouriços ou linguiças de porco. Embora os hindus vegetarianos não tenham essa preocupação de fazer provisões, nem por isso deixam de aproveitar a oportunidade de fazer um bom negócio. Nas praias, o movimento reduz-se à recolha das redes e das canoas dentro de choupanas para protecção e reparações. Nos campos queima-se a erva daninha. A gente pobre, sem recursos para comprar e armazenar lenha, apanha ramos partidos e caules, que lhes servem de lenha durante as monções, e como suplemento secam bosta *(xenni)* das vacas e búfalos. Pode concluir-se de toda essa actividade quão importante é a chegada das monções com que se inicia toda uma outra série de actividades ligadas com o cultivo de campos e hortas, essenciais para a sustentação da vida no subcontinente, não só da vida humana, mas também da vida animal e vegetal. Não é, portanto, sem razão que nas línguas indianas *varsha* significa chuva e também o ano [5]. A pluviosidade média anual em Goa é de 270 cm. A aproximação das chuvas é anunciada pelos pirilampos à noite, e pelo aparecimento de formigas voadoras e vários outros insectos que saem das suas tocas subterrâneas. Mais audível é a «orquestra» dos sapos *(bebe roddtat)* quando começam as monções. Quando os meninos não andam a apanhar os sapos para comer (ou para os vender às pessoas que gostam de sopa de sapos ou para os agentes que os exportam), aparecem as cobras para os apanharem. Mantém-se assim o equilíbrio da Natureza.

Goa índica

A região central de Goa é a mais habitada, embora a faixa litoral de Panjim e das praias seja mais visitada pelos turistas que saem com a impressão errónea de que Goa é só «católica, latina e ocidentalizada». A zona central, entre os Gates e a zona litoral, é formada por planalto com variações de altitude entre 20 e 100 metros. As bordas do planalto são bastante íngremes como os visitantes podem notar quando cruzam as pontes do Mandovi para entrarem em Bardez pelo Alto Porvorim. Os promontórios de Aguada, Cabo e Mormugão manifestam a mesma característica. Deve notar-se que as antigas fortalezas de Goa situam-se nessas posições de comando. O planalto não suporta

muita vegetação de tipo permanente, excepto nas inclinações e nos vales onde não são raras as fontes e termas com águas minerais de valor medicinal [6], e algumas sustentam um ecossistema muito peculiar, desenvolvido desde tempos remotos pelos brâmanes drávidas, que mantêm a tradição dietética rigorosamente vegetariana, excluindo até o peixe que os hindus de Goa geralmente comem. Conta-se que muitos *Saraswats* de Goa são vegetarianos em público, mas não resistem à tentação de comer peixe em casa. Para isso, compram-no no mercado fingindo ser para os gatos de casa. O caso do vegetarianismo puro ocorre em Pondá (*Fondá* em Concani exprime bem a predominância do vale em que se situa essa província), onde se esconde um *kullagar*, um verdadeiro paraíso terrestre. Além da presença mais visível das arecas e das trepadeiras de pimenta preta e de folhas de bétele, crescem árvores frutíferas tradicionais de Goa, tais como coqueiros, mangueiras, jaqueiras, tamarindeiros, etc. Manifestam facilmente a sua presença as árvores de flores muito cheirosas, como *Nagchampak* e *Surangi*, e os arbustos de *mogrim* e *zui*. Não faltam as árvores de fruta-pão *(palpon-nôs)*, plantações de bananas *(kellim)*, ananás, e plantas de especiarias, como noz-moscada *(zaifoll)*, canela *(tiki)*, etc.

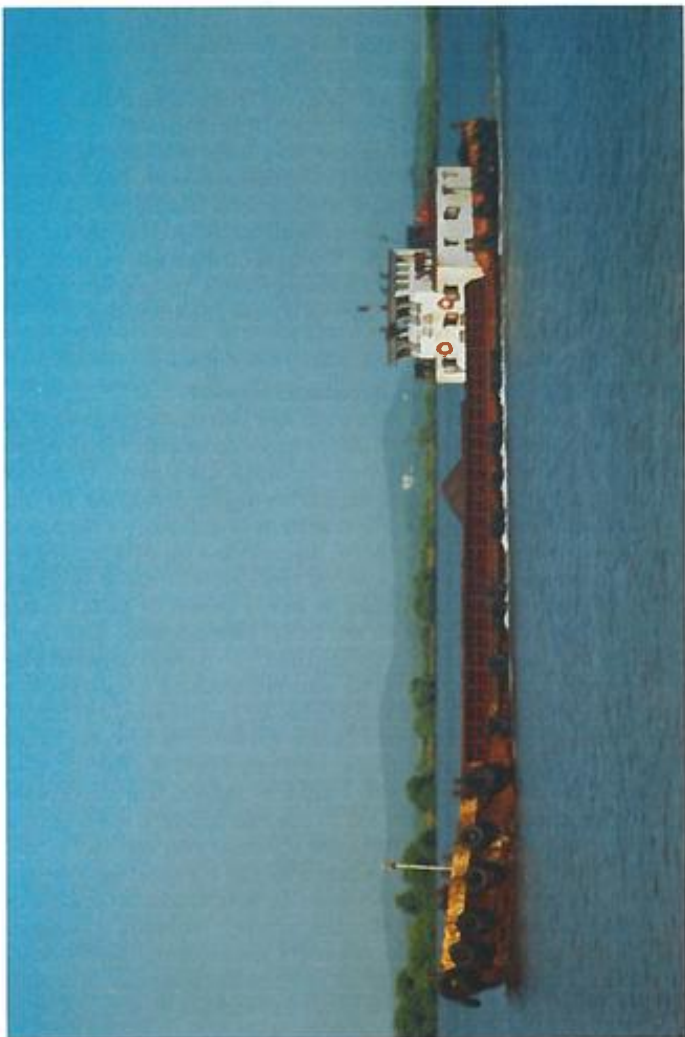
À procura do desenvolvimento integral

PARA os goeses, a sua terra inteira é importante. Já que numa superfície esférica qualquer ponto pode ser central, para os goeses a sua terra é o centro da Terra. A ecologia de Goa reflecte-se na sua dieta tradicional: peixe, caril e arroz [7]! Para os goeses, o mar, os rios, os arrozais e os palmares são todos essenciais para uma dieta normal. As palmeiras (na zona litoral) e os cajueiros (mais no interior) providenciam aos goeses as aguardentes *(urraca, cajel* e *feni)* que os confortam nas suas vicissitudes e os acompanham nas alegrias da vida. Enquanto a «identidade goesa» inclui em várias medidas as influências colhidas ao longo da sua pré-história e história dos vários povos que dominaram o território, a matriz *permanente* da identidade é constituída por elementos geológicos e ecológicos que formam o seu berço natural e determinam o seu modo de vida tradicional. Só que essa «permanência» está sendo ameaçada pelos interesses políticos e económicos dos nossos dias. São interesses com maiores capacidades tecnológicas e com interesses mais globais do que no passado. Goa não tinha sentido esse perigo até 1961, porque era uma colónia de Portugal, que continuava a

ser um país industrialmente subdesenvolvido na Europa, e que em Goa seguiu uma política de importação livre de produtos de consumo, sem se importar com a industrialização para os produzir em casa. A extracção de minério era a única excepção. Foi o único perigo para o ecossistema do território e um rastilho para novas formas de desenvolvimento industrial no período pós-1961. Felizmente, os goeses têm sido capazes de reagir com determinação contra forças de desenvolvimento desenfreado. Várias organizações voluntárias e politicamente não-partidárias representam o esforço dos goeses, particularmente de novas gerações, para minimizar os efeitos negativos dos projectos de desenvolvimento. Pode-se dizer que, na Índia, Goa está a emergir como um pequeno Estado-modelo de uma democracia fortemente vigiada pelos cidadãos.

Uma indústria mineira ou uma devastação mineira?

O minério bruto (ferro e manganês) tem sido o principal produto de exportação desde 1955. Antes disso, só se exportavam os produtos tradicionais: coco, óleo de coco, fruta, sal e peixe. O boicote económico da Índia, na última década do regime português, foi uma arma no seu movimento para a anexação de Goa. O boicote tinha afectado seriamente essa exportação, diminuindo-a de 39% a 2,6% em 1960. Mas somente a exportação do minério para Itália e Alemanha ajudou o regime colonial a passar do défice comercial de 6,3 *crores* (*crore*=10 000 000) de *rupias*, em 1951, para um saldo positivo de Rs. 3,54 *laques (laque*=100 000), em 1960 [8]. O minério continuou a ser a fonte de imensos lucros para os seus proprietários privados (casas industriais de Chowgule, Dempó, Salgãocar, Timbló, Mangalji, etc.) [9], com benefícios colaterais para o Estado em forma de impostos, e uns 8 500 empregos para os cidadãos, nem todos naturais de Goa. Essa indústria, que representa 10% da receita do Estado, tem sido a maior causadora de estragos ambientais, só que isso acontece numa zona de extracção pouco vista pelos visitantes e mesmo pela população local. Quando se vêem as romarias de barcaças que transportam o minério pelo rio Mandovi, que conseguem ainda dar uma impressão positiva da actividade goesa e acrescentam mais um traço pitoresco à paisagem turística do território, mal se percebe a realidade por detrás dessa aparência, isto é, que por cada 13 milhões de toneladas de minério exportado anualmente [10], ficam para trás montões de 67 milhões de toneladas de solo escavado para esse fim. Apesar da obrigação que a lei

Fotografia Arquivo Teotónio R. de Souza

Barcaça de minério no rio Mandovi – Goa

impõe aos empresários de voltarem a encher os caboucos e de arborizarem o terreno, isso só raríssimas vezes é cumprido. Os industriais Chowgule, Dempó e Salgãocar arborizaram alguns terrenos por eles escavados, mas isso tem mais a ver com as relações públicas. Uma parte desses despejos minerais entra nos arrozais, palmeirais e arecais. Também os nitratos resultantes dos explosivos utilizados são levados pelas chuvas para os campos e para os rios, contaminando desta forma a água potável e os peixes. Na zona Curchorem-Sanvordem, o nível de poeira mineira tem causado recentemente sérios problemas respiratórios aos habitantes da localidade. Só que vários habitantes são proprietários dos veículos que transportam o minério, e esses interesses individuais levam-nos a ficar alheios aos protestos dos outros habitantes da localidade [11]. O sítio onde se descobriram as gravuras rupestres em Goa está a ser escavado pelo seu proprietário mineiro, Damodhar Mangalji, com muita pressa, com medo de ter que parar as actividades uma vez que o governo declare a zona como património artístico nacional. Mas já se vêem enormes caboucos e amontoados de lixo ao redor da plataforma com as gravuras. Tive o desgosto de pessoalmente ver e registar essa insolência e a ameaça ao património artístico da humanidade.

A agricultura e a chantagem multinacional

Em 1961, a agricultura encontrava-se muito depauperada, mas continuava a ser a principal ocupação e o principal meio de sustento da população. Quase 64% da população empregada estava ocupada nos campos e contribuía para quase um sexto da receita do território. A concentração na indústria mineira e a política de importação descontrolada de produtos de consumo prejudicou a agricultura, que já sofria com pestes naturais, com a falta de incentivos administrativos e fiscais e com o boicote económico da Índia. A movimentação das barcaças de minério causava danos difíceis de reparar aos diques tradicionais que protegiam os arrozais contra as águas salgadas dos rios. Mais de 11 000 hectares de campos ficaram assim inutilizados para cultivo. A sedimentação de rios e tanques também reduziu o seu potencial irrigador. A atracção do emprego na indústria mineira e outras actividades afins (*mine rush*) levaram muita mão-de-obra a abandonar o trabalho agrícola que era mal compensado [12]. A escassez da mão-de-obra para as minas, resultante das dificuldades de importação de mão-de-obra da

Índia vizinha, fizera subir muito os salários dos operários que se podiam recrutar dentro do território. A ocupação agrária, em 1960, desceu, em consequência, para 64%, comparada com 70,7% em 1950. Os custos de produção chegavam a ser um terço ou metade do valor das colheitas.

Durante as últimas três décadas, não tem havido melhoramento de agricultura, embora um sexto da população continue com essa ocupação. De 1967-68 para 1980, a receita do Estado nesse sector baixou de 35% para 16%. Vastos terrenos têm sido declarados «*non-agricultural*» e utilizados para construção civil. Zonas na vizinhança das duas novas barragens de Selaulim (Sanguem) e de Anjunem (Sattari) têm sido convertidas para satisfazer interesses empresariais de imobiliário e turismo. Os habitantes de Goa têm tradicionalmente seguido práticas agrícolas que parecem ser ambientalmente muito correctas. Depois da crise nacional de fome nos anos 60, Goa também foi afectada pela «revolução verde» que tornou o país auto-suficiente na produção agrícola com a introdução de novas espécies de trigo [13] e arroz, recomendadas pelas empresas multinacionais americanas e europeias. Introduziram-se novos adubos químicos, ajudando assim a multiplicar a produção e a assegurar quantidades suficientes para consumo. No entanto, não se pensou que essas variedades não tinham sido adaptadas para o solo e para as condições climáticas locais. As variedades locais já tinham séculos de adaptação, eram mais nutritivas e, talvez por hábito, mais saborosas do que as espécies importadas. Era, por isso, mais importante melhorar as variedades locais, em vez de importar as novas, controladas pelas Fundações Rockfeller e Ford através do seu *International Rice Research Institute* (IRRI), estabelecido nas Filipinas em 1962. Criava-se assim uma nova política de sujeição da Ásia, controlando a sua produção de arroz. Era uma estratégia de substituir (e destruir) as variedades tradicionais e aclimatadas de arroz nacional pelas novas variedades geneticamente controladas pelo IRRI. A Índia é o segundo maior produtor de arroz no mundo com 20% da produção global, e possui 75% das 75 000 espécies de arroz existentes no mundo inteiro. Em 1984-85, reconheceu-se a desvantagem e pouca resistência das novas espécies. Todos os campos que utilizavam HRVs foram atacadas pela peste *Brown Plant Hopper.* E o pior foi que isso coincidiu com sérios problemas causados na mesma altura pelos efluentes da *Zuari Agro Chemical Fertilizers Ltd*, uma fábrica de adubos instalada com a colaboração dos americanos em Sancoale (vê-se uns minutos antes do avião de Bombaim aterrar no aeroporto de Dabolim).

As novas espécies de arroz necessitavam de enormes quantidades de adubos químicos que as empresas americanas estavam interessadas em fornecer. Descobriu-se assim uma armadilha das multinacionais. Felizmente, a Índia conserva o «germplasm» (essência genética) das plantas nacionais desde 1979 e tem desta forma possibilidade de recuperar as suas espécies tradicionais quando precisar. Em caso contrário, e como parece ter acontecido com a Líbia e o Afeganistão [14], um país pode tornar-se refém das espécies controladas e fornecidas pelas multinacionais. O controlo e a proibição das armas químicas não inclui a proibição de fornecer espécies controladas de arroz ou trigo. Felizmente, os goeses não tinham substituído inteiramente as suas espécies tradicionais, e após 1985 voltaram a preferi-las às novas invenções das multinacionais. Mais recentemente, uma grande empresa nacional, a «*Godrej Soaps*», tentou aliciar os cultivadores, os empresários e o governo de Goa a produzirem umas palmeiras importadas da Costa Rica, que dariam para extrair um óleo vermelho que a Companhia Godrej compraria para a sua fábrica de sabonetes. No entanto, os goeses já tinham aprendido a lição com o arroz americano e não se deixaram enganar novamente, e assim não destruíram a sua cultura tradicional de coqueiros. Os goeses necessitam mais do óleo de coco todos os dias do que do óleo vermelho para sabonetes fabricados pela *Godrej Soaps.*

As «Comunidades» das aldeias: o fim do romantismo

O que ajuda os goeses a agir com discrição e de uma maneira bastante concertada é provavelmente a sua antiga tradição de «comunidades agrárias», a instituição-base da vida económica, social e cultural da aldeia. No resto da Índia, essa instituição já estava enfraquecida sob a dominação muçulmana, e desapareceu sob o regime dos ingleses [15]. Em Goa, as comunidades agrárias sobreviveram sob a dominação portuguesa, porque convinha aos portugueses mantê-las, mesmo quando uma secção dos goeses já as considerava como um obstáculo para uma melhor utilização dos recursos agrários [16]. Após 1961, o governo eleito do território decidiu integrar Goa no sistema nacional de autonomia local, e iniciou o *Panchayati raj* com membros eleitos por sufrágio universal. Essas eleições locais foram um verdadeiro baptismo democrático para os goeses. Nunca antes houvera uma experiência de sufrágio universal em Goa. As eleições portuguesas

eram uma farsa política em que também poucos participavam. E as comunidades tradicionais eram um sistema oligárquico em que as castas baixas e os moradores das aldeias *(não-gãocares)* tinham pouca ou nenhuma participação. Decidiu-se, em 1977, que os arrendatários dos terrenos da comunidade para cultivo não voltariam a pagar mais a sua renda e seriam considerados proprietários dos terrenos. Este «Land to the Tiller Act» foi um golpe de misericórdia que tirou às comunidades 75% dos seus rendimentos (um sexto do rendimento das terras aforadas) e as tornou inoperacionais. Ficaram então obrigadas a guardar os fundos que possuíam em depósitos bancários para continuarem a exercer, com os juros, algumas funções religiosas e culturais que vinham exercendo desde um passado remoto. Muitos dos outros terrenos que não estavam aforados foram e continuam a ser vendidos por preços simbólicos para criar facilidades residenciais para famílias sem recursos, e para empregados do Estado com salários fracos e, consequentemente, incapazes de adquirirem casas a preços do mercado imobiliário. Evidentemente, os antigos beneficiários do sistema das comunidades agrárias andam descontentes com a situação. Durante a minha recente visita a Goa, fui visitar a minha aldeia de Moirá, e um amigo *gãocar* da aldeia apressou-se a contar-me da existência de um novo bairro na aldeia, conhecido como *Fukott vaddó*, ou «bairro de borla». Referia-se à zona na vizinhança da igreja de Moirá, que o governo oferecera recentemente a um grupo de famílias pobres hindus para construírem as suas casas e terem pequenos quintais. Os habitantes católicos da aldeia não gostam naturalmente dessa generosidade política, nem de ver a sua igreja paroquial rodeada por novas habitações de hindus. Mas isso é somente um dos indicadores do novo panorama social, económico e político das aldeias de Goa, onde a política de eleições determina inteiramente as manobras dos grupos de interesses, oferecendo oportunidades para quem quiser e souber aproveitar o sistema.

A indústria pesqueira: uma ameaça ecológica e os conflitos sociais

O sector da indústria pesqueira quase que não existia antes de 1961, e, embora houvesse tentativas nesse sentido, pouco se conseguiu perante a apatia pública e a publicidade em língua portuguesa que nem 5% da população compreendia. A indústria pesqueira sofreu grande alteração nas últimas décadas. O turismo tem sido em grande parte responsável por isso. Os caranguejos e os camarões já não

aparecem no mercado, porque vão directamente para os hotéis de cinco estrelas ou são exportados. Faz-nos lembrar do que acontecia na velha capital de Goa nos tempos prósperos da dominação portuguesa. O Senado da Câmara de Goa teve que emitir uma postura obrigando os pescadores e os regatões a levarem todo o peixe para o mercado onde o povo o pudesse comprar, e a não venderem o peixe directamente aos conventos deixando o povo a ver navios [17].

O pescado mais consumido em Goa é a cavala e a sardinha. Constitui 70% da pesca nas águas de Goa. No planeamento económico, aplicou-se também neste sector uma técnica importada da Europa. É a continuação da tradição que a Índia herdou dos seus «Five-Year Plans» e fé na tecnologia moderna como instrumento de desenvolvimento rápido. Houve um projecto de cooperação entre a Índia e a Noruega, em 1953, no Estado de Kerala. O objectivo era aumentar o nível do consumo de proteína pelos habitantes através do consumo adequado de peixe. O projecto indo-norueguês falhou no seu principal objectivo: o aumento de produção destinou-se à exportação, enquanto a dieta do pescador tradicional piorou. O projecto também contribuiu para agravar as relações sociais na região e criar conflitos entre vários grupos e classes. O governo de Goa recusou aprender com este fracasso, e decidiu investir e apoiar a mecanização da pesca com traineiras equipadas com redes de dragagem *(purse-seiners)*, sem no entanto querer restringir a actuação das traineiras nas águas com profundidade de 10 a 15 m, deixando as águas menos profundas para a pesca tradicional (com ou sem motor ligado às canoas). Mas como o camarão floresce perto da costa, as traineiras preferiam ficar dentro da mesma zona. Não quiseram também investir em pesca nas águas distantes, que exigiam traineiras maiores (100 pés), em vez das 850 e mais de capacidades reduzidas, e que não podem pernoitar no mar. Precisariam também de equipamento para ficar uns dias no alto mar, incluindo facilidades de congelamento do peixe. As redes de dragagem, utilizadas pelas traineiras na pesca costeira, não só apanhavam o peixe adulto, mas destruíam também a vida larvar, provocando o esgotamento dos recursos e dificultando a regeneração do ambiente biótico. Os peritos na matéria estabeleceram o limite tolerável de pesca anual em 70 295 toneladas, e Goa tinha atingido 61 776 toneladas, em 1991-92. Mas o que não se menciona nas estatísticas oficiais é o estrago causado no ambiente biótico pela excessiva dragagem das pequenas traineiras em busca de lucros imediatos. A regra internacionalmente seguida é de manter

somente 30 traineiras para 10 km de costa. Goa poderia assim sustentar um pouco mais de 300 traineiras. O número actual já chegou a mais de 850 [18]. Os outros prejuízos causados pela excessiva mecanização da pesca são as grandes quantidades de peixe que se seca (por não se vender) para adubo em lugares abertos na Velha Goa, Verná, Cortalim, Chaporá, Benaulim e Arambol, causando mau cheiro e atraindo muita mosca azul que transmite doenças *(Blue bottle fly)*. Muitas vezes, o peixe em excesso é lançado para o rio e o mar, e as marés voltam com o peixe podre para as praias. Os proprietários das traineiras tentaram criar interesse na indústria de conserva de peixe, e as duas empresas que investiram nisso, em Corlim (na vizinhança da Velha Goa) e em Chaporá, já têm má reputação pela sua incapacidade de tratar e eliminar os resíduos [19].

O manto florestal e as ameaças industriais

E o ambiente florestal? Nos primeiros séculos da ocupação portuguesa, os missionários, especialmente os jesuítas, contribuíram muito para a melhoria da qualidade e para a propagação de novas espécies de plantas em Goa. *A arte palmárica*, dum jesuíta anónimo, é já bastante conhecida [20], e sabe-se também dos avanços que os jesuítas conseguiram na produção de arroz nas aldeias que lhes pertenciam em Salcete e na Província do Norte [21]. A densa propagação da árvore da teca em Salcete é também atribuída aos jesuítas, que necessitavam de muita madeira de teca para as suas igrejas sumptuosas nessa província [22]. Conhecem-se raros casos documentados que se referem à falta de sensibilidade das autoridades portuguesas no que diz respeito a protecção das árvores em Goa, e curiosamente a população local soube protestar contra tais crimes ambientais: uma nota de protesto foi dirigida ao monarca de Portugal pela Câmara Agrária de Salcete, e dizia num *post-scriptum* que o vice-rei Pero da Silva deu uma empreitada para a reparação de uns galeões que se queimaram na barra (em combates navais com os Holandeses) e permitira aos empreiteiros que «cortassem as jaqueiras e outras árvores rendosas de Salcete, como se cortarão em muita cantidade». Pediam ao monarca que passasse uma provisão para que no futuro os vice-reis e ministros do Estado não pudessem cortar árvores de fruto das ditas terras, «excepto para as necessidades dos naturais não sendo rendosas, ou estando cercada a cidade por mar e terra, que Deus não permita [23]». A outra nota de

protesto foi redigida pela Câmara Agrária da província de Bardez, e o governador D. Rodrigo da Costa enviou a seguinte justificação ao monarca, rejeitando a queixa de que os soldados acampados nas fortalezas de Bardez cortavam árvores de mangueiras e outras de fruto: «Há um alvará que passou o Senhor Conde de Alvor, que nenhuma pessoa de qualquer calidade e condição que seja não poderá cortar árvore nenhuma frutífera, o que se observa. Só cortam árvores que não são de préstimo para lenha, o que fazem as companhias.» [24] O Marquês de Pombal manifestou interesse especial nessa matéria criando a Intendência Geral da Agricultura em 1776. Este organismo foi alterado em 1834 com a criação da Administração das Matas de Goa e Nagar Aveli. Em 1912, foi criada a Direcção dos Serviços Agrícolas e Florestais. O Departamento mudou de nome em 1920 e chamou-se Direcção de Serviços Agrícolas, Florestais e Pecuária. Em 1958, este Departamento foi junto ao das Minas, Indústria e Estatística, com a designação de Direcção dos Serviços de Economia. O responsável pelas florestas (engenheiro silvicultor) era graduado do Instituto Superior de Agronomia (Lisboa) e tinha pessoal assistente para o policiamento das matas. Havia um regulamento que definia as matas protegidas e as condições para cortes de limpeza, desbastes e outros tipos de cortes. As florestas foram suficientemente cuidadas com tais medidas. Já se tinha feito um cuidadoso levantamento topográfico das zonas florestais e uma inventariação das árvores. O que aconteceu após 1961 foi algo desastroso para as florestas: cortaram-se muitas árvores de teca e *sissó* (espécies muito procuradas para fabrico de móveis) para negócios de contrabando, com conivência política, foram introduzidas novas espécies alheias à tradição local, tais como o eucalipto e a borracha, construíram-se barragens e projectos industriais nas regiões florestais. Já referimos os problemas que as florestas de Goa estão a enfrentar com a indústria mineira, concentrada precisamente nas Novas Conquistas com maior cobertura florestal. As reservas criadas têm sido uma medida positiva, e deseja-se que os industriais das minas cumpram a sua obrigação de arborizarem as zonas escavadas que já não servem para a extracção de minério. Paira agora a ameaça do novo caminho-de-ferro *(Konkan Railway)* que vai atravessar Goa de norte a sul ligando os quatro Estados do Concão. O projecto já arrasou várias colinas e planícies com denso arvoredo e vegetação. O caminho atravessa arrozais de tipo *khazan*, que eram tradicionalmente protegidos com diques contra as águas salgadas dos rios. Se a elevação térrea (30 pés), cons-

FOTOGRAFIA ARQUIVO TEOTÓNIO R. DE SOUZA

Caju

truída para assentar o caminho-de-ferro, vier a interferir com o escoamento das águas da vasta bacia de *khazans*, uns 60 km² férteis de arrozais poderão transformar-se num vasto lago de águas estagnadas e gerar o mosquito *Culex Vishnui*, temido veículo da encefalite japonesa. Já tem havido alguns casos, em Goa, dessa doença na última década, e 80% dos casos estavam ligados ao esvaziamento defeituoso de *khazans*. Também não se tem a certeza se essa elevação térrea poderá resistir às monções. Vive-se assim com a ameaça de Goa voltar a experimentar novamente uma epidemia que há dois séculos e meio forçou o abandono da velha cidade de Goa. «Konkan Railway» ameaça Goa também sob alguns outros pontos de vista: para evitar prováveis altos custos de construção de túneis, em vez de passar pelas Novas Conquistas e contribuir para o seu desenvolvimento, vai passar por uma zona densamente habitada e já sobrecarregada de infra-estruturas, e sem potencialidades de suportar novas pressões da magnitude que esse projecto representa.

Um desenvolvimento industrial ou uma minagem com bombas químicas?

O censo de 1960 indicava 16 704 empregados, ou seja, 6,5% no sector industrial. Era a indústria de transformação, tal como a do descasque de arroz e de nozes de caju, extracção de óleo, conserva de peixe e de fruta, etc. Com a excepção da indústria fosforeira de Pondá e de quatro empresas de nozes de caju em Bicholim, Pondá e Satari, nenhum outro estabelecimento empregava mais de 40 pessoas. Os principais obstáculos ao progresso industrial eram a falta de energia, de bons conhecimentos técnicos e de facilidades de crédito financeiro. O licenciamento das empresas era decidido por uma Comissão que funcionava em Lisboa com poucos conhecimentos da realidade local e pouco acessível aos candidatos empresariais da terra. Mesmo este fraco sector industrial contribuía com 1,98 *crores* de rupias para a receita do país. Goa tinha 10 geradoras de electricidade alimentadas com gasóleo *(diesel oil)*. A capacidade total era de 6776 kW. Algumas dessas facilidades eram monopolizadas pelas empresas mineiras. Se o consumo de energia é um importante indicador de desenvolvimento, o consumo per capita era de 7 kWh comparado com 30 kWh no resto da Índia na mesma altura, apesar de Goa ter maior receita *per capita*. A situação alterou-se radicalmente após 1961. Desde essa altura veio a

verificar-se o desenvolvimento industrial para melhoramento das condições de vida. Procurava-se uma saída da economia de subsistência em que vivia a maior parte da população. Pouco se pensou nos perigos de industrialização, e muito menos de possíveis alternativas. Goa vive sob a ameaça de verdadeiras bombas químicas já instaladas e de algumas novas que poderão chegar. As instaladas já deram provas da sua natureza perigosa. Já referimos os problemas com a *Zuari Agro Chemical*. Foi a primeira fábrica grande, situada muito perto do aeroporto e do porto. A fábrica é dependente de líquido amoníaco que é regularmente transportado pelos camiões que atravessam grande parte do território sem grandes precauções. Além disso, os dois enormes tanques de armazenagem (com capacidade de 3000 toneladas cada) não são considerados muito seguros. Calcula-se que, em caso de qualquer explosão ou escape de gás, a vila de Vasco da Gama desaparecerá imediatamente, e Panjim poderá ter mais 10 minutos de vida. É bem conhecido o que aconteceu em Bhopal (Índia) em Dezembro de 1984. O mesmo pode acontecer com *Zuari Agro Chemical*, ou com *Hindustan Ciba-Geigy* em Corlim (arrabalde de Velha Goa). Neste caso poderá repetir-se o desastre da Sandoz e a consequente contaminação do Reno e as consequências que vários países europeus sofreram há uns anos. O rio Mandovi e Goa inteira seriam vítimas da *Ciba-Geigy* se os seus mortais efluentes PCBs *(Polychlorinated byphenils)* conseguirem escapar. A terceira bomba-relógio é a fabrica da *Hindustan Petroleum Corporation Ltd*, que carrega cilindros de gás líquido. Tem tanques que armazenam 120 toneladas deste gás no parque industrial de Cundaím (Pondá). Existe ainda uma outra indústria que fabrica açúcar. É a *Sanjivani Sugar Factory*, situada em Pondá. Funciona somente nos meses de Novembro a Março, quando a cana fica madura. A fábrica processa quase 100 000 toneladas de cana. Em 1978, houve descuido da administração da fábrica no armazenamento de melaço. Chegaram as monções e verificou-se escoamento de melaço no rio Khandepar que fornece água canalizada para a cidade de Margão e vários outros sítios. O cheiro podre da água ajudou logo a detectar o perigo e evitar piores consequências.

Há dois candidatos novos à espera de licenciamento industrial: *Du Pont*, com projecto de *Nylon 6,6* e *Usha Ispat*, que já tem uma fábrica de aço no Estado vizinho, muito perto da fronteira com o Tiracol, e quer agora instalar uma sucursal em Tiracol. Ambos os projectos têm encontrado forte resistência local. *Du Pont* continua as suas pressões sobre

o governo da Índia através da Casa Branca, pois é sabido que *Du Pont* contribui anualmente com alguns milhões de dólares para o Tesouro dos Estados Unidos.

Mas Goa vai ainda ter que sofrer com os perigos que ameaçam de fora das suas fronteiras. Um destes é o complexo de 6 reactores nucleares (com capacidade total de produzir 1410 MWs de electricidade). Vai ser construído em Kaiga, que não dista mais de 22 km da fronteira sul. Em caso de acidente e contaminação radioactiva, calcula-se que Goa inteira teria que ser evacuada dentro de 12 horas, e a população só poderia voltar após 20 anos. Os perigos não são exagerados, pois já houve quatro acidentes com reactores nucleares na Rússia, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, desde 1957. Nenhum desses países revelou durante muito tempo todas as consequências dos desastres, mas o que foi revelado já justifica o receio dos goeses. Tem havido muitos protestos e esforços para a educação do público no que diz respeito aos perigos do projecto de Kaiga. Mas como todos os protestos não puderam alterar muito o projecto de *Konkan Railway* que vai ficar completo até ao final deste ano; também os reactores nucleares poderão surgir em Kaiga dentro em breve. Mas fica uma pergunta para a consciência dos goeses: Goa depende inteiramente da electricidade das centrais nucleares de Ramagundan, em Andhra Pradesh (100 kV) e de Korba, em Uttar Pradesh (210 kV). A energia é transmitida através dos Estados vizinhos de Maharashtra e Karnataka [25]. Como se justifica, perante a consciência goesa, a aceitação da electricidade produzida pelos reactores nucleares noutras regiões do país?

O surto educacional

SEM educação não se pode esperar participação séria dos cidadãos na administração e no seu próprio desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida. Goa tinha 30,5% de literacia segundo o censo de 1960, ultrapassando assim os níveis de literacia em alguns Estados vizinhos da Índia, entre os quais somente Guzerate possuía um nível igual. A educação primária era obrigatória, mas, sendo em português, muitos habitantes não se interessavam por ela, nem a administração observava com muito rigor a execução da legislação na matéria, por falta de escolas e professores. Os hindus de Goa mantiveram a instrução primária em Marata por conta própria e por meio de tutores privados *(mastor)*. Os católicos já não sentiam a mesma necessidade de insistir na educação

Fotografia Arquivo Teotónio R. de Souza

Universidade de Goa

para os seus filhos em Concani, continuaram sempre a usar o Concani como língua de comunicação familiar, embora aprendessem o português ou o inglês por razões profissionais. A educação secundária portuguesa circunscrevia-se ao Liceu, em Panjim, e só servia para produzir professores primários, e para emprego na pequena administração do território. Eram muito limitadas as potencialidades de emprego lucrativo em Goa. A educação secundária preferida pelos habitantes era em inglês, porque ajudava a emigrar. Esta educação era proporcionada pelos colégios privados e os alunos tinham que comparecer para os exames em Bombaim ou em Poona, no Estado vizinho da Índia. A educação superior em Goa estava limitada à Escola Médica, que não era reconhecida pela Associação Médica da Índia. Para tratamento cirúrgico, a maioria da população tinha poucas condições em Goa, e era obrigada a recorrer aos hospitais na Índia vizinha ainda que para tratar das amigdalites. O ensino técnico mereceu alguma atenção somente a partir de 1956. Quase todo o sistema de educação era tradicional e sem qualquer orientação útil e proveitosa para o desenvolvimento do povo e do território, forçando muitos jovens a emigrar para a Índia para prosseguirem estudos superiores e procurar emprego.

Logo após a integração de Goa na União Indiana, os exames de ensino secundário em inglês foram organizados em Goa pela primeira vez, poupando assim aos estudantes as preocupações de viagem e outras despesas de deslocação a Bombaim. Logo a seguir, estabeleceram-se em Goa vários colégios universitários de ensino secundário e superior em diversos ramos de ciências, letras, arte e formação profissional. A Universidade de Bombaim deu assistência a todo este processo de desenvolvimento do ensino secundário e superior em Goa. Estabeleceu-se um Centro de Estudos e de Investigação para Pós-Graduação, como uma extensão da Universidade de Bombaim em Goa. Entretanto, os goeses tiveram tempo suficiente para estudarem e debaterem o tipo de Universidade que queriam. Foi assim que, em 1985, se estabeleceu a Universidade de Goa, que assumiu todas as responsabilidades até então exercidas pela Universidade de Bombaim. Foi uma transformação rápida e realizada de forma eficaz.

Pedagogicamente, a mais importante revolução no sector educativo teve que esperar até há uns três anos, quando se optou pela educação primária em língua vernácula das crianças, tal como já se fazia em todos os outros Estados da Índia, e como faziam os países colonizadores nos seus próprios países. A primeira experiência de escolarização

disso as comunidades agrícolas de Goa financiavam os estudos superiores de alguns dos seus filhos para estudos em Portugal. Agostinho Lourenço, notável químico, é, duma dezena de goeses que deram os seus nomes às ruas de Lisboa, um desses beneficiários [33] (foi confundido logo após o 25 de Abril com o Director da PIDE e, até se notar o erro, o seu nome desapareceu da rua ligada ao Areeiro). Quando Goa foi integrada na União Indiana saíram alguns goeses que decidiram continuar com a cidadania portuguesa. Houve depois um longo interregno, e só recentemente, com o melhoramento das relações entre a Índia e Portugal, mais goeses se têm sentido inclinados a recuperar a sua nacionalidade portuguesa que lhes é garantida pela Constituição portuguesa. Certamente haverá motivos pessoais em cada caso, mas provavelmente a nova União Europeia é também uma atracção sob o ponto da vista profissional, e as relações amistosas entre a Índia e Portugal já facilitam a continuação de contactos com as famílias em Goa.

O turismo e as consequências ambientais e socioeconómicas

O Estado está apostado em explorar a beleza das praias, o passado histórico e «exótico» do território, e apoiar investimentos privados no turismo internacional. Em 1991-92, Goa atraiu 128 489 estrangeiros, além de 773 143 turistas nacionais [34]. Temos assim uma boa ideia da intensidade do influxo turístico, e dá para imaginar as consequências e ameaças desta indústria para o ambiente local, e para a sociedade goesa. O número total dos turistas que visitam Goa geralmente entre Outubro e Maio, chega a mais de metade da população do território. Muitos turistas nacionais são atraídos pela publicidade oficial e privada de Goa sexualmente libertada (o postal da publicidade do Governo de Goa para o Encontro Internacional de Turismo, em Berlim, há dois anos, representava uma praia de Goa com uma duna entre palmeiras, e a duna tinha a forma de uma mama com o mamilo erecto; havia outros postais igualmente sugestivos) dá-lhes imenso prazer ver os corpos nus dos europeus nas praias de Goa. É a forma de o turismo internacional ser explorado para alimentar o turismo doméstico. Talvez uma outra atracção para os turistas nacionais em Goa é o acesso fácil e relativamente barato às bebidas alcoólicas. Noutros Estados da Índia ou vigora a proibição («lei seca») ou as bebidas alcoólicas são excessivamente caras. Os hotéis grandes e médios de Goa dependem dos voos

«amendoins» *(charters)* da Europa para 40% dos seus ocupantes, tanto por razões de maior lucro, como para servirem de isco para atrair os turistas nacionais. Mas a maior parte dos turistas nacionais preferem hotéis e pensões mais baratas nas cidades. Por causa dos seus orçamentos muito económicos, os condutores dos táxis em Goa cunharam um novo vocábulo para os descrever — *Bhiknnacar* (literalmente «vendedores de amendoins») ou clientes com poucos recursos. Preferem clientes europeus e encontram pretextos para recusar os pedidos dos *Bhiknnacares*. Nos mercados de Goa também os vendedores têm preços diferentes para os turistas europeus e para os nacionais. A ignorância de língua local é geralmente explorada para esse efeito. Curiosamente, em Goa, todos os europeus são agora identificados com os «hippies», que nos finais dos anos 60 lhe deram publicidade internacional. Foram eles que trouxeram a droga a Goa, e embora os «hippies» verdadeiros já sejam raros, a droga continua, e também o *flea market* (tipo de feira da ladra), em Anjuna (perto de Chaporá, um pouco aquém do extremo norte de Goa).

Já entraram em Goa as grandes cadeias dos hotéis: Taj Hotels, Oberoi-Sheraton, Ramada Hotels, Dalmia e Leela Beach Resorts. Nota-se forte concorrência para celebrar a *Goan way of life*, que é resumida como uma «boa vida» e uma «vida sossegada». Essas empresas conseguiram ocupar espaços privilegiados do litoral, violando na maior parte dos casos a lei que regula a protecção das praias e não permite qualquer construção num perímetro de 500 m da praia. Conseguiram introduzir alterações na legislação, reduzindo o limite proibido de «*No-Development Zone*» (= zona de conservação) de 500 m até 200 m. Taj Holiday Village conseguiu ainda ficar na zona de 90 m em Aguada (Sinquerim), e há outros que conseguiram violar os 200 m de limite. Em nenhum dos casos as autoridades centrais tomaram medidas para fiscalizar e impedir as construções ilegais. Todas as violações da legislação central (incluindo o *Environment Protection Act*, de 1986, que entrou em vigor após a tragédia de Bhopal) só são possíveis com a colaboração do governo local, em troca de comissões ilegais em forma de dinheiro e serviços. Em contravenção da legislação vigente, os grandes hotéis *(Beach Resorts)* também fecharam as praias para o público e instalaram facilidades de extracção de água do subsolo dentro da zona proibida de 500 m. Apesar dos apoios da administração local para escapar aos controlos legislativos, duas associações voluntárias, GJF (*Goenkaranchi Jagrut Fouz* = Brigada vigilante dos goeses)

e *Goa Foundation* têm conseguido processar as empresas culpadas nos tribunais como violadores do interesses público e têm-nos forçado a abandonar alguns novos projectos e a corrigir até certo ponto as violações já efectuadas. Tem sido um importante triunfo para a determinação dos goeses conscientes da importância ambiental, mas vai ser necessária uma vigilância contínua para controlar a situação em que novos hotéis estão a multiplicar como cogumelos ao longo da faixa litoral de Goa. Os danos ambientais mais sérios, causados pelas cadeias dos grandes e médios hotéis muito perto das praias, consistem na destruição das dunas de areia e da vegetação que protege o interior contra a erosão durante as marés altas, especialmente durante as monções; criação de novas dunas de resíduos hoteleiros, incluindo garrafas e plásticos; desequilíbrio nas águas do subsolo e problemas de água para os habitantes da localidade em consequências dos poços artesianos *(bore wells)* dos hotéis [35].

Não haja dúvida que o turismo trouxe muitos benefícios económicos para muitos habitantes de Goa. Beneficiaram habitantes da zona litoral, onde muitos conseguem ganhar com o turismo de habitação. Beneficiaram os habitantes em geral com inúmeros serviços ligados ao turismo. Não se pôde também evitar que muitos marginalizados ou menos afortunados da sociedade tradicional encontrassem alguma saída com o turismo. Se muitos goeses sentem agora preocupação com os problemas da prostituição, droga, etc., é altura para repensarem as medidas necessárias para apoiar a juventude e os grupos sociais mais permeáveis a alguns efeitos nocivos do turismo. Vê-se que os goeses não têm ignorado essa chamada de atenção, não têm entrado em pânico, nem ignoram que o «turismo de destino» ou de *charters* é uma indústria frágil. Não existem instrumentos para medir com precisão as várias influências que operam na personalidade colectiva de um povo, mas a presença portuguesa em Goa, durante 450 anos, parece manifestar-se através da capacidade dos goeses em saber viver e sobreviver sem sobressaltos. É o que os não-goeses classificam como a vida «sossegada» dos goeses e sentem-se atraídos por Goa como por um oásis no meio das corridas e de desassossego da vida moderna.

Notas

[1] Norbert Krebs (com anotações de Orlando Ribeiro), «Goa», em *Garcia de Orta* (n.º especial), Lisboa, 1956, pp. 89-98.

[2] *Earth Resources for Goa's Development*, Geological Survey of India, Hyderababd, 1985, n.º 13. Contém informação muito pormenorizada sobre a geologia de Goa, incluindo estudos específicos sobre alguns problemas de ecologia em Goa causados pelo desenvolvimento. Já se tem avançado muito desde os estudos realizados por Alexandre Borges (1947) e pelas missões enviadas pela Junta de Investigações do Ultramar nos anos 50.

[3] Os visitantes terão normalmente esta impressão porque não se vê construção civil de pedra e cal. Mas lá vivem uns grupos sociais muito especiais e que só recentemente os seus direitos, a não serem evictos das reservas, estão a ser defendidos. São grupos tribais dos *Dhangar* e dos *Velip*. Talvez as únicas tribus que sobrevivem em Goa. Vivem mais *Dhangars* na zona Morlengod-Vagueri em Sattari, e alguns em Pondá e em Sanguem. As recentes forças de desenvolvimento têm conseguido tirar os *Dhangars* do seu isolamento nos bosques e trazê-los mais em contacto com os «civilizados» das planícies. Antigamente eles viviam como pastores nómadas. Sabiam utilizar a floresta para todas as suas necessidades. Praticavam uma agricultura de tipo *kumeri* para cultivar *ragi* (*eleusine coracona*) nos terrenos onde estivessem de passagem. Os novos controlos das florestas têm afastado muitos *Dhangars* para as florestas dos Estados vizinhos. Os que ficaram estão a ser integrados nas cooperativas para a produção de leite, e em troca do leite que vendem recebem bebidas alcoólicas que os «civilizados» lhes vendem. Os *Velip* vivem em Cotigão e com a preocupação de serem evacuados da zona de reserva florestal. O governo não lhes permite cortar a lenha de que carecem, enquanto eles vêem camiões carregados de troncos cortados para contrabando. Vivem duma agricultura primitiva, e vendem nozes de caju e alguns produtos florestais. Os *Dhangars* e os *Velips* continuam como classes marginalizadas. *Peaceful Society*, uma organização não-governamental, tem iniciado um movimento conhecido por «*Vanavasi Sanghtana*» para proteger estes grupos contra os interesses políticos e económicos que exploram as florestas sem qualquer consideração pelos seus habitantes tradicionais. Cf. *Fish, Curry and Rice*, pp. 34-38.

[4] *Fish, Curry and Rice*: A *Citizen's Report on the Goan Environment*, Mapusa, Ecoforum Publication, 1993. pp. 18-332: Listagem e descrição das diversas espécies de flora e fauna de Goa. Refere-se a 275 variedades de pássaros e 60 géneros de répteis. Encontram-se crocodilos no canal de Cumbarjua. Das cobras venenosas, *Bungarus coerulus* (*Indian Krait)*, conhecida por *Kaner* em Goa, é duplamente mais perigosa que uma cobra capelo (*Naja*). Bastam 6 mg de veneno para matar uma pessoa. São venenos neuro tóxicos que paralisam os músculos e matam por asfixia. No caso de *Vipera Russeli* ou *Mandol* em Konkani, o veneno injectado é vaso tóxico que não permite a coagulação do sangue que escorre da ferida. A vítima sangra também pelos vasos capilares das narinas, gengivas e outros órgãos internos e delicados. As víboras emitem sons de alerta que se podem ouvir à distância e evitar a aproximação. O perigo das mordeduras das cobras parece explicar o culto da cobra na religião hindu.

[5] D.D. Kosambi, *An introduction to the study of Indian History*, Bombay, 1975, p. 250.

[6] Algumas das fontes com propriedades de cura encontram-se em Amborá (para doenças de pele), Sokoile em Candolim (doenças cutâneas), Fondvem em Candolim (restabelece apetite), Pomburpá (uma das duas fontes acalma os nervos e cura problemas de vista), Batim (purifica o sangue). Há outras fontes conhecidas e com as suas características medicinais em Naroá (Divar), Fatorpa (Bali), Raidor (Cavelossim), Gongo (Nachinolá), Torvalém (Shirodá), Salmona (Saligão), Tordá (Penha da França). As fontes de Curca, Mercês e Boca da Vaca (Panjim) correm durante todo o ano. Muitas fontes em Pondá são aproveitadas para irrigação dos campos. O Instituto Nacional de Oceanografia (Dona Paula, Goa) tem um estudo sobre a contaminação de 17 fontes de Goa e com recomendações para a sua recuperação. O Departamento de Turismo é considerado em grande parte responsável por ter dado publicidade a estas fontes sem tomar precauções para a sua devida utilização e higiene. Cf. *Fish, Curry and Rice*, p. 121.

[7] *Fish, Curry and Rice: A Citizen's Report on the Goan Environment*, Mapusa, ECOFORUM Publication, 1993.

[8] *Goa, Daman & Diu: Techno-Economic Survey*, New Delhi: National Council of Applied Economic Research, 1964, pp. 9-18.

[9] Todas estas casas industriais acumularam o seu capital com essa indústria e tem hoje diversificado os seus investimentos e actividades. Alguns deles têm os seus colégios universitários em Goa. Timbló não tem colégio universitário, mas é proprietário do hotel Cidade de Goa. Foi uma companhia francesa que fez as primeiras prospecções de minério em Goa, e mais tarde o governo português convidou um alemão, Dr. Oertel, para preparar um mapa geológico. A legislação portuguesa das concessões mineiras data de 20 de Setembro de 1906 e antes de 1961 foram feitas 600 concessões, mas poucos conseguiram explorar produtivamente. O governo da Índia converteu as concessões perpétuas em arrendamentos (*mining leases*) para exploração, e reservou para si os direitos proprietários. A primeira exportação de minério em Goa foi de 100 toneladas em 1947 e atingiu 14 milhões em 1985. Ultimamente tem-se mantido ao nível de 13 milhões de toneladas, o que representa 50% da exportação total de ferro do país. A maior parte da exportação é para o Japão, que consegue manter preços muito baixos de compra, por ser o maior importador de ferro e aço no mercado internacional, e assim ter o privilégio de explorar os concorrentes. Os outros países que compram o minério de Goa são: Itália, Coreia do Sul, Ruménia, Holanda, Paquistão, Coreira do Norte, Bélgica, França e Hungria.

[10] *Statistical Pocket Book of Goa* (1991-93), Panaji, Directorate of Planning, Statistics and Evaluation, p. 59.

[11] *Fish, Curry and Rice*, pp. 155-168.

[12] O trabalhador nos campos recebia como salário Rs. 2 a 2,5 por dia, enquanto o operário nas minas recebia Rs. 5 a 7 por dia. Mesmo assim eram salários que excediam quase no dobro os salários pagos aos mesmos operários no resto da Índia. Um empregado de escritório em Goa ganhava Rs. 250 por mês, enquanto na Índia vizinha ganhava somente Rs. 100 a 150. Um oficial dos correios em Goa ganhava Rs. 250, e os professores das escolas primárias ganhavam Rs. 350 até 600. Os oficiais da administração

ganhavam relativamente mais. Um técnico das minas ganhava Rs. 2500 se fosse da terra, e o dobro se fosse branco. O relatório não deixa de registar o melhor nível da vida em Goa, comparado com o resto da Índia, e ausência de mendigos nas ruas. As maiores fontes da receita eram na ordem decrescente os serviços de exportação e re-exportação de produtos de consumo e luxo, indústria mineira e agricultura.

[13] A cultura de trigo deu melhores resultados no Norte da Índia, particularmente em Punjab e Haryana que se transformaram em celeiros do país. O país investiu num gigantesco sistema de irrigação em Punjab. A agro-indústria que resultou dessa revolução verde alterou profundamente as relações sociais neste estado, criando grandes barões locais, os quais já tinham capitais para educar os seus filhos no Reino Unido e nos Estados Unidos de América. Foi então que se lhes meteu na cabeça que já eram auto-suficientes e podiam lutar pela independência, originando-se assim a luta por Khalistan, dirigida e subsidiada do Reino Unido, Estados Unidos da América e Canadá. Se a Índia tivesse decidido investir os fundos de desenvolvimento noutras partes do país, hoje não teria esse problema de «Kalisthan».

[14] Não guardaram o «germplasm» do trigo que se cultivava tradicionalmente nos seus países, e os Americanos, que conservam essas essências genéticas nos seus bancos privados, recusaram fornecê-los quando esses países o pediram há uns três anos.

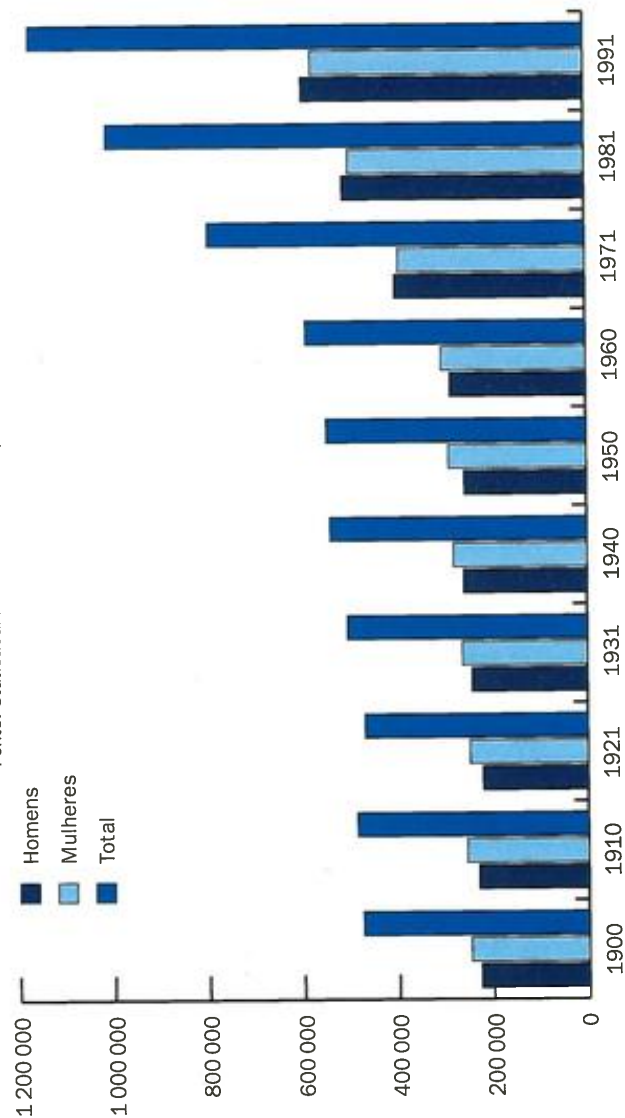
[15] No sistema administrativo inglês a arrecadação do foro estava a cargo do *zamindar*. O *zamindar* podia então considerar-se dono da região fiscal e impor as suas condições aos cultivadores ou *ryots*. Os governantes muçulmanos já tinham introduzido anteriormente o sistema de *jagirdari* que tinha as mesmas consequências. Talvez a continuação da jurisdição hindu de Vijayanagar ainda umas décadas antes da conquista de Goa pelos Portugueses tinha sido responsável pela continuidade das comunidades agrárias. Os Portugueses mantiveram o sistema por conveniência política e administrativa. Estas eram aliás umas oligarquias que oprimiam as castas baixas, e não tinham razão de ser numa Índia democrática.

[16] O deputado goês nas Cortes em Lisboa, Francisco Luís Gomes, defendeu a tese fisiocrata e foi um acérrimo defensor da «liberdade da terra». Publicou *A liberdade da terra e a economia rural da Índia Portugueza*. Lisboa,1862.

[17] Arquivo Histórico de Goa, Ms. 7760 «Assentos e Juramentos», fls. 13v-14.

[18] Nos meados da década de 70, os pescadores tradicionais (*Ramponkar*) organizaram-se no *Goenchea Ramponkarancho Ekvott* para protestar contra a contaminação do peixe e água potável causada pelos esgotos industriais da *Zuari Agro Chemical*. Os efluentes lançados no mar continham arsénico, e voltavam com as marés. A empresa admitiu a sua culpa e tiveram que adoptar nova tecnologia que não utilizasse o arsénico. O *Ekvott* continuou a insistir e assumiu a responsabilidade de defender os interesses dos pescadores tradicionais contra os abusos da pesca mecanizada. Foi o primeiro movimento organizado de protesto em Goa e conseguiu mobilizar efectivamente a opinião pública em colaboração com outras associações similares fora do Estado. O movimento enfraqueceu e ficou quase paralisado quando alguns participantes do movimento passaram para o lado dos opositores, entrando nos negócios de pesca mecanizada.

[19] *Fish, Curry and Rice*, pp. 82-95.
[20] Um tratado de cultura dos palmares. Foi publicado várias vezes a partir de 1841. Filipe Nery Xavier inseriu-o no seu *Bosquejo Histórico das Comunidades* em 1852. Do Bosquejo, Bernardo Francisco da Costa transcreveu a *Arte Palmárica* no seu *Agricultor Indiano* em 1872. Apareceu novamente no opúsculo *Culturas Indianas* de J. I. de Loiola em 1896. A última re-edição foi feita pela Imprensa Nacional em 1918.
[21] Teotónio R. de Souza, *Goa Medieval: A cidade e o interior no séc. XVII*, Lisboa, Ed. Estampa, 1994, p. 71.
[22] *Fish, Curry and Rice*, p. 33.
[23] Teotónio R. de Souza, *ob. cit.*, pp. 227-8.
[24] *Ibid.*, p. 238.
[25] *Statistical Pocket Book of Goa* (1991-93), Panaji, Goa, pp. 60-61.
[26] Teotónio R. de Souza, «Church card or people's card in Goan politics», *Boletim do Instituto Menezes Braganza*, n.º 166, 1992.
[27] Stella Mascarenhas-Keyes, «International Migration: Its development, reproduction and economic impact on Goa up to 1961», *Goa Through the Ages*, II, ed. Teotónio R. de Souza, New Delhi, 1990, pp. 242-62.
[28] Teotónio R. de Souza, *Goa Medieval: A cidade e o interior no século XVII*, Lisboa, Ed. Estampa, 1994, p. 54.
[29] Mira Mascarenhas, «The Church in eighteenth century Goa», in *Essays in Goan History*, ed. Teotónio R. de Souza, New Delhi, 1947, p. 98.
[30] Stella Mascarenhas-Keyes, *ob.cit.*, pp. 244-45.
[31] *Ibid.*, p. 245.
[32] Teotónio R. de Souza,«O Mar no Quotidiano Popular Goês», in *Estudos da Academia de Marinha*, Lisboa, 1993 (Separata).
[33] P. J. Peregrino da Costa, *A expansão do Goês pelo Mundo*, Goa, Repartição Central de Estatística e Informação, 1956; José Julio Gonçalves, *Portugueses dispersos pelo Mundo*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, s.d.
[34] *Statistical Pocket Book of Goa*, 1991-93, pp. 118-19.
[35] *Fish, Curry and Rice: A Citizen's Report on the Goan Environment*, Ecoforum Publ. Goa, pp. 169- 194.

GOA
Uma fusão cultural em evolução

O património pré-português

ATÉ os meados do século passado, a historiografia portuguesa pouco se importou com a cultura pré-portuguesa de Goa, e os que mais tarde se importaram com o assunto foram poucos. Temos dois relatos bem conhecidos de Tomé Pires e de Duarte Barbosa sobre Goa ao tempo da sua conquista por Afonso de Albuquerque. João de Barros e outros cronistas do tempo limitam-se a referências fugidias às antigas comunidades das aldeias. Era-lhes importante apresentar a conquista de Goa no seu contexto social, e também para realçar a política conciliadora do conquistador para com os habitantes «gentios» do território. Temos mais pormenores na correspondência e crónicas dos jesuítas, e relativamente menos nas dos franciscanos. Dos vocabulários da língua «canarim» (Concani) compostos pelos missionários podem deduzir-se informações úteis sobre a sociedade e o seu ambiente cultural. As publicações de documentos por Filipe Nery Xavier [1] e Cunha Rivara [2], nos finais do século XIX, ajudaram a revelar muitas tradições culturais que a administração portuguesa, a Igreja e a Inquisição procuraram orientar. Foi somente a partir dos inícios deste século que se começou a conhecer melhor o património cultural de Goa, através das actividades da Comissão Permanente de Arqueologia de Goa, e das investigações dos seus vogais e sócios, Panduronga Pissurlencar [3] e A. B. de Bragança Pereira [4]. As investigações do Padre Heras, S. J. de Bombaim, também deram um grande impulso às investigações sobre o passado pré-português de Goa [5]. Mas a política de assimilação do Estado Novo voltou a travar o progresso dessas actividades e investigações. Foi necessário esperar pela integração de Goa na União Indiana para o património cultural de Goa merecer atenção em todas as fases da sua evolução. Goa foi dominada pelos muçulmanos durante menos de meio século e a influência que conseguiriam deixar foi neutralizada pela política portuguesa hostil aos muçulmanos. Anteriormente, durante mais de um milénio, mudaram-se os regimes políti-

cos de Goa várias vezes, mas foram sempre hindus, quaisquer que fossem as suas seitas preferidas. Foi nessa corrente cultural multissecular que os portugueses exerceram a sua acção concentrada e razoavelmente prolongada, conseguindo marcá-la profundamente. Mas, com a reintegração política no subcontinente indiano, Goa perdeu o seu isolamento enclavístico e ficou sujeita às novas forças de grande escala que estão a interferir na sua identidade cultural. Em poucas décadas, alguns efeitos deste processo já são visíveis. Mas os goeses têm tido maior participação neste processo do que no passado, e a fusão cultural não tem sido dirigida inteiramente por forças alheias aos interesses dos goeses. Muitos dos que se sentiam excluídos e marginalizados no passado sentem-se agora capazes de participar no processo político mais democrático.

Tomé Pires deixou-nos uma descrição de Goa, feita nos anos 1512-15, em que não somente nos dá uma ideia da importância estratégica e comercial do território e seu porto, como também se refere a algumas características culturais: «Os gentios do reino de Goa são mais validos que os do reino de Cambaia. Têm formosos templos seus neste reino, têm sacerdotes ou brâmanes de muitas maneiras. Há entre estes brâmanes gerações muito honradas deles, não comem cousa que tivesse sangue nem cousa feita por mão doutrem [...]. As gentes do reino de Goa por nenhum tormento não comfessarão cousa que façam. Sofrem grandemente e soem ser atormemtados de diversos tormemtos. Antes morrem que comfessar o que determinam calar. E as molheres de Goa são jeitosas no vestir, as que dançam e volteam o fazem com melhor maneira que todas as destas partes. [...] E costuma-se grandemente neste reino de Goa, toda molher de gentio queimar-se por morte de seu marido. Entre si têm todos isto em apreço e os parentes dela ficam deshonrados quando se não querem queimar e eles com admoestações as fazem queimar. As que de má mente recebem o sacrificio e as que de todo ponto não se queimam ficam públicas fornicárias e ganham para as despesas e fábricas dos templos donde são freguesas. Estes gentios têm cada um uma mulher por ordenança, e muitos brâmanes prometem castidade e sustêm-na sempre. Nos outros portos de Goa se carrega muito arroz, sal, bétele, areca [6].»

O outro relato quase contemporâneo é de Duarte Barbosa, que também presenciou muito do que descreve: «[Goa] é habitada de muitos mouros honrados, muitos deles estrangeiros de muitas partidas. Eram homens brancos, entre os quais, além de muito ricos mercadores que aí

havia, eram outros lavradores. A terra por ser muito bom porto, era de grande trato, onde vinham muitas naus de Meca e da cidade de Adem, Ormuz, de Cambaia e do Malabar... É a cidade mui grande, de boas casas, bem cercada de fortes muros, torres e cubelos; ao redor dela muitas hortas e pomares, com muitas formosas árvores e tanques de boa água com mesquitas e casas de oração de gentios. A terra é toda arredor muito aproveitada... Neste porto de Goa há grande trato de muitas mercadorias de todo o Malabar, Chaul e Dabul, do grande reino de Cambaia, que se gastam para a terra firme. Do reino de Ormuz vem aqui cada ano muitas naus carregadas de cavalos, os quais vêm aqui comprar muitos mercadores do grande reino de Narsinga e Daquem, e compram cada um a duzentos e trezentos cruzados e segundo é, e vão-nos a vender aos reis e senhores das suas terras, e, todos, uns e outros, ganham nisso muito e assim el-rei nosso senhor, que de cada cavalo tem quarenta cruzados de direitos [7].»

Quando o zelo da Contra-Reforma infectou Goa, adoptou-se uma política de missionação bastante violenta e destruíram-se quase trezentos templos hindus em cada uma das três províncias das Velhas Conquistas. Cada aldeia teria assim uma média de quatro a cinco templos e santuários destruídos. A vida rural estava centrada no templo: todas as actividades tinham que ser iniciadas e terminadas com ofertas às divindades da família (*kuladevata*) e da aldeia (*gramadevata*). Os templos serviam de arquivos das aldeias. Era também nos templos que as crianças eram educadas, e os adultos organizavam as suas actividades culturais, incluindo o *zagôr* ou espectáculos dramáticos. As figueiras da Índia (*vôdd, pimpôll*), na vizinhança de um templo, davam sombra para as reuniões culturais e para as assembleias do conselho da aldeia (*ganvponn*). Era no templo que se procurava uma solução aceitável para disputas sobre propriedades e outras situações conflituosas, com juramentos e provas de inocência, efectuados na presença dos representantes da aldeia e do ministro (*bôtto*) do templo [8]. Pode-se concluir daí a intensidade da ruptura na vida social quando os templos foram substituídos pelas igrejas. Evidentemente foi um processo difícil e sem total sucesso, apesar de muita legislação para aliciar e coagir [9].

A correspondência dos missionários e as suas crónicas dão-nos muitos exemplos da resistência dos naturais à política portuguesa de missionação. Embora houvesse casos de conversão voluntária para se escapar da opressão da estrutura tradicional das castas, ou por outros interesses pessoais, na maior parte dos casos a pressão administrativa

dava melhores resultados [10]. Só essa força explica porque cinco jesuítas e alguns dos seus colaboradores leigos foram assassinados na aldeia de Cuncolim em 1583 [11]. A aldeia de Cuncolim e outras que a apoiaram nessa acção foram confiscadas e entraram no património dos jesuítas. A situação tem muito a ver com as consequências económicas da destruição do templo local para a economia e para as relações sociais que essa economia sustentava. Da mesma maneira como a cruzada religiosa serviu para dinamizar a expansão económica portuguesa, também os interesses económicos locais se serviam de sentimentos religiosos e das tradições religiosas da aldeia para excluir os novos pretendentes aos recursos económicos da região. Cuncolim fica situada no curso superior do rio Sal e tem boas águas para irrigação dos campos. Teve uma agricultura florescente e uma economia que já se tinha diversificado e especializado em manufacturas de metal, incluindo armas de fogo. Já Afonso de Albuquerque louvava a qualidade das armas fabricadas em Cuncolim como melhor do que a de espingardas trazidas da Alemanha pelos Portugueses.[12] E ainda em 1613, o vice-rei D. Jerónimo de Azevedo emitia um alvará proibindo o fabrico de espingardas em Cuncolim com pena de galés e força para quem o violasse [13]. O templo da aldeia ficava situado na praça da aldeia e no cruzamento de três rotas de caravanas que sustentavam o comércio entre Goa e o Decão, atravessando os Gates. As festividades do templo e as feiras nessas ocasiões eram essenciais para esse comércio e para as classes sociais que dele beneficiavam. Daí a irritação desses grupos dominantes da aldeia. É todavia de notar, que quatro séculos após o «martírio» de Cuncolim, precisamente em 1983, a aldeia presenciou uma situação inacreditável: uma guerra aberta entre os brâmanes e *chardós* da aldeia. Estes últimos constituíam a maioria dominante dos *gãocares* e expulsaram o pároco nomeado pelo Arcebispo, após terem declarado a sua igreja como *Independent Church of Cuncolim*. Instalaram um painel da tradicional deusa Mhamai no altar-mor de N. Sr.ª da Saúde, e foram buscar um padre da mesma casta para tomar conta do culto. O arcebispo conseguiu resolver o conflito e retomar a posse da igreja com recurso à polícia e aos tribunais. Não se sabe se houve reconciliação e pacificação dos ânimos. Em qualquer dos casos, temos uma indicação da vitalidade das tradições culturais dum povo [14].

Quando não se demoliam os templos em Goa, não os deixavam reparar. As monções causavam os pretendidos estragos e desmoronamento. Os terrenos de cultivo, tradicionalmente reservados pelas

comunidades das aldeias para a manutenção dos templos e para o sustento do culto e dos ministros do culto, foram trespassados pela administração portuguesa para os missionários envolvidos na obra de conversão [15]. Não se permitia culto público dos ídolos em Goa, nem era permitido aos hindus trazerem os *bottos* (ministros do templo) de fora para presidirem às suas cerimónias religiosas e sociais. Não se permitia aos artesãos hindus fabricar ou pintar ídolos, nem objectos de veneração para o culto católico [16]. Nessas circunstâncias, várias divindades foram transferidas pelos seus sequazes para as zonas periféricas que ficavam fora da jurisdição portuguesa. Em Salcete, atravessavam o rio Sal para passar para a outra banda (*peltodi*), que encontra ainda hoje muitos ecos nos cantos folclóricos de Goa [17]. Em Tisvadi e Bardez, aconteceu o mesmo e as divindades foram transferidas para as províncias vizinhas de Bicholim, Pernem e Pondá. A administração muçulmana de Bijapur, sob cuja alçada ainda estavam estas províncias, não se importava com o culto dos seus súbditos hindus, e contentavam-se com tributos que os *mlechhas* (os não convertidos) deviam pagar. Foi assim que a maior parte das divindades tradicionais de Salcete foram parar às regiões vizinhas, que no século XVIII vieram a ser integradas em Goa com a designação de «Novas Conquistas». Nessa altura já estava extinta a Companhia de Jesus e já não havia o zelo missionário de outrora para lhes estorvar. Conservou-se assim nestas províncias uma boa parte do património cultural pré-português da região, embora as novas estruturas tivessem sofrido influências culturais, particularmente a influência da arquitectura islâmica, mas também influências da igreja cristã e de templo marata. Em vez da *shikhara* tradicional apresentam uma cúpula sobre uma base octogonal. A *mandapa* (nave) divide-se em três alas, em imitação da arquitectura religiosa cristã. As torres para as lâmpadas adoptam o estilo barroco europeu e diferem das torres da arquitectura dos templos maratas. Vários desenhos e figuras de anjos nos portais revelam também uma influência cristã [18].

Entre as preciosidades patrimoniais que se preservaram nos territórios da antiga região de Goa e que mais tarde se anexaram como Novas Conquistas merece especial menção o Mosteiro *vaishnava* dos brâmanes Saraswats em Partagali (Canácona). Este mosteiro foi originalmente fundado em Gokarna (Karnataka setentrional) e, por isso, é conhecido por Gokarna Partagali *Math*. Tem mais de cinco séculos e teve já vinte e dois «Swamis» que precederam o actual Swami Shrimad Vidyadhiraj Teerth Shripad Wader. Os arquivos do Mosteiro incluem

documentação em língua persa e marata (em alfabeto *haleganad* ou canarês antigo), e que foi catalogada e em parte estudada pelo historiador indiano G. H. Khare [19].

As rupturas e o enriquecimento do património cultural goês

ENQUANTO desapareciam das Velhas Conquistas os templos e os lugares do culto hindu, surgiam em cada aldeia igrejas e capelas de dimensões notáveis. Erigiam-se também cruzeiros de pedra e cal nas margens das ruas e outros sítios. Provavelmente substituíam também os santuários hindus de menor vulto, que geralmente costumam aumentar com o tempo e transformam-se em templos. Na velha cidade de Goa e capital do império português no Oriente ergueram-se conventos e residências das várias ordens religiosas envolvidas na acção missionária do Padroado português do Oriente. Chegaram a Goa, nos séculos XVI e XVII, os franciscanos, os dominicanos, os jesuítas, os agostinhos, as mónicas, os carmelitas descalços, os teatinos, os hospitalários de S. João de Deus, cada qual com uma ou mais igrejas na cidade e nos seus arredores. No século XVIII juntar-se-iam os religiosos naturais de S. Filipe Neri na velha cidade e os carmelitas em Chimbel [20]. A província de Bardez ficou confiada aos labores dos franciscanos e a província de Salcete ficou reservada aos jesuítas. Construíram edifícios de grande vulto, servindo-se da mão-de-obra local.

Cultura em evolução: assimilações e rejeições

UMA engenharia cultural é uma tarefa muito difícil, especialmente quando se trata duma ilha com um oceano cultural em volta. A cultura representa essencialmente a vida dum povo com todas as suas preocupações e satisfações. Não é possível tentar «museificar» uma cultura escolhendo somente uns aspectos e excluindo os outros. Mas as tentativas nesse sentido não faltaram e não faltarão. Todavia, um povo activo nunca se deixa museificar ou ser reduzido a «objectos» de exposições e espectáculo para as elites e turistas. Há casos em que o povo é astuto e é capaz de explorar o interesse dos clientes para o seu próprio benefício. Em Goa, organizam-se programas de cantos e danças que os turistas europeus (e portugueses em particular) gostam de ver [21]. Fazem-no para ganhar mais umas rupias, e não por estarem convencidos de representarem o que povo considera ser o seu património

querido. Não se pode esquecer todavia que Goa tem as suas subculturas regionais e diferentes grupos sociais. Há assim representações culturais mais preferidas ainda dentro de Goa. Os católicos não se entusiasmam muito com *ghodemodni* dos hindus de Satari [22], nem os hindus são capazes de apreciar o lirismo do *mandó* [23]. Mas o ritmo de *deknni* e *fugddi* não deixa de entusiasmar todos os goeses, embora não sejam consideradas como igualmente representativas das duas comunidades. Existem zonas do subconsciente colectivo em Goa onde os sentimentos dos hindus e católicos continuam a ressoar em harmonia. Deve-se dizer ainda que o repertório das danças folclóricas sempre inclui uma dança dos *kunbis*, mas havendo milhares de *kunbis* em Goa, são geralmente os outros que os imitam nas festas culturais. O turismo cultural leva desta forma à apropriação de expressões culturais para aproveitamento monetário, e nem sempre para uma melhor apreciação ou benefício dos grupos sociais cuja cultura é exibida [24].

Não foi somente o turismo que veio a causar os males de descoordenação cultural. O que está a acontecer com o turismo e outras forças de desenvolvimento que se desencadearam após a integração de Goa na União Indiana, tudo se deve ver como uma continuação do mesmo processo da evolução cultural que começou há muitos séculos. Os novos intervenientes no processo trazem somente uma nova variante de desafios que Goa e os goeses são obrigados a enfrentar. É o que aconteceu quando os portugueses chegaram a Goa e lá ficaram durante quatro séculos e meio. Os métodos de missionação, as violências da Inquisição [25], a política de assimilação, tiveram os seus efeitos e deixaram as suas marcas na identidade goesa. Mas a formação da identidade de um povo é um processo contínuo e nunca definitivo. As alterações e as inovações culturais nunca serão de agrado de todos os grupos componentes da população local. Entram imposições de grupos com predominância na vida política do povo, e consequentemente existe o perigo de desaparecerem e ficarem diluídas algumas características culturais da identidade actual duma região, causando descontentamento e frustração nos grupos minoritários ou nos que contribuíram para a criação dessas características culturais e as consideravam como parte do seu património nacional ou colonial. *Vita mutatur, non tollitur* é aplicável não só à passagem desta vida para a melhor, como os católicos praticantes acreditam e cantam na liturgia dos defuntos. A vida dos goeses continua a mudar. Nem tudo se vê com clareza quando se vive dentro do processo, mas já se pode ver com alguma satisfação que os goeses

chegaram de 1961 para cá com muitos ganhos e algumas perdas. Portugal e os portugueses já são acolhidos com mais carinho e com menos reticências. Já não se olha com os complexos do passado, mas com maior auto confiança e um novo interesse de reconhecer mútuas potencialidades, e de estabelecer contactos que ajudem na criação de um futuro melhor para ambos os povos. O «saudosismo» português pode facilitar este contacto prometedor, e seria triste permitir que fosse somente uma força para executar uma «marcha atrás». Ninguém pode impedir os portugueses de quererem reavivar os velhos laços de amizade com os goeses e de influenciar o processo da evolução da identidade goesa por meio da nova experiência democrática em que os portugueses estão a crescer na sua própria casa.

Notas

[1] Entre as suas várias publicações de documentos, as mais importantes para o nosso assunto são: *Collecção de Bandos que servem de leis regulamentares para o governo económico e judicial das provincias denominadas das Novas Conquistas* (1848), *Bosquejo histórico das communidades*, 4 vols. (1852), *Collecção das leis peculiares das communidades* (em 2 partes do *Gabinete Litterario das Fontainhas* (1852-55), *Código dos usos e costumes dos habitantes das Novas Conquistas em Portugues e Maratha* (1854), *Defensa dos direitos das gão-carias, gão-cares e dos seus privilégios* (1856).

[2] A documentação editada por Cunha Rivara e útil para o nosso estudo pode ser consultada no *Archivo Portuguez-Oriental*, 10 vols. (1857-76), *Brados a favor das communidades* (1870), e *O Chronista de Tissuary*, 4 vols. (1866-69.

[3] P. S. S. Pissurlencar, *Tombo da ilha de Goa e das terras de Salcete e Bardez* (Bastorá, 1952); «As primitivas capitais de Goa», *Oriente Português*, Dez. 1931, pp. 1-20; «Colaboradores hindus de Afonso de Albuquerque», *Boletim do Inst. Vasco da Gama*, n.º 49 (1941), pp. 22-42; «O elemento hindu da casta chardó», *Oriente Português*, n.º 12-13 (1936), pp. 203-232; «Um passo do cronista Barros elucidado à luz duma inscrição sânscrita», *Oriente Português*, n.º 18 (1937), pp. 35-45; «Inscrições pré-portuguesas de Goa», *Oriente Português*, n.º 22 (1938), pp. 381-460.

[4] A. B. de Bragança Pereira, *Etnografia da Índia Portuguesa*, 2 vols. (Bastorá, 1940); «Os ranes, os quetris, os oixos, os chardos, e os bramanes de Goa», *Oriente Português*, n.º 7-8 (1919), pp. 230-6; «Goa Antiga», *Ibid.*, n.º 11-12 (1919), pp. 337-53.

[5] H. Heras, «Pré-Portuguese remains in Portuguese India», *Journal of Bombay Historical Society*, IV, n.º 2, 1932. Heras trouxe os seus alunos para Goa e orientou umas escavações muito ligeiras em Chandor em 1930. Foi nessa altura que cortou a cabeça de enorme *Vrsa* ou *nandi* do deus Shiva, e hoje se encontra no museu do Instituto Heras de Bombaim. A arqueóloga alemã

Mitterwalner tem fixado a data desta peça no século VII. O templo dos *Kadambas* em Chandrapur era de tijolo. Mas tinham outros templos em que se utilizou o basalto. Sobrevive um do século XIII em Tambdi Surla (Sanguem). Os *Kadambas* de Banavasi e com jurisdição em Goa eram no início grandes patrocinadores de *jainismo* e *shivaismo*. Mais tarde, a partir do século XII, o *shivaismo* ganhou proeminência, e construiram-se muitos templos de Shiva durante esse período.

[6] *A Suma Oriental de Tomé Pires*, ed. Armando Cortesão, Coimbra, 1978, pp. 212-18. Actualizámos a ortografia, e utilizámos também a versão do Ms. da Biblioteca Nacional de Lisboa editado por Dr. Rui Manuel T. Sousa Loureiro para a sua tese de agregação (Lisboa, 1994). Há quem sugira que a instituição hindu de «bailadeiras» dos templos ou *devdasis* começou a partir das viúvas que não se dispunham a morrer na pira do marido defunto. Cf. P. P. Shirodkar, «Socio-cultural life in Goa during 16th and 17th centuries», comunicação apresentada no simpósio sobre «Relações interculturais entre Portugal e Goa» na Universidade de Colónia, 29 de Maio a 1 de Junho de 1996.

[7] *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, ed. Augusto Reis Machado, Lisboa, 1946, pp. 89-91.

[8] F. N. Xavier, *Collecção de Bandos*, Pangim, 1840, pp. 95-96, contém descrição de vários tipos de juramentos tradicionais da sociedade hindu em Goa.

[9] *O livro do «Pai dos Cristãos»*, ed. J. Wicki, Lisboa, 1969. É uma edição crítica de 2 volumes manuscritos do Arquivo Histórico de Goa (Mss. *9529, 7693*) com «Leis/Provisões a favor da Cristandade». Os Concílios provinciais da igreja de Goa a partir de 1567 e as Visitas Pastorais foram outros instrumentos da política de conversões e alterações de práticas sociais em Goa.

[10] Temos alguns estudos sobre esse assunto, mas a leitura da documentação não deixa de ser afectada pelas inclinações e convicções pessoais dos autores. A. D'Costa, *The Christianization of the Goa Islands*, Bombaim, 1965 reflecte a posição jesuíta que tende a interpretar a violência como «rigor de caridade», enquanto A. K. Priolkar nos seus estudos reforça o elemento de força exercida. Os historiadores portugueses têm dificuldade em compreender todas as implicações da ruptura cultural do povo colonizado, e tendem a ver a acção missionária portuguesa com convicções nacionalistas e como sempre positiva.

[11] Teotónio R. de Souza, «Why Cuncolim martyrs? An historical re-assessment», *Jesuits in India. In Historical Perspective*, ed. Teotónio R. de Souza & Charles J. Borges, Macau, ICM, 1992, pp. 37-47.

[12] *Cartas de Afonso de Albuquerque*, ed. Bulhão Pato, Vol. I, Lisboa, 1884, p. 203.

[13] *Archivo Portuguez-Oriental*, fasc. 6, supl. 2, p. 978.

[14] Depois da expulsão dos jesuítas a aldeia de Cuncolim veio a pertencer ao Marquês de Fronteira, que a administrava por meio dos seus Procuradores em Goa. A família, ainda após a anexação pela União Indiana, se considera juridicamente proprietária da aldeia.

[15] Teotónio R. de Souza, *Goa Medieval: A cidade e o interior no século XVII*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, pp. 88-89.

[16] Esta proibição era na prática pouco observada pelos missionários que não tinham mão-de-obra alternativa para satisfazer muita necessidade que havia de imagens e pinturas para os conventos e igrejas que se multiplicavam em Goa. Há repetições dessa proibição nos decretos dos Concílios provinciais da igreja de Goa, sugerindo assim a não-observância da proibição. Convém notar nesse contexto uma prática curiosa de culto na família hindu dos Mhamais em Panjim. Enquanto os hindus em geral veneram a imagem de Ganesha (ídolo com cabeça de elefante), esta família venera o desenho de Ganesha no papel em comemoração dos tempos em que não lhes era permitido ter estátua do ídolo.

[17] A expressão *peltodi vetam* (=vou para a outra banda) nos cantos folclóricos (*dekhni*) de Goa recorda essa fase histórica. Os manuais de confissão para ajudar os novos convertidos continham as perguntas: *Peltodi gelolosi? Pelatady konkannea laguy zau'nk vochu'sangilalem?* (foste para a outra banda? Sugeriste a alguém para ir prostituir-se noutra banda?) Referiam-se à prostituição com as bailarinas dos templos hindus. Cf. Teotónio R. de Souza, «Uns confessionários inéditos: Instrumentos de Missionação e Fontes para a História de Goa», *Amar, Sentir e Viver a História: Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, Lisboa, Ed. Colibri, 1995: pp. 1087-1102.

[18] As estruturas actuais dos templos de Manguesh, Shanta-Durga, Mhalsa-devi em Ponda não são as originais do século XVI mas reconstruções do século XVIII. Na vizinhança destes templos há outros dedicados a deusa Mahalakshmi, deus Nagesh e deus Ravalnath. *Cf.* Saryu Doshi & P. P. Shirodkar, «Temple Sanctuaries», *Goa: Cultural Patterns*, Bombay, 1983, pp. 53- 60.

[19] Encontrei o Prof. Khare (de Poona) no mosteiro, quando fui lá também para ver o arquivo em 1979. Durante a minha estadia no mosteiro tinha que acompanhar os outros para abluções no rio antes do almoço. Era o mês de Dezembro e a zona florestal de Partagali tornava a água ainda mais fria para um banho confortável. Mas fui muito bem tratado e consegui ainda microfilmar alguns documentos. O Prof. Khare publicou uma introdução para o arquivo do mosteiro: «An uncared for source-material for the socio--economic history of Goa territory», *Sources of the History of India*, Vol. I, ed. S. P. Sen, Calcutta, 1978, pp. 447-452. Revela a ocorrência de vários apelidos dos brâmanes Saraswats que ocorrem entre os brâmanes *Konkanasthas*, e.g. *Khare, Bhide, Kane* (transformados em Kharó, Bhidó, Kanó, etc.). Fica por explicar esta similaridade, ou se houve também casamentos entre as duas comunidades. O mosteiro recebia muitas ofertas e doações, e a documentação é útil para uma história económica. Para estudo social há referências aos roubos, crimes sexuais, abortos, homicídios, prostituição, etc., em que se pedia a intervenção do *Swami*. A família Mhamai, a que já nos referimos, é da jurisdição espiritual do Swami de Partagali. Quando o templo dos Mhamais em Guirdolim (Salcete) foi destruído, os Mhamais levaram a deusa em 1567 a Cola (Cabo-da-Rama) em Canácona, que então fazia parte dos domínios do rei Sunda de Karwar. Quando o templo de Shantadurga foi transferido para Kavlem (Pondá) em 1739, também os Mhamais tentaram transferir o seu para Kundaim (Pondá) e as ameaças de Haider Ali ao Sunda contribuíram para apressar a

transferência do templo. Mas foi somente até Fatorpa (Horna). Os membros da família Mhamai ou da mesma *gôtra* (clã) e dispersos em várias partes da Índia participam na manutenção do culto.

[20] Eram duas ordens de clérigos naturais que não eram admitidos pelas ordens tradicionais dominadas pelos europeus. Com a excepção dos Jesuítas, outras ainda admitiram alguns no decorrer de tempo, e talvez quando lhes faltavam candidatos, como acontece hoje nos conventos das freiras na Europa. Os oratorianos de Goa, ou *milagristas* como eram conhecidos (por causa do seu convento da Cruz dos Milagres) marcaram-se pelo seu apostolado em Ceilão. Pe. José Vaz, contemporâneo de S. João de Brito, e há pouco beatificado, foi um exemplo de missionário que soube funcionar no meio do conflito Padroado-Propaganda e ajudar os católicos perseguidos pelos Calvinistas em Ceilão. Os carmelitas de Goa eram da casta *chardó*, e criaram a ordem para justificar a sua importância social em Goa, e quase para desafiar os oratorianos brâmanes. Cf. Teotónio R. de Souza, «Oratorians of Goa, 1682-1835», *Goa: Cultural Tends*, ed. P.P. Shirodkar, Panjim, 1988, pp. 141-150; F. X. Vaz, «Bens pensionados em Goa», *Oriente Portugues*, N.º 14, 1936, pp. 19 segs.

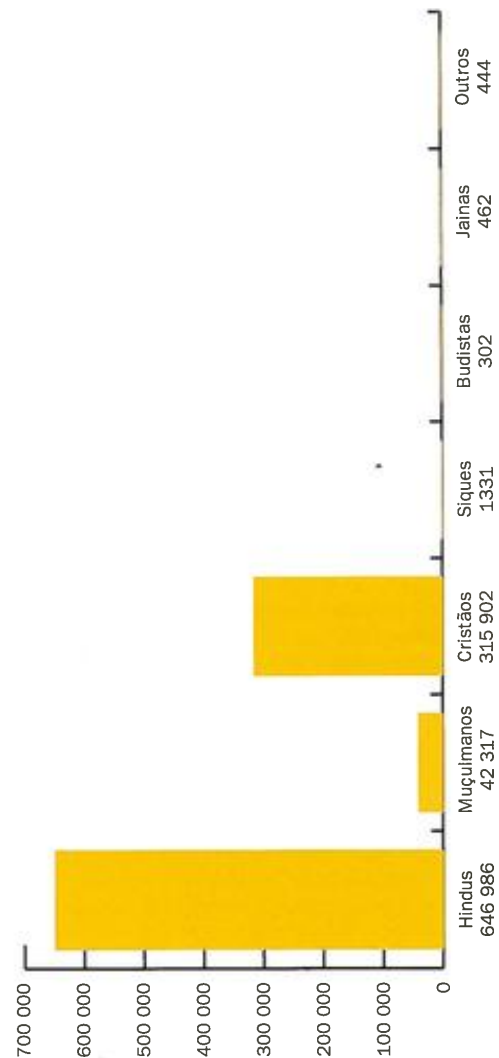
[21] O embaixador americano na Índia, John Dean Gunther, durante uma visita a Goa avisou os goeses: «You must give the tourists what you have. Not what they want.»

[22] Dança mascarada de cavaleiros e guerreiros.

[23] Canto folclórico popularizado em Salcete do século XIX. São composições líricas reflectindo a vida social da classe média e alta da população cristã de Goa. Dança-se ao acompanhamento do *mando*, com violino e *gumot*, um tambor feito de barro cozido e pele para percussão. Uma dança a *rigueur* requer que a mulher vista *pan-baju* e o homem um fato escuro com camisa branca e um lenço na mão. Dança-se a um compasso lento, e acaba-se com *deknni* que requere aceleramento e maior vivacidade. *Deknni* representa melhor a ligação cultural católica com o passado hindu *(ver o apendice documental)*.

[24] Os *kunbis* e *gaudas* são considerados como habitantes originais do território. Tem uma organização tribal e fornecem mão-de-obra para a lavoura. A indústria mineira abriu-lhe novas alternativas, e muitos conseguiram melhorar a sua vida material e social. Em 1928 mais de 7000 *gaudas* nas ilhas de Goa e nas Novas Conquistas reverteram ao hinduísmo. Houve um movimento para ajudar reconversões (*shud'dikaran*) no resto da Índia, e em Goa aproveitaram da pobreza dos *gaudas* e da inflexibilidade canónica da igreja que não lhes permitia arranjar casamentos das filhas antes de chegarem à idade de puberdade. Cf. Archana Kakodkar, «Shuddi: Reconversion to Hinduism movement in Goa», *Goa: Cultural Trends*, Panjim, 1988, pp. 242-272; A. R. Kulkarni, «The proselytisation and purification movement in Goa and Konkan», *Discoveries, Missionary Expansion and Asian Cultures*, ed. Teotónio R. de Souza, New Delhi, 1994, pp. 91-104.

[25] A Inquisição foi estabelecida em Goa em 1560. Já existem vários estudos sobre esta instituição que afectou profundamente a sensibilidade cultural goesa. Desde as revelações de François Dellon muito se soube do funcionamento abusivo dessa instituição. Cf. A. Baião, *A Inquisição de Goa*, 2 vols. Coimbra, 1930-45; A. K. Priolkar, *The Goa Inquisition*, Bombay,

1961; Ana Cannas da Cunha, *A Inquisição no Estado da Índia: Origens (1539-1560)* Lisboa, 1995. Deve-se dizer em abono da verdade que os naturais goeses eram geralmente perdoados com admoestações e castigos leves. Mas mesmo essas intervenções já incutiam medo e ruptura nas vidas das famílias, porque viam-se em Goa os rigores praticados para com certos penitentes. Mas ainda em 1774 a Inquisição não tinha conseguido desenraizar muitos costumes sociais que considerava nocivos ou contrários à prática de cristianismo. (*Ver o texto do edital no apêndice documental*: representa melhor a ligação cultural católica com o passado hindu).

PARTE II

Um roteiro (em seis percursos)

GOA

Percursos para seis dias

(Excluindo os dias da chegada e da partida)

1. **Panjim**

Arquivo Histórico, Bairro das Fontainhas, Correios Centrais (antiga Casa de Estanco de tabaco),Tribunal da Relação, Fazenda pública, Palácio de Idalcão (sede da assembleia do governo), monumento ao Abade Faria, Casa Mhamai, Instituto Menezes Bragança (antigo Instituto Vasco da Gama), Biblioteca Central (antiga Biblioteca Nacional), Escola Médica e o Hospital, museu, Imprensa Nacional, Jardim Municipal, Igreja Matriz, Paço Patriarcal, Dona Paula, Cabo Raj Niwas, cemitério inglês, Universidade de Goa.
Passeio pelo rio até à Velha cidade no fim do dia e ao pôr do sol.

2. **Velha Goa e Divar**

Ponte de Linhares, Ribandar, Velha cidade (Nossa Senhora do Rosário), Capela de Santo António, Convento de Santa Mónica, Torre de Santo Agostinho, Igreja de S. João de Deus, Bom Jesus e Túmulo de S. Francisco Xavier, Convento de S. Francisco de Assis e Museu Arqueológico, Sé Catedral, Convento de São Caetano, Arco dos Vice-reis, Capela de Santa Catarina, Igreja de Nossa Senhora da Piedade (Divar).

3. **Bardez, Bicholim, Sanquelim**

Igreja e fortaleza dos Reis Magos, Aguada (fortaleza, farol, Taj Beach Resort, praia), Calangute (praia), Saligão (Igreja de Nossa Senhora da Mãe de Deus), Mapusá (feira popular: sexta-feira), Tivim, Cascatas e grutas de Arvalém.

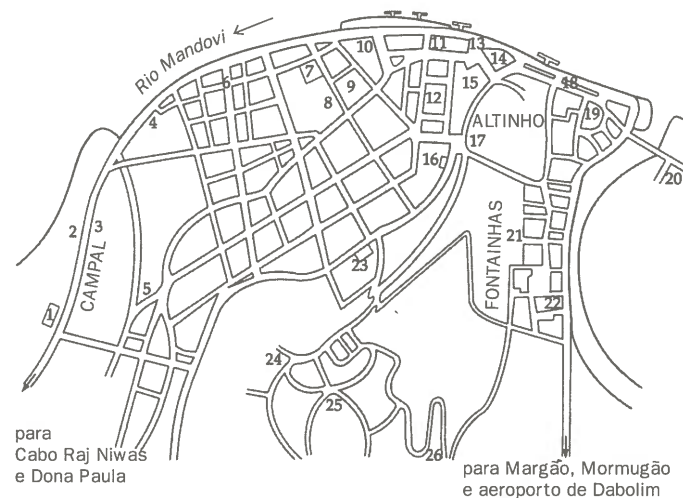
4. **Salcete católico**

Convento do Pilar, Verná (ruínas do templo de Mardol), Colvá, Margão (Igreja do Espírito Santo no sítio do antigo templo hindu de deus Damodar), Rachol (igreja, seminário e museu), Chandor (antiga capital dos Kadambas de Goa).

5. **Pondá hindu**

Banastari (entrada para o antigo domínio de Bijapur), Templo de Sri Mangueshi (deus Shiva) na aldeia Priol (de Cortalim em Salcete),

Templo da deusa Mhalsa em Mardol (Lakshmi/Mohini, esposa de deus Vishnu, transferida de Mardol em Verná de Salcete), Templo de Narasinha (incarnação de Vishnu, transferido de Sancoale em Salcete) em Velinga, Templo de deusa Shantadurga (Parvati) na aldeia Queulá/ /Kavlem (transferida de Quelossim em Salcete). Templo de Ramnath (de Loutolim em Salcete) em Kavlem; Mesquita Safa Shahouri (Pondá) de Ali Adil Shah (Idalcão), Templo de Shiva (do século XIII) em Opa, Templo-grutas de Khandepar (séculos X-XI).

6. **Mosteiro hindu**
Vasihnava de Partagali e a praia de Palolém (Canácona).

PANJIM

1. *Kata Academy* (Academia das Artes)
2. Peça de Benasterim
3. Estátua de Francisco Luís Gomes
4. Escola Médica de Goa
5. Museu
6. Mercado Municipal
7. Instituto Menezes Bragança
8. Sede da Polícia
9. Praça da Vitória *(Azad Maidan)*
10. Hotel Mandovi
11. Tribunal de Relação
12. Jardim municipal
13. Estátua de Abade Faria
14. Palácio de Idalcão (Assembleia do Estado)
15. Casa da família Mhamai
16. Mesquita Jama Masjid
17. Igreja Matriz de Panjim
18. Capela de S. Tomé
19. Correios Centrais
20. Departamento de Turismo
21. Capela de S. Sebastião
22. Arquivo Histórico
23. Templo da deusa Mahalaxmi
24. Emissora da Radio de Goa *(All India Radio)*
25. Paço Patriarcal
26. Templo de Maruti

ROTEIRO DE GOA
Texto de acompanhamento

1. **Panjim**

Arquivo Histórico: O arquivo histórico de Goa completou 400 anos do seu estabelecimento em 1995. A «torre do tombo» de Goa foi criada pela provisão régia de 25 de Fevereiro de 1995, «na parte mais cómoda» dos aposentos do vice-rei. Diogo do Couto tinha-se autocandidatado para o cargo de guarda-mor, e foi nomeado. António Bocarro sucedeu-lhe, mas seguiram outros, que não fizeram nenhuma contribuição significativa e que tenha vindo ao conhecimento da posteridade. A torre do tombo voltou a funcionar com muita eficácia como Arquivo Geral e Histórico de Goa em 1930 sob a direcção de P. P. Pissurlencar, um professor de ensino primário, mas que demonstrou muito talento como arquivista e historiador, deixando vários volumes publicados de documentação, tais como *Assentos do Conselho do Estado, Regimentos das Fortalezas da Índia, Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia,* etc. O seu *Roteiro* continua a ser ainda utilizado pelos investigadores que consultam o arquivo de Goa. Após 1961, o governo da União Indiana nomeou o Dr. V. T. Gune como Director. Foi então que se aumentaram as facilidades de conservação. Todavia, o clima, as dificuldades económicas e motivos burocráticos não permitem melhorar os serviços tanto como os académicos gostariam de os ver. O arquivo tem as suas publicações, incluindo uma revista, intitulada *Purabhilekha-Puratatva,* em que se publicam documentos inéditos, informações sobre novos achados arqueológicos e diversos estudos de investigação. O arquivo inaugurou há poucos meses o seu novo edifício para um Museu, na outra banda dum riacho que separa o edifício do Arquivo da praça da rodoviária *Kadamba.* Um pontão liga as duas bandas.

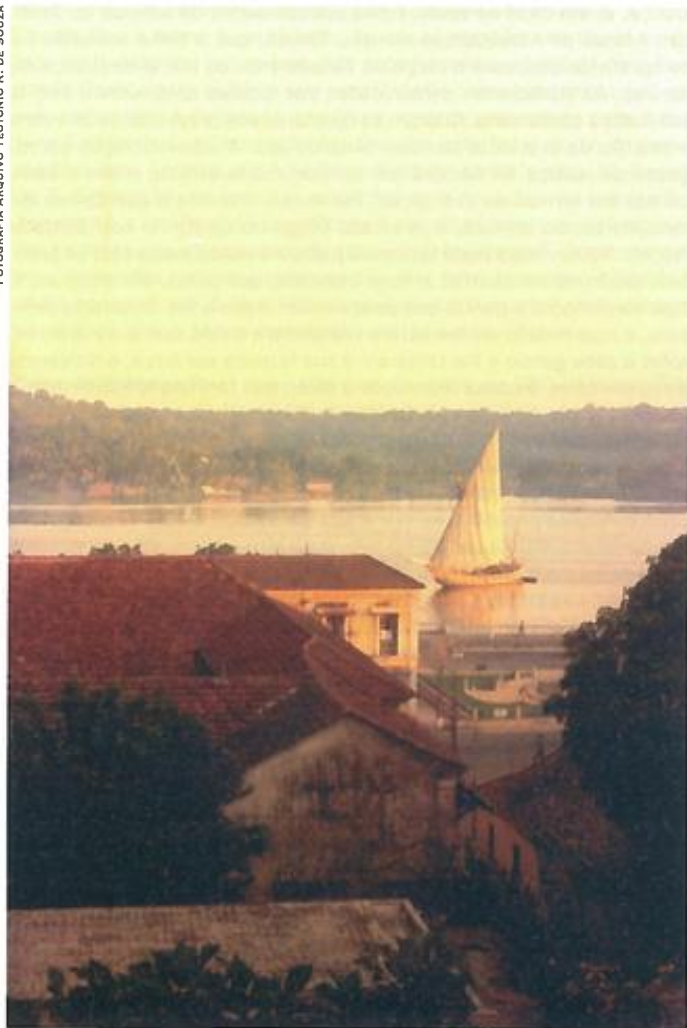
Bairro das Fontainhas: É o quarteirão latino de Goa que dizem ter sido criado por um goês chamado António João de Sequeira, melhor conhecido por «Mossmicar» pelos negócios que tinha em Moçambique. Depois da sua morte, esta zona de Panjim que ele tinha desenvolvido como «Palmar Ponte» passou a ser propriedade do Convento de Nossa Senhora do Carmo de Chimbel. Quando a capital foi transferida para Panjim, e as ordens religiosas ficaram também supressas em 1834,

vários lotes de terreno e prédios foram vendidos aos privados. A fonte Phenix deu o nome à localidade. As casas mantêm um típico estilo indo-português e o bairro tem sido recentemente adoptado pela Fundação Oriente para ajudar a sua conservação como património cultural indo-português. A Fundação adquiriu e renovou uma antiga casa nobre para a sede da sua Delegação em Goa. Ao lado Sul e Norte do bairro existem duas capelas que funcionam também como igrejas. Na Capela de S. Sebastião, ao lado sul, encontra-se o crucifixo da Inquisição. Apresenta a imagem do crucificado com olhos abertos, talvez para incutir medo nas vítimas daquele tribunal. A capela de S. Tomé tem um coro de miúdos treinados pelo capelão. Por falta de espaço e devido a muita concorrência, é divertido ver os meninos sentados ainda debaixo do altar durante a Missa dominical e outros actos religiosos.

Casa do Estanco Real (hoje Correios Centrais ou GPO=*General Post Office*): O tabaco de Brasil foi, durante todo o século XIX, uma importante fonte de receita para o Estado da Índia. O Conde de Ega transferiu a capital da Velha Cidade para Panjim em 1759, para escapar às epidemias. O vice-rei D. Manuel de Portugal e Castro é considerado como verdadeiro fundador da cidade de Panjim, que se transformou em Nova Goa nos meados do século XIX. Mais do que o estanco do tabaco, foi o negócio clandestino de ópio que contribuiu para o melhoramento das condições da cidade, até que os ingleses de Bombaim conseguiram controlar o contrabando, que se fazia por via de Damão. O goês Rogério de Faria, com negócios em Calcutá, e mais tarde em Bombaim, era um dos contrabandistas mais notáveis do tempo. Ele ainda tentou expulsar os portugueses de Goa, financiando uma força expedicionária para esse efeito, mas a expedição calhou em mau tempo. As monções chegaram mais cedo esse ano, e em vez de chegarem às praias de Goa, os barcos foram parar nas rochas de Vengurlá. Rogério de Faria era um amigo pessoal do Prefeito Peres da Silva, e acolheu-o quando foi expulso da sua prefeitura em Goa pela milícia dos mestiços. Bernardo Peres da Silva tinha sido recompensado com o ofício pelo príncipe D. Pedro por ele ter lutado ao seu lado e ter tomado parte na expedição das forças liberais organizada na Ilha Terceira (Açores).

Tribunal da Relação: Antes da conquista de Goa, Bijapur tinha a sua administração de justiça para os muçulmanos em Goa segundo a lei islâmica. A população local hindu tinha o seu sistema autárquico de

justiça, e, em caso de apelo, havia possibilidades de recurso ao *Tarafdar*. Afonso de Albuquerque nomeou Timoja, que o tinha assistido na conquista de Goa, para o cargo de *Tanadar*-mor, ou oficial de justiça de recurso. As tradicionais comunidades das aldeias continuaram com a sua justiça costumária. Criaram-se ouvidores nas províncias, e às vezes o capitão da província também fazia de juiz. A administração portuguesa da justiça foi sempre um alvo de muita crítica, e era a mais cotada em termos de corrupção. Escrevia o cronista e guarda-mor da torre do tombo de Goa, o já citado Diogo do Couto no seu *Soldado* Prático: «Quem mais pode tem mais justiça e nunca nesta teia se prendem senão os mosquitos; porque baneane, que orinou em cócoras, é logo condenado; o gentio que pelejou com outro e lhe disse uma ruindade, é logo metido em ferros, e o compadre e o rico, que quebraram os bofes a esse gentio e lhe tomaram a sua fazenda por força, e o tiveram preso em casa, é cousa leve, pode-o fazer, que tem licença para tudo.» Daí o provérbio concani para desejar o pior para alguém: «*Goynchi neai tea gorar* poddum» (= essa casa venha a ser uma vítima da justiça de Goa). As consequências ameaçadoras duma justiça corrupta ficaram também registadas num outro ditado goês: «*Goynchi neai ani vaddlelem chedum soglea ghorak nosai*» (= A justiça de Goa e uma filha crescida causam susto a qualquer família). As duas situações eram comparáveis pelas despesas incertas, porque uma filha crescida ia precisar de dote para o seu casamento, e no caso de um processo no tribunal nunca se sabia quanto custaria pagar ou subornar os advogados e outros oficiais da justiça. Tudo isso apesar de Goa já ter um tribunal da Relação desde 1544, com juízes formados em direito e nomeados pela coroa. O palácio de justiça ficava situado defronte do palácio do vice-rei na velha cidade de Goa. Em 1822, a Relação foi substituída por uma Junta da Justiça, e, em 1835, instalou-se o Tribunal da 2.ª Instância que durou até 1837. Nesse ano, foi criada a Relação de Nova Goa no local onde ainda hoje funciona. No fim do regime colonial, o tribunal da Relação era presidido por um natural goês, Dr. José António Ismael Gracias. Goa tem agora o *High Court Branch* do tribunal da Relação de Bombaim, e julga-se que poderá a vir a ter um tribunal de relação próprio dentro em breve. Existe sempre a possibilidade de recurso final ao Tribunal Supremo em Nova Deli. A Relação de Goa vai ter uma sede nova na margem oposta do rio Mandovi, na aldeia de Alto Betim.

Fotografia Arquivo Teotónio R. de Souza

Vista do rio Mandovi frente ao Palácio de Idalcão

Palácio de Idalcão: Este palácio era castelo de Idalcão (Adilkhan) e foi pela primeira vez conquistado em 15 de Fevereiro de 1510 pelo sobrinho de Afonso de Albuquerque, D. António de Noronha. Panjim era então um bairro da aldeia suburbana de Telaulim. Depois da conquista definitiva, em 25 de Novembro, o castelo mantinha uma guarnição com um capitão que fiscalizava os barcos que passavam pelo rio Mandovi (*mandvi* = alfândega). Já nos começos do século XVII, o castelo tinha bons alojamentos para os vice-reis lá ficarem, quando acabassem a sua governação e estivessem à espera de transporte para voltarem ao reino. O mesmo acontecia com um novo vice-rei que chegava, e tinha que esperar alguns dias antes de entrar na capital para tomar posse do governo. O primeiro vice-rei que veio residir no castelo foi o Conde de Ega, em 1759. Residiram aí os governadores e os vice-reis até 1918. Couceiro da Costa foi o último governador que lá residiu. Os seus sucessores passaram a residir no antigo convento franciscano de Nossa Senhora do Cabo em Dona Paula. O palácio de Adilkhan foi expandido em 1970, mantendo o mesmo estilo arquitectónico. Funciona agora como Secretariado do Governo, e também como sede da Assembleia do Governo do Estado. A Assembleia vai ser transferida dentro em breve para novas instalações, que estão em construção em Alto Betim, na outra banda do rio Mandovi.

Monumento ao Abade Faria: José Custódio Faria ou Abade Faria notabilizou-se pelos seus estudos e prática de hipnotismo por sugestão. Nasceu na aldeia de Candolim (Bardez) em Goa aos 31 de Maio de 1756. Tomou parte na revolução francesa, e em 1795 marchou contra a Convenção Nacional. Pertenceu ao grupo dos conspiradores que tentaram derrubar o regime português em Goa em 1787. É conhecida por «Conjuração dos Pintos», e foi denunciada e cruelmente suprimida pelas autoridades portuguesas. Vários clérigos e militares naturais sentiam-se discriminados nas promoções por motivos raciais. O principal cabecilha foi o padre José António Gonçalves de Divar. Ele conseguiu escapar e morreu em Bengala. A maioria dos padres envolvidos foi mantida em detenção em S. Julião da Barra em Portugal durante muitos anos e sem qualquer julgamento oficial e aberto. Os leigos foram esquartejados e enforcados após um inquérito sumário e uma sentença que os acusou de «alta traição». Cunha Rivara publicou um estudo com a documentação relativa a este episódio. José Custódio Faria morreu em Paris aos 20 de Setembro de 1819 e ficou imortali-

zado no *Conde de Monte Cristo* de Alexandre Dumas. O monumento foi erigido pelos cidadãos goeses na praça dedicada à sua memória ao lado do palácio do governo para marcar o centenário do nascimento deste filho ilustre de Goa.

Casa Mhamai: É a única relíquia de *joint-family system* que ainda ficou em Goa. Todos os membros do clã beneficiam dos seus recursos em comum, com uma cozinha comum e dirigidos pelo ancião da família. A família entrou em negócios de corretagem em 1757. Eram empreiteiros e tinham contratos com o Governo para reparações de barcos, e como fornecedores de provisões ao palácio do governador. Foi por esta razão que os Mhamais conseguiram adquirir um prédio ao lado do palácio de Idalcão. Eram também corretores da Companhia francesa em Goa e funcionavam também como seus informadores políticos na época de grande agitação política marcada pela rivalidade anglo-francesa na Índia. A família exerceu também muita acção social em benefício dos necessitados na capital. A colecção da documentação da família (quase 250 000 manuscritos) está guardada no Xavier Centre of Historical Research e pode ser consultada pelos investigadores.

Instituto Menezes Bragança (antigo Instituto Vasco da Gama) e a **Biblioteca Central:** O Instituto Vasco da Gama foi fundado em 1871 pelo Visconde de S. Januário e por Thomaz Ribeiro. Tinha a sua revista intitulada *Instituto Vasco da Gama,* e mais tarde *Boletim do Instituto Vasco da Gama.* Depois de 1961, mudou-se o nome do Instituto e chamou-se Instituto Menezes Bragança (1878-1938), para comemorar a contribuição de Luís de Menezes Bragança, um goês que combateu pela liberdade religiosa, política e social dos seus conterrâneos. Era um jornalista e orador de grande envergadura. À entrada do Instituto vêem-se azulejos representando cenas dos *Lusíadas* de Camões. A biblioteca central no rés-do-chão contém colecções de jornais antigos, bem como de muitos livros raros da historiografia e literatura portuguesas.

Escola Médica e Hospital: A Escola Médica foi fundada em 1842, e foi designada «Escola médico-cirúrgica de Goa» em 1847. Já havia o Hospital Real na velha cidade para tratar os soldados e tripulantes que chegavam doentes após viagens. As pestes também aumentavam o número dos mortos no Hospital. Os médicos formados em Goa contribuíram de um modo notável no Ultramar. Agostinho Vicente Lourenço,

Francisco Luís Gomes, Sócrates da Costa, Aires de Conceição e Sá, são mais conhecidos em Portugal. E certamente ninguém em Lisboa desconhece a maternidade Alfredo da Costa. Após 1961, os cursos da Escola Médica foram reestruturados em conformidade com os programas de ensino médico aprovados pela Associação Médica da Índia. Melhorou muito o nível da formação, especialmente da cirurgia. Já existe um novo complexo de Escola Médica e Hospital em Bambolim dedicado à memória de Rajiv Gandhi, antigo Primeiro Ministro da Índia.

Imprensa Nacional: Actualmente ocupa uma parte do edifício da sede de Polícia na antiga praça das sete janelas (hoje *Azad Maidan* com um monumento colunar para os mártires da luta pela libertação de Goa, e outro, no antigo pavilhão da estátua de Afonso de Albuquerque, com uma urna com relíquias de Tristão Bragança e Cunha, fundador de *Goa National Congress*). A imprensa nacional tinha sido inicialmente instalada no palácio do Idalcão e aí se publicou o primeiro jornal de Goa, «Gazeta de Goa», em 1821. Mais tarde publicou-se o bi-semanário «Boletim do Governo». Também se publicaram vários outros estudos e revistas de interesse académico e social. O primeiro diário, «O Heraldo», foi editado por Messias Gomes em 22 de Janeiro de 1900. Acabou a edição portuguesa em 10 de Outubro de 1983, e continua como diário em inglês. Goa pode orgulhar-se da vasta produção jornalística e literária dos seus filhos. Os interessados no assunto podem encontrar ajuda bibliográfica nos seguintes estudos: J. Benedito Gomes, *India Portuguesa: Resenha histórica sumária, cultural, política e social em volta do Instituto Vasco da Gama*, Bastorá 1939; Aleixo M. Costa, *Literatura Goesa,* Lisboa, 1967; Filinto Cristo Dias, *Esboço da História da Literatura Indo-Portuguesa*, Bastorá, 1963; José Júlio Gonçalves, *Síntese Bibliográfica de* Goa, Lisboa, 1966-67; Vimala Devi e Manuel de Seabra, *A Literatura Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1971.

Jardim Municipal: Era dedicado a Garcia de Orta, botânico e autor dos *Colóquios dos Simples e Drogas*, uma obra publicada em Goa em 1563 com uns versos de Camões. Sabe-se que Garcia de Orta casou em Goa com uma alentejana e tinha duas filhas. A sua irmã Catarina parece ter seguido para a Índia com a ideia de poder casar os seus filhos com as sobrinhas em Goa. Existe na Torre do Tombo de Lisboa o processo da Inquisição que condenou Catarina de Orta a ser queimada em Goa em 1569. Garcia de Orta foi vítima de Inquisição uns doze anos depois de

morrer, e uns poucos ossos que restavam dele foram queimados num auto-de-fé! No centro do jardim existe um monumento que foi erigido para comemorar os 400 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia. O grande navegador não foi certamente tão maltratado quando em 1961 o seu busto foi tirado do topo da coluna, e foi substituído pelo emblema nacional da Índia, representando quatro leões assentados sobre uma roda que simbolizava a lei moral ou *dharmachakra* do imperador *Ashoka* (273 a.C.-232 a.C.) que se converteu ao budismo e foi seu grande missionário. O busto de Vasco da Gama ficou bem guardado no museu em Panjim, embora tenha sido obrigado a aguentar o sol e as molhadelas das monções num corredor do edifício do arquivo até há poucos meses e enquanto o novo edifício do museu não estava pronto para o receber.

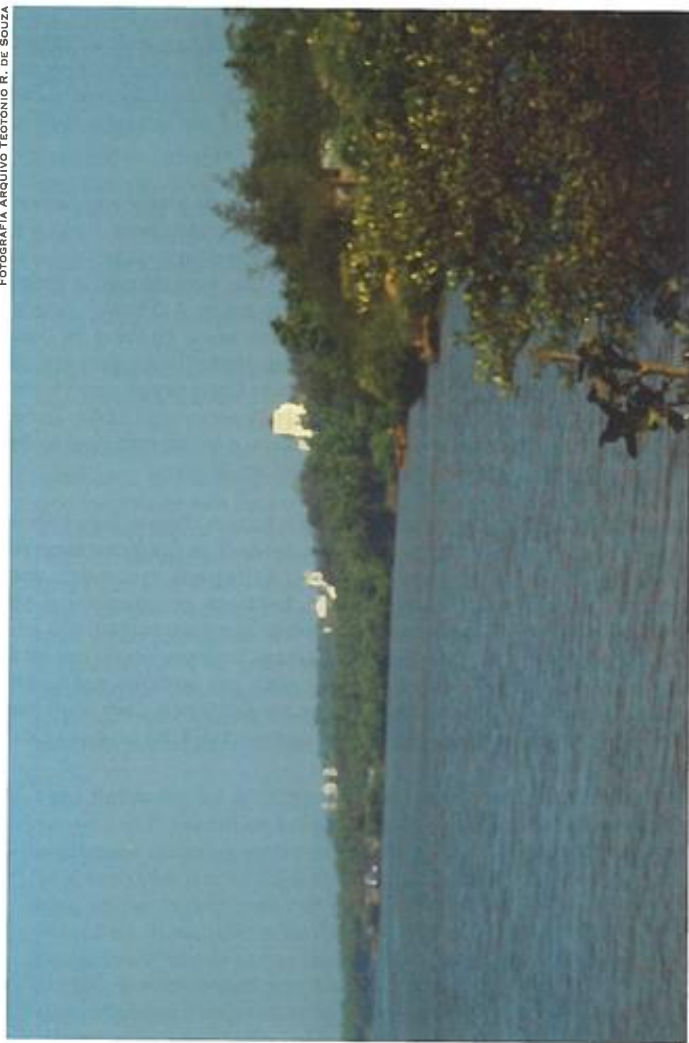
Igreja Matriz: Já existia aqui uma capela onde os tripulantes iam agradecer a Deus após uma viagem longa e perigosa. Foi construída a nova igreja em 1619, embora ainda não houvesse muita população de fiéis. A igreja cresceu com a cidade e em 1871 o sino da igreja dos agostinhos de Velha Goa foi transferido para esta igreja depois de ter sido levado primeiro para o forte de Aguada. Foi necessário reconstruir a fachada e torres para aguentar o novo sino. A igreja tem altares laterais com talha muito artística e atraente. É a escadaria e a fachada da igreja que atrai mais atenção dos visitantes da cidade capital. Era na praça da igreja e desta escadaria que o rei Momo anunciava até há uns anos o seu código moral e o código da estrada a serem observados durante o Carnaval goês. Mas as autoridades eclesiásticas de Goa opuseram-se à esta prática há uns anos em protesto contra a comercialização do Carnaval e contra algumas práticas que consideravam abusivas e comprometedoras para a identidade cultural cristã de Goa.

Paço Patriarcal: Os arcebispos viviam no paço anexo à Sé Catedral e por trás do Convento de S. Francisco de Assis. Devido a epidemias, os arcebispos mudaram de residência para Panelim, nos limites da Velha Goa, em 1695. Em 1795, a residência foi transferida para um palácio rural em Santa Inês, perto da igreja da freguesia. Tinha sido doado ao Arcebispo Inácio de Santa Teresa e seus sucessores pelo cónego fidalgo Francisco da Cunha Souto Maior. Esteve hospedado neste palácio o bispo designado José Cariattil de Cranganore, que morreu em Goa, e ficaram dúvidas se tinha sido envenado por alguém ligado com a «Conjuração dos Pintos». Tinham sido preteridos os pretendentes

goeses para o cargo ao qual ele tinha sido designado. Somente em 1960 a diocese de Cranganore decidiu trasladar os seus restos mortais da campa onde eles jaziam na Sé de Goa. Hoje nem ruínas existem do edifício do Paço em Santa Inês. O actual Paço Patriarcal foi construído em 1894. Existe no salão do Paço uma galeria dos retratos, muitos deles inéditos, dos Arcebispos e Patriarcas de Goa.

Dona Paula: Existe aqui uma estátua representando a Índia e esculpida pela baronesa Yrsa von Leistner. Um homem olhando para o oeste e com as vestes apanhadas numa roda simbolizando o passado cultural em evolução, e uma mulher voltada para leste e olhando para a frente representa o futuro. O nome tradicional do bairro é Oddavel, mas é agora mais conhecido como *Dona Paula,* pelo nome da viúva de Dom António Souto Mayor, que doou toda a zona desde Caranzalem até as proximidades do Cabo à Mitra. Na capela do Cabo existe uma lápide indicando a data da sua morte em 21 de Dezembro de 1682. Dona Paula tem facilidades de desportos aquáticos, e existe uma ligação de *ferry* com Mormugão nos meses de Outubro até Maio.

Cabo Raj Niwas: Era uma grande fortificação que cruzava fogo com a fortaleza de Aguada. A Capela de Nossa Senhora de Cabo pertencia já a esta fortificação, e somente mais tarde foi integrada no convento dos franciscanos reformados em 1594. A fortaleza desapareceu e só ficaram três cisternas e a casa conventual que foi transformada em palácio dos governadores. Quando as tropas inglesas ocuparam esta fortaleza, levantaram ali um hospital e mais uns edifícios que foram demolidos em 1848. Ficou um cemitério na vizinhança. Lady Thatcher foi visitar este cemitério quando visitou Goa em 1983. Há poucas sepulturas com epitáfios.

Fotografia Arquivo Teotónio R. de Souza

Vista de Velha Goa

TISWADI — AS ILHAS

Rio Mandovi
Portão do Palácio do Idalcão
Arco dos Vice-Reis
Convento e igreja de S. Caetano (Teatinos)
Igreja dos Carmelitas
Igreja de N. S. do Monte
Museu Arqueológico
Igreja de S. Francisco de Assis
Capela de S. Catarina
Sé Catedral
Igreja de N. S. do Rosário
Estátua de Camões
Mosteiro de S. Mónica
Cemitério
Capela de S. António
W.C.
Igreja de S. João de Deus
Basílica do Bom Jesus
Casa Professa
Torre da Igreja de N. S. da Graça (Agostinhos)
Igreja de N. S. dos Anjos
Capela de S. Francisco Xavier
Portão da igreja de S. Paulo (Jesuítas)
Igreja da Cruz dos Milagres
LOCALIZAÇÃO DE ALGUNS MARCOS ARQUEOLÓGICOS NA VELHA CIDADE DE GOA
0 20 40 60 80 metros

Fotografia Arquivo Teotónio R. de Souza

Ponte de Linhares

2. **Velha Goa e Divar**

Ponte de Linhares: A ponte era a única entrada para Panjim para quem viesse de Bardez sem utilizar o *ferry* para atravessar o rio, ou para quem viesse pela estrada de Pondá e da Velha Goa. Hoje já existe uma ponte paralela. Mas a ponte antiga continua a ligar Panjim a Ribandar com um viaduto que tem um comprimento de 3 km e fora mandado construir pelo vice-rei D. Miguel de Noronha, o 4.º conde de Linhares. A obra foi financiada pela Câmara da cidade. Tinha largura suficiente para dois palanquins passarem ao mesmo tempo. Quando se vai de Panjim para Ribandar podem ver-se as marinhas de extracção de sal por evaporação da água do rio. Do outro lado do rio vê-se uma das igrejas mais antigas de Bardez e dedicada à Nossa Senhora de Penha da França. Fica no vale de Virluça da aldeia Sirulá, que era a aldeia principal de Bardez (*Sir* + *Halli* = Cabeça + aldeia).

Ribandar: Significa, na língua Concani, «porto real» e refere-se provavelmente ao período da dominação Vijayanagar em Goa. Têm ligação por barco (*ferry*) com a ilha de Chorão. Até há uns anos, tinha uma extensão dos serviços do hospital central. Era o hospital real da velha cidade que fora para cá transferido em 1851. Estes serviços foram transferidos já para o novo «Rajiv Gandhi Medical College» em Bambolim, no caminho para o aeroporto. No antigo hospital funciona agora o «Goa Institute of Management» com apoio de várias empresas estabelecidas em Goa e dirigido por Dr. Romuald D'Souza, SJ, antigo Provincial dos Jesuítas de Goa. A igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Ribandar é antiga e a invocação é atribuída ao socorro sentido por um barco português apanhado por tempestade. A igreja foi estabelecida antes de 1565, e restaurada em 1711. O retábulo do altar de Nossa Senhora da Ajuda pertenceu ao colégio agostinho do Populo. Nesta igreja esteve depositado o corpo de S. Francisco Xavier, quando foi trazido de Malaca, por pouco tempo até que se concluíssem os preparativos para a sua recepção na velha cidade.

Arco dos Vice-reis: Foi o vice-rei D. Francisco da Gama, Conde de Vidigueira, quem mandou construir o Arco em memória do seu bisavô D. Vasco da Gama. Comemorava-se o 1.º centenário da chegada de Vasco da Gama à Índia. Diogo do Couto participou nas comemorações e ainda sugeriu,, num discurso de praxe, que a Ásia se devia chamar

Gama. Mas uns inimigos do vice-rei quebraram a estátua do descobridor na noite de 26 de Dezembro de 1600. O Senado preencheu o nicho com uma estátua de Santa Catarina em bronze, e somente anos depois foi novamente colocada uma estátua de Vasco da Gama no primitivo nicho. Em obediência à carta régia de 15 de Março de 1655, foi colocada uma lápide com *Voto da Conceição*, e uma outra comemorativa da Restauração. Do lado da cidade foi construída uma grade de pedra onde se vê outra imagem da Santa Catarina. Júlio Simão foi o arquitecto do Arco. O Arco ruiu em 1951, e durante a reconstrução mudou-se a Santa para a face interna.

Capela de Santa Catarina: Esta capela é o padrão da conquista de Goa em 1510. A capela inicialmente construída neste sítio era de taipa e coberta de palha e ficava situada na porta da muralha da cidade quando Albuquerque a conquistou no dia da festa da Santa Catarina, em 25 de Novembro. Albuquerque tinha ordenado também outras capelas em cumprimento dos seus votos noutros pontos estratégicos da antiga cidade, nomeadamente a capela de Nossa Senhora de Serra e a de Nossa Senhora do Monte. Albuquerque deixou também em testamento ordem para construir uma outra capela dedicada a Santo António. A actual capela de Santa Catarina foi iniciada pelo governador Jorge Cabral em 1550. A capela tem único altar dedicado a Santa Catarina e com um nicho para a Nossa Senhora de Piedade. Existe no cruzeiro uma lápide transferida da extinta capela de S. Martinho que ficava contígua ao antigo Hospital Real. A lápide que comemorava a entrada solene de D. João de Castro em Goa após a vitória de Diu em 1547. A capela foi restaurada em 1951, e também mais recentemente após 1961. As obras continuam, mas, infelizmente, as regras de conservação não são sempre cuidadosamente observadas, e vê-se uma fossa cavada recentemente sem qualquer atenção às camadas de subsolo e deixando acumular água.

Igreja do Rosário: A igreja fundada em 1543 é de estilo hispano-mourisco e julga-se que tem algum relacionamento com a arquitectura alentejana. Está situada no Monte Santo e no local donde Afonso de Albuquerque dirigia as operações de reconquista da cidade. A igreja pertenceu aos dominicanos e foi seu priorado. Aqui, São Francisco Xavier ensinava catecismo aos meninos. Cabe especial menção ao túmulo que se observa na parede da capela-mor. É um mausoléu dedi-

cado a *Catarina Piró*, uma beldade plebeia de Miragaia que acompanhou D. Garcia de Sá para a Índia em 1518 e depois para Malaca onde ele fora por capitão. Reza a tradição que Garcia de Sá se casou com ela quando ela estava no leito de morte. Era provavelmente um daqueles casamentos que S. Francisco Xavier recomendava e que se dispunha a oficializar para acabar com os relacionamentos que ele considerava moralmente indesejados? Mas Elaine Sanceau conta-nos que Garcia de Sá estava com D. João de Castro no cerco de Diu quando lhe chegou a notícia da morte da sua esposa [1].

Capela de Santo António: Neste sítio esteve postado Diogo Mendes de Vasconcelos com um troço de 300 homens na ocasião da reconquista de Goa em 1510. Santo António era patrono dos soldados e oficiais portugueses e tinha a patente de capitão de artilharia e ganhava da Fazenda pública o soldo de alferes por lá não haver o cargo de oficial. Todos os anos, na véspera da sua festa, o Santo era conduzido numa charola para a tesouraria do Estado, e aí à porta o tesoureiro depositava nas suas mãos o soldo da sua patente. Houve uma altura em que se julgou que este pagamento era descabido e foi decidido conservar-lhe as honras de capitão sem soldo. Conta-se que o governador Barão de Sabrosa, que foi responsável por tal decisão, tendo saído de passeio no dia da festa do Santo, teve um acidente de carruagem, sofreu uma fractura grave, e veio a falecer poucos dias depois. O povo viu nisto um castigo do Santo e decidiu-se restituir-lhe o seu soldo!
Na capela, o retábulo do altar-mor é dedicado a Santo António, mas também lá existem imagens e retratos dedicados à Imaculada Conceição, a Nossa Senhora das Febres e aos santos Cosme e Damião.

Capela de Nossa Senhora do Monte: Como ficou dito, é uma outra capela associada à conquista de Goa e ao seu conquistador. Fica próxima do antigo convento de S. Domingos [2] e numa pitoresca colina onde os mouros tinham uma bateria de artilharia que produziu um terrível efeito nas forças portuguesas. Construída em 1557, a capela foi reconstruída várias vezes. Tem dimensões duma igreja, é abobadada, e a Fundação Oriente está a considerar a possibilidade de a recuperar e manter. Nos aposentos desta igreja morava outrora um dos inquisidores e também os primeiros religiosos de S. João de Deus. O altar-mor é dedicado a Nossa Senhora com o Menino, com quadros da Coroação da Virgem e da Assunção, e bustos de S. Vicente com o navio e de S. Lourenço. Os altares colaterais são dedicados aos santos António e Antão.

FOTOGRAFIA ARQUIVO TEOTÓNIO R. DE SOUZA

Estátua de Luís de Camões
presentemente em depósito no museu arqueológico de Velha Goa

FOTOGRAFIA ARQUIVO TEOTÓNIO R. DE SOUZA

Capela do Espírito Santo, Sé Catedral — Velha Goa

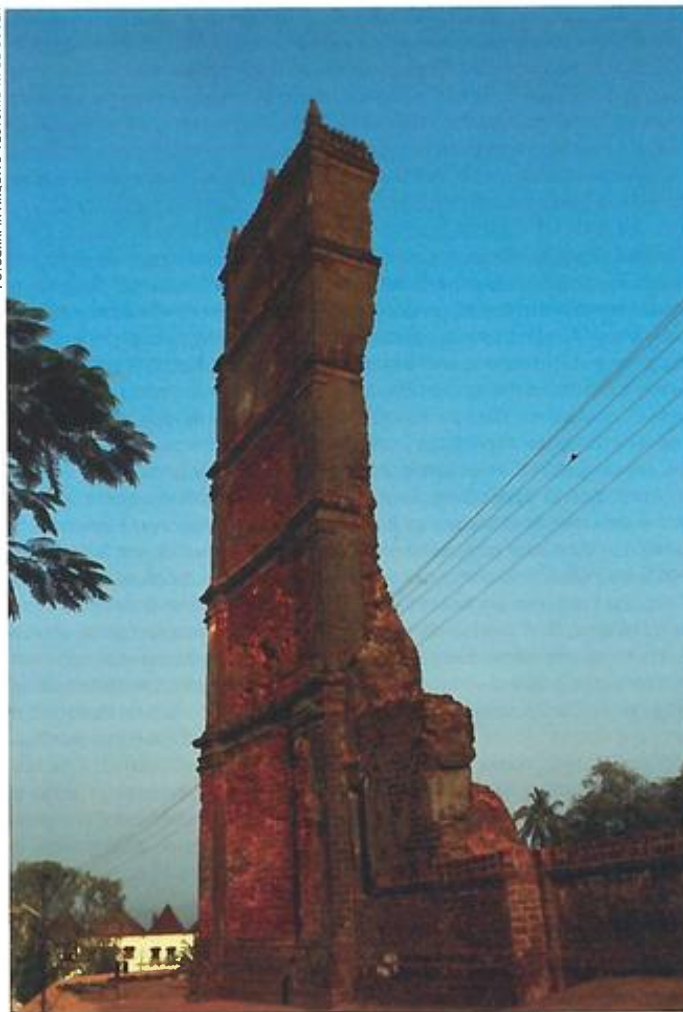
Sé Catedral: é uma igreja-salão [3] e pertence à família das grandes catedrais contemporâneas em Portugal (Miranda do Douro, 1552; Portalegre, 1556; e Leiria, 1569) e só se distingue da catedral de Portalegre pela sua capela-mor que é mais profunda, e pela ausência da cúpula sobre o cruzeiro. Tal como as suas congéneres em Portugal, a sé de Goa é uma igreja de planta em cruz latina com três naves separadas por pilares cruciformes, transepto com cruzeiro de planta quadrada e capela-mor de planta rectangular. A sua fachada tinha um estrutura semelhante à igreja dos dominicanos, mas apresentava duas torres flanqueantes, das quais uma, a de norte, desabou em 1775. Há quem descreva a sé de Goa como uma «falsa basílica» por ter as naves cobertas por abóbadas a alturas diferentes, e por não ter janelas na parte superior das paredes que separam a nave principal das laterais [4]. A sua capela-mor tem o maior dos retábulos portugueses em que as pinturas são substituídas por baixos-relevos dourados, quatro deles representando alguns passos da vida da santa padroeira de Goa (festejada em 25 de Novembro, dia da conquista de Goa por Afonso de Albuquerque). No cruzeiro existem 6 altares de grande valor artístico. Do lado do Evangelho: Nossa Senhora de Esperança, S. Jorge e Nossa Senhora das Angústias. Do lado da Epístola: S. Pedro, Santas Almas e Santa Ana. Nas naves laterais existem 8 capelas com altares ricos no seu simbolismo e estilo. Na nave lateral esquerda: S. José (com imagem de Nossa Senhora de Boa Vida), Santíssimo (com frescos bíblicos e sacristia privada), S. Sebastião (com imagem de S. Jerónimo) e Nossa Senhora das Três Necessidades (escultura de Nossa Senhora da Virtude, sete medalhões representando as três virtudes teologais e as quatro virtudes cardeais: a cruz representando a Fé, a âncora a Esperança, a mãe com três crianças a Caridade, a balança a Justiça, a serpente a Prudência, a coluna a Fortaleza e uma ânfora entornada a Temperança). Do lado direito estão as seguintes capelas: de Espírito Santo (S. Caetano no altar), de Santa Cruz dos Milagres (sepulcro do Senhor Morto), de S. Bernardo e de Santo António. Na entrada, à direita, está o baptistério com uma pia baptismal de granito, que, segundo a tradição, foi usada por S. Francisco Xavier para o baptismo dos neoconvertidos. Um dos cinco sinos da Sé foi celebrado pelo poeta Thomaz Ribeiro no seu poema *Sino de Oiro* [5]. A construção da sé catedral arrastou-se até meados do século XVII. A arquitectura da Sé influenciou as fachadas de muitas outras igrejas em Goa.

Colégio de S. Paulo: É de estilo maneirista italiano. A sua experiência com abóbadas (de caixotões, em vez de nervuras) foi aproveitada na sé catedral. Foi construído sobre as ruínas de uma mesquita. Hoje, a mesquita voltou. Existem descrições deste colégio nos relatos dos vários viajantes do século XVI e XVII que o viram ainda na sua magnificência. Pietro della Valle dá uma descrição mais detalhada em 1623. Mas já nessa altura o sítio estava pestilento, e os jesuítas decidiram transferir a casa da formação para a vizinhança dos agostinhos. Foi o seu S. Paulo o Novo, também conhecido por S. Roque, e de que nem as ruínas se vêem hoje. Do velho ficou somente o pórtico. Houve muita resistência dos agostinhos para conseguirem esta transferência, da mesma maneira como anteriormente os franciscanos se opuseram ao estabelecimento da Casa Professa de Bom Jesus. Enquanto os agostinhos acusavam os jesuítas de lhes bloquearem os ares e a vista, os franciscanos temiam a redução das suas esmolas.

Igreja de Bom Jesus: Ainda no final do século XVI, os jesuítas erigiram a sua igreja de Bom Jesus sem torre na fachada e com planta interior muito característica. Iniciou-se a construção em 1594 e foi sagrada em 1605. É provavelmente a primeira grande igreja goesa de uma só nave. Aliás, foram os jesuítas que vulgarizaram esta tipologia em Portugal, em oposição à tipologia tradicional de igrejas-salões («Hallenkirchen»). O novo modelo aplicou-se inicialmente a S. Francisco de Évora (1495--1508), e foi retomado pelos jesuítas nas suas igrejas de Espírito Santo de Évora (1556-1574) e de S. Roque de Lisboa (1567-1586). São igrejas com um espaço rectangular longitudinal, para o qual se abrem a capela-mor e as capelas a todo o comprimento das paredes laterais, sendo duas delas, as que ladeiam a capela-mor, de maiores dimensões, substituindo assim o transepto. No alto do altar-mor figura a S. Trindade, e em baixo uma pequena imagem do orago, que é Menino Jesus, e não Jesus Morto (como no Sameiro). A figura dominante do altar-mor é Santo Inácio de Loiola, representado no êxtase em que exclamou: «*Quam sordet mihi tellus quum coelum aspicio*» (Quão vil me parece a terra quando contemplo o céu). A capela de S. Francisco Xavier veio a ocupar a capela original do Santíssimo, que passou em 1665 para a antiga capela de S. Francisco de Bórgia. A capela do Santo tem vinte e sete quadros representando a vida do Santo. O mausoléu foi oferecido pelo Grão-Duque Fernando II de Toscana em troca duma almofada usada durante muitos anos para a cabeça do Santo. A base do mau-

soléu com altares é de jaspe encarnado, raiado de branco, e com querubins de puro alabastro. A segunda parte é de jaspe malhado de branco, preto e cinzento, com ressaltos e frisos de mármore amarelado com veios brancos e pretos. Nos quatro lados há lâminas de bronze representando episódios da vida do Santo em Maluco, Moro e China. A terceira parte é uma balaustrada de mármore roxo com manchas brancas. Os frisos das quatro colunas dos ângulos são de mármore preto, raiado de branco, e os plintos de jaspe amarelo. Sobre esta balaustrada fica o caixão de prata rendilhada, cravejado de pedras preciosas, e fundo de veludo vermelho. As quatro faces da balaustrada tinham duas filas de trinta e duas lâminas de prata com outros tantos passos da vida do Santo. A filigrana no sarcófago de S. Francisco Xavier, elaborado pelos ourives locais em 1636-37, é um exemplo da exuberância oriental. Em 1683, o marata Sambhaji ameaçava invadir Goa e tinha chegado a Santo Estêvão. O vice-rei Conde de Alvor depositou o seu bastão, a sua patente e um escrito no túmulo do Santo, rogando que salvasse o Estado. As forças de Sambhaji recolheram-se para defender o seu próprio estado contra as forças dos Mogóis. Esta retirada foi considerada uma intervenção do Santo. Ultimamente, sempre que circulavam rumores de intervenção das forças indianas, organizavam-se peregrinações com o mesmo objectivo, mas o milagre não se repetiu. A sacristia da igreja é a mais rica dos templos de Goa, e foi oferecida pelo cristão-novo Baltazar de Veiga em gratidão e amizade ao seu amigo jesuíta e Procurador da Província de Goa, Pe. Gonçalo Martins [6]. Este benfeitor foi sepultado na sacristia e tem aí um jazigo. Na Casa Professa estava estabelecido um museu (Gabinete Xaveriano) que ainda continua, mas várias peças foram cedidas a título de empréstimo ao novo Museu de Rachol. O mesmo se fez com peças escolhidas do tesouro da Sé e de Santa Mónica [7].

Igreja de Nossa Senhora da Graça dos Agostinhos [8]: É a última das grandes igrejas goesas iniciadas ainda no século XVI (1597-1602). A igreja, tal como o convento de Populo, encontra-se hoje em ruínas: em 1842 desabou a abóbada e em 1931 a fachada principal. Esta igreja não só encerra o primeiro século de ocupação portuguesa, como ao mesmo tempo parece fazer uma súmula da evolução da arquitectura religiosa neste século. Tal como Bom Jesus, é uma igreja de uma só nave com duas grandes capelas laterais junto à capela-mor. Tinha uma nave mais vasta do que as igrejas em Portugal. A fachada com os habi-

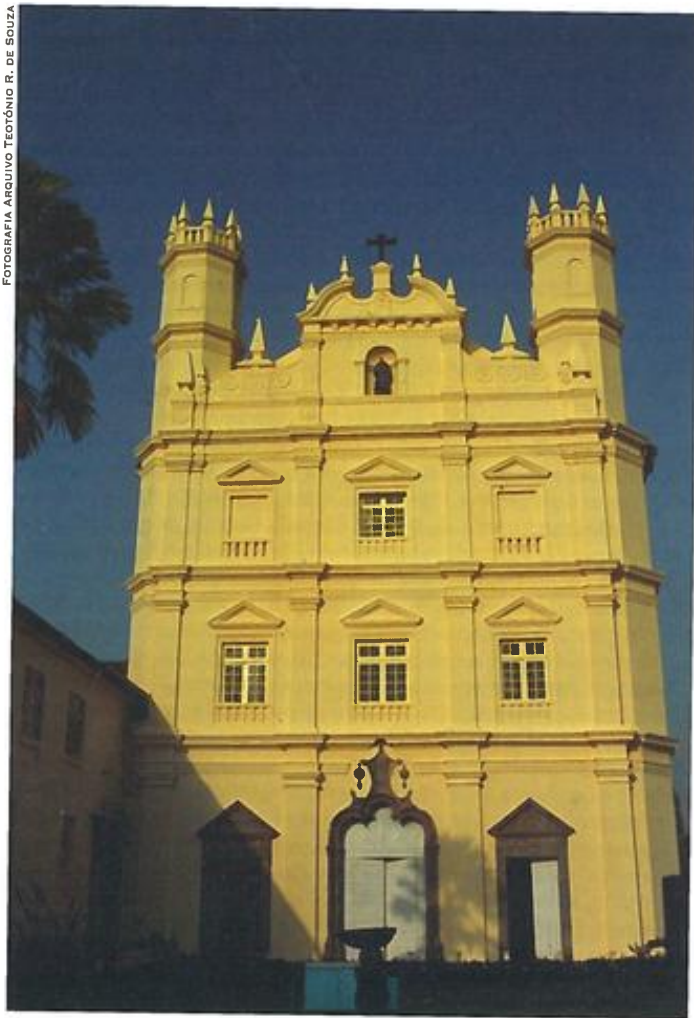
FOTOGRAFIA ARQUIVO TEOTÓNIO R. DE SOUZA

Torre da igreja de Nossa Senhora da Graça (Agostinhos)

tuais três eixos de aberturas tinha-se tornado uma característica de quase todas as igrejas goesas. Mas aqui foi possível abobadar a igreja, o que não aconteceu com a do Bom Jesus. Para sustentar uma abóbada de grandes dimensões foi necessário ter contrafortes para as paredes entre as capelas laterais, como aliás aconteceu com a sé catedral. O problema da sé era menos sério por causa das três abóbadas e não uma só. Juntamente com a sé, também esta igreja influenciou a arquitectura de muitas igrejas em Goa no século XVII.

Convento das Mónicas: Na vertente do Monte Santo, e descendo em direcção de Bom Jesus, encontra-se o mosteiro de Santa Mónica, o primeiro mosteiro feminino da Ásia. O edifício tem três contrafortes exteriores, deixando passar a estrada por baixo deles. A igreja no exterior é de estilo toscano-coríntio, e interiormente dórico. Venera-se na igreja o crucifixo milagroso que parece ter correspondido às preocupações das freiras quando o vice-rei e os homens do Senado lhes queriam reduzir as rendas. O diário do Conde de Linhares narra este episódio. O convento foi mais tarde cenário de alguns escândalos, no tempo do Arcebispo D. Ignácio de Santa Teresa, um Arcebispo muito romântico e controverso. Acabou as suas funções episcopais no Algarve [9]. O mosteiro tinha sido originalmente estabelecido a pedido do Senado de Goa para resolver o problema social que resultava de muitas viúvas e filhas dos portugueses nobres mortos nas guerras da expansão ficarem sem refúgio. Mas dentro de pouco tempo o mosteiro tornou-se muito rico com as heranças das viúvas, e as autoridades do Senado notaram que já então havia muitos portugueses solteiros sem mulheres ricas para casar. Daí as suas pressões para reduzir os recursos do mosteiro a fim de o tornar menos atraente [10]. As mónicas fizeram a sua contribuição para o património de Goa com várias receitas culinárias. É muito apreciado o doce conventual conhecido como *bebinca*. Logo após a integração na União Indiana, a hierarquia da igreja da Índia decidiu utilizar o mosteiro para a formação teológica das freiras do país inteiro, e ficou assim convertido em Instituto Mater Dei.

Igreja e convento dos Teatinos: No século XVII surge uma variante arquitectural com a igreja de Nossa Senhora da Divina Providência dos Teatinos (1656-1661), que revela influência de S. Pedro de Roma tanto na cúpula como na fachada inspirada pelo projecto de Carlo Maderna. Quando se dirige à igreja vê-se logo à esquerda um pórtico de granito.

É tudo que resta do Palácio da Fortaleza, que foi residência oficial dos vice-reis até 1696, altura em que a residência foi transferida para Panelim por causa da epidemia. Continuou-se, todavia, a usar o Palácio da Fortaleza para recepções solenes até 1812. Foi demolido em 1830, mas já tinha ruído antes o tecto. As duas colunas verticais do pórtico pertenciam a um templo hindu. O frontispício da igreja dos Teatinos ostenta quatro grandes estátuas de granito: S. Pedro, S. Paulo, S. João Evangelista e S. Mateus. O portão principal é encimado pelas armas de Portugal. Talvez para compensar as dificuldades que tiveram em obter o beneplácito do rei durante alguns anos por serem estrangeiros e não jurarem fidelidade à coroa portuguesa. O altar-mor é dedicado a Nossa Senhora da Divina Providência. As capelas das naves laterais: Sagrada Família, Redentor e Nossa Senhora das Dores e S. Gregório Magno celebrando Missa. Ao lado da Epístola: S. André Avelino representado a cair morto ao intróito da Missa, S. Caetano com quadro da visão de Nossa Senhora aos Teatinos e Santa Catarina de Alexandria. O púlpito tem esculturas de S. Pedro e S. Paulo, símbolos dos quatro evangelistas, e S. Caetano com Menino Jesus nos braços. As telas nas paredes representam: Julgamento de Cristo, Baptismo de Cristo, Oficina de S. José, Descendimento de Cristo, Sagrada Família, Santa Teresa do Menino Jesus, D. Pedro Carafa, bispo de Teati, e sete outras telas com várias representações da vida de S. Caetano, incluindo uma a beber leite do seio da Virgem Maria. Debaixo do altar-mor ficava o cemitério dos Religiosos, e foi convertido em carneiro em 1842 para guardar os restos mortais dos governadores e portugueses até que fosse possível trasladá-los para Portugal. Abaixo do zimbório existe um poço de 22 m de profundidade. Segundo F. N. Xavier, o poço era para escoar a humidade das paredes que tinham desabado duas vezes. Mas o historiador F. X. Gomes Catão e a tradição local consideram que o poço foi um antigo tanque (*tirtha*) dum templo anteriormente existente no mesmo local. Posteriormente, o convento foi adaptado para museu da Índia Portuguesa e estava aí a galeria dos retratos dos vice-reis. O museu foi transferido mais tarde para S. Francisco de Assis, e a galeria dos retratos passou para o Palácio do Governo em Panjim antes de ser transferida também para o museu de S. Francisco de Assis que é agora o museu da Comissão Arqueológica da Índia *(Archeological Survey of India)*.

FOTOGRAFIA ARQUIVO TEOTÓNIO R. DE SOUZA

Igreja de S. Francisco de Assis

Igreja e convento dos Franciscanos: Os franciscanos colmataram o movimento arquitectural seiscentista com a sua igreja dedicada ao Espírito Santo de Velha Goa, em 1668. A sua fachada de torres não conseguiu manter o equilíbrio com o corpo central. O portal de estilo gótico manuelino parece ter sido aproveitado duma estrutura anterior. Apresenta finos cogumelos, quadrifólios e motivos heráldicos. A nave é um verdadeiro museu de quadros e telas, um verdadeiro catálogo dos membros da família franciscana, incluindo reis, santos, cardiais e bispos. Abaixo do coro estão duas telas: o Juízo Final e a Tentação de Santo António. No claustro adjacente estende-se uma impressionante galeria dos quadros do martirológio franciscano, assinalando o martírio dos religiosos nas praias dos mares orientais, de Monomotapa ao Japão.
No século XVIII já se notava a decadência no Oriente. Foram construídas novas igrejas que conservam frontões imponentes com fachadas clássicas rígidas, mas adoptam torres coroadas de pequenas cúpulas (falsas em Assagão, Calangute) ou com lanternins (em Orlim, Varcá, Curtorim). A igreja mais característica é de Espírito Santo em Margão com uma nave de dois andares e nichos semicirculares para as capelas laterais. As torres da fachada terminam por balaustradas, e isto vê-se também em muitas das outra igrejas, ainda as mais pequenas. O que distingue a arquitectura de Goa dos modelos do continente são as decorações dos retábulos que sofrem maior influência oriental. No século XVIII, a composição da talha nos retábulos revela-se mais pobre e menos original [11].

Convento e igreja de S. João de Deus: Defronte das ruínas da igreja de Santo Agostinho vê-se o convento de S. João de Deus e a sua igreja. O convento serviu de quartel para as tropas portuguesas, tal como aconteceu ao convento de Santa Mónica, durante alguns anos antes da integração de Goa na União Indiana. É uma explicação para a melhor conservação destes dois edifícios. Os irmãos hospitaleiros vieram a Goa em 1685 e recolheram-se durante os primeiros três anos numa casa contígua à igreja de Nossa Senhora do Monte. Em 1691, foram-lhes doadas umas casas no sítio onde erigiram uma igreja. Foi como começou o convento de S. João de Deus. A ordem tinha somente alguns padres, mas consistia essencialmente de irmãos leigos que trabalhavam como enfermeiros em vários hospitais do Estado. Serviram também no hospital real de Panelim depois da expulsão dos jesuítas e

até 1835. Após a extinção das ordens, a câmara municipal das Ilhas tinha as suas reuniões oficiais neste mosteiro até a altura em que ficou concluída a sua nova casa em Panjim. A igreja e um terço do antigo mosteiro foram restaurados e servem hoje de casa para os idosos.

Divar: Era um lugar de peregrinações para os hindus e era venerado como terra santa. Havia ali um belo templo dedicado ao Saptakoteshwar, divindade padroeira dos Kadambas. Havia também um outro templo de Ganesha, transferido para lá de Goa Velha, que já tinha atingido grande importância durante o regime dos *Kadambas*. A invasão muçulmana destruiu o templo e Ganesha foi transferido para o monte de Navelim (Divar) quando Vijayanagar tomou posse de Goa. Com a conquista de Goa por *Bahamanis*, Ganesha teve que sair e foi para Candola (Pondá). Saptakoteshwar passaria para Naroá (Bicholim). O sítio do templo foi ocupado pela igreja de Nossa Senhora de Piedade. O tecto e uma janela da capela do cemitério adjacente à igreja apresentam umas relíquias do antigo templo de Ganesha. O templo de Saptakoteshwar foi substituído pela capela de Nossa Senhora de Candelária. Ainda se vê o tanque de abluções do antigo templo. Partes dos antigos templos foram utilizadas na Velha Goa para construção das novas igrejas e conventos. E, se calhar, alguns pedaços chegaram a outras partes de Goa quando o material dos conventos demolidos foi utilizado noutros sítios.

Notas

[1] Elaine Sanceau, *Mulheres portuguesas no ultramar*, Porto, Livraria Civilização, 1979, p. 67. Se a tradição é ainda aceitável, o Apóstolo das Índias teria recorrido a *sanatio in radice* in *articulo mortis* mesmo na ausência do marido.

[2] Ver a descrição do convento e igreja dos dominicanos por padre Gabriel Saldanha na sua *História de Goa*, vol. II, Bastorá, 1926, pp. 76-77. Além da festa de S. Domingos em 4 de Agosto, celebravam os dominicanos nesta igreja a festa de S. Pedro o mártir, fundador da confraria da Inquisição, aos 29 de Abril com ruidosa pompa. A fachada da igreja diz-se ter sido a mais formosa de todas as de Goa. Uma parte do convento abateu em 1841, e o que restava foi demolido por ordem do governador Lopes de Lima, e os materiais foram empregados para a construção dos quartéis de Quepém. Oito das suas grandes colunas de pedra preta foram aproveitadas para o monumento erigido em 1848 à estátua de Afonso de Albuquerque em Panjim.

[3] O comprimento do edifício é de 70 metros e a largura da nave cerca de 27 metros.

[4] Uma comunicação apresentada pelo arquitecto António Nunes Pereira ao simpósio sobre «Relações interculturais entre Portugal e Goa», Universidade de Colónia, 29 de Maio-1 de Junho, 1996.

[5] Ver o apêndice documental.

[6] Teotónio R. de Souza, «Gonçalo Martins: A Jesuit Prucurator, Businessman and Diplomat in the Estado da Índia», *Mare Liberum*, n.º 5, 1993, pp. 119-28.

[7] José Blanco, «A Paixão de Goa», *Oceanos*, n.º 19-20, Lisboa, 1994, pp. 162-170. Este número da revista é dedicado exclusivamente à presença portuguesa na Índia e tem ilustrações belíssimas dos vários monumentos e sítios referidos ou descritos neste Roteiro.

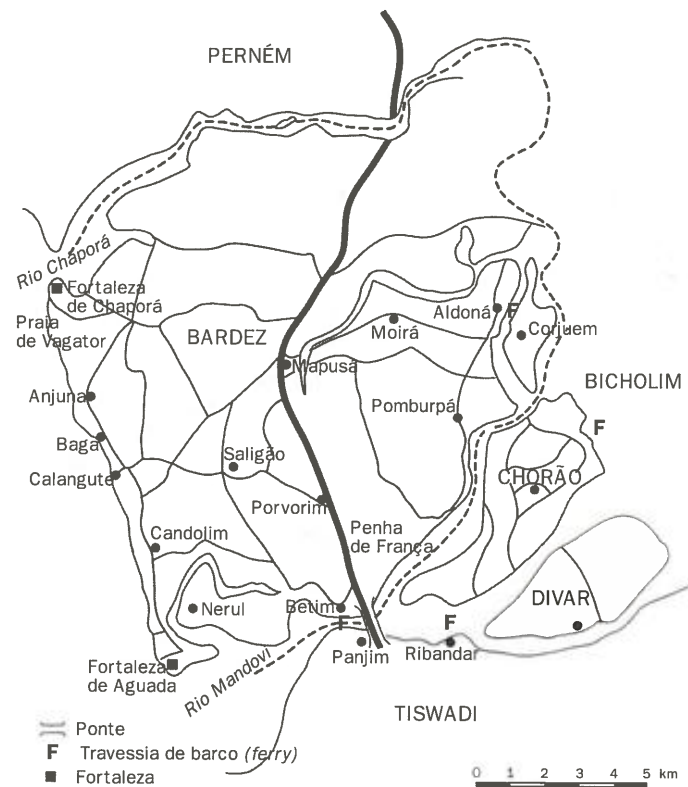
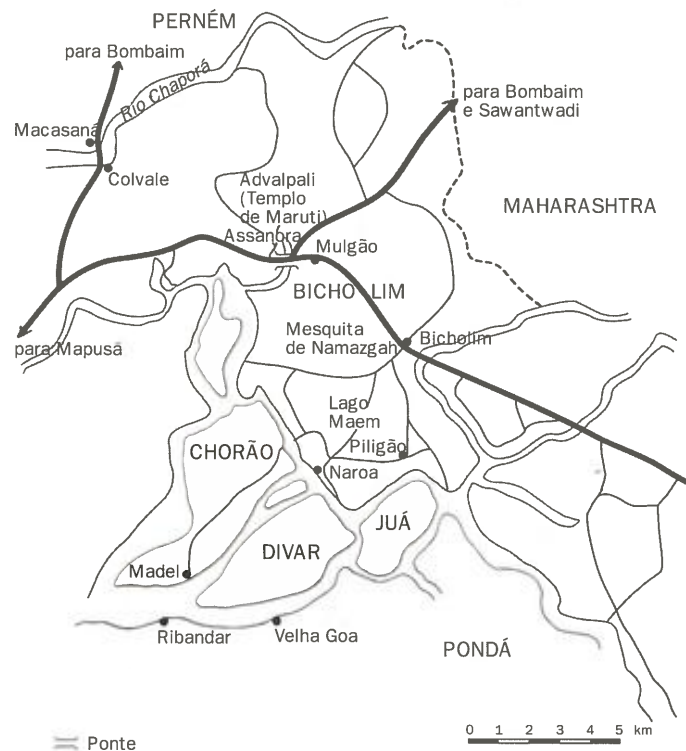
[8] Tinham anexo o seu Colégio de Popolo onde o viajante Buchanan ficou hospedado e deixou registado que a Biblioteca do Colégio podia comparar-se com a da Universidade de Cambridge. Cf. Ricardo M. Telles, «Convento de S. Agostinho», *Oriente Português*, n.º 26, p. 449. A igreja dos Agostinhos tinha o sarcófago com os restos mortais da sua benfeitora rainha arménia Ketevan. Cf. Roberto Gulbenkian, «Relação verdadeira do glorioso martírio da rainha Ketevan da Geórgia», *Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 1987. As recentes limpezas das ruínas não têm descoberto as relíquias que se esperavam encontrar. É provável que os agostinhos já não as deixaram ficar aí quando a Ordem foi extinta. Como o sarcófago estava na parede, é possível que a rainha tenha sido desta vez vítima do vandalismo do governador Ferreira Pestana. O que a peste não destruira na velha cidade foi destruído por Pestana para aproveitar as pedras para a construção de quartéis militares em Panjim e nas Novas Conquistas.

[9] Leopoldo da Rocha, «What the chronicler missed about Santa Mónica of Goa: The untold story of rebellion (1730-1734)», *Indian Church History Review*, Dez. 1992, pp. 115-147.

[10] Teotónio R. de Souza, *Goa Medieval*, p. 136. Richard Burton, *Goa and the Blue Mountains*, Londres, 1851, p. 84: Descreve a sua aventura amorosa no Mosteiro de Santa Mónica.

[11] Carlos de Azevedo, *A arte de Goa, Damão e Diu*, Lisboa, 2.ª ed., 1992; Mário Tavares Chicó, «A escultura decorativa e a talha dourada nas igrejas da Índia Portuguesa», *Belas Artes*, n.º 7, Lisboa, 1954, pp. 23-29.

BARDEZ

PERNÉM
Rio Chaporá
Fortaleza de Chaporá
Praia de Vagator
BARDEZ
Anjuna
Baga
Calangute
Candolim
Nerul
Fortaleza de Aguada
Rio Mandovi
Saligão
Porvorim
Penha de França
Betim
Panjim
Ribandar
Mapusa
Moirá
Aldoná
Corjuem
Pomburpá
BICHOLIM
CHORÃO
DIVAR
TISWADI
F
Ponte
F Travessia de barco (ferry)
Fortaleza
0 1 2 3 4 5 km

BICHOLIM

Igreja e fortaleza dos Reis Magos: A fortaleza foi construída em 1551, mas foi inteiramente reconstruída em 1703. Em 1739, conseguiu resistir muito bem às investidas dos Maratas. Há uma escadaria íngreme e murada de ambos os lados e que liga a fortaleza com o cais. Tem a sua fonte de água. Era até recentemente utilizada como prisão. Fica adjacente a igreja dos Reis Magos construída inicialmente em 1555, e foi daqui que os franciscanos expandiram as suas actividades missionárias para o resto da província de Bardez. Tinham em Reis Magos (aldeia de Verém) o seu Colégio de S. Jerónimo que se tornou rival do Colégio de S. Paulo dos Jesuítas. Também tinham uma casa dos Catecúmenos na aldeia vizinha de Betim. Os franciscanos tomaram uma parte activa na defesa da fortaleza durante o ataque dos Maratas e alguns morreram no combate.

Aguada: A fortaleza foi construída para defender Goa contra as investidas dos holandeses, que estiveram na barra de Goa em 1604 com sete navios. Nesta altura já existiam as fortalezas de Reis Magos e de Gaspar Dias para proteger a entrada da barra. Mas pensou-se então numa segunda linha de defesa com Aguada e Cabo. Os trabalhos começaram em 1605 e ficou acabada somente em 1627. Junto da «Porta do Mar» existe, aberta na rocha, uma fonte que fornecia água por calhas de madeira para os barcos no cais em baixo. Chamou-se por isso fortaleza de Aguada. Durante os últimos anos do regime português, ficou transformada em prisão política. Uma parte das ruínas está hoje ocupada pelo *Taj Beach Resort*, hotel de cinco estrelas.

Saligão: Saligão fazia parte da paróquia de Nagoá até meados do século passado. Mas por razões de distância foi criada a nova igreja para a qual contribuíram os fregueses. Alguns dos contribuintes principais tinham estado em Birmânia, e provavelmente foi daí que veio o estilo único da igreja. É geralmente descrito por gótico, mas convém saber melhor. A imagem da Mãe de Deus, orago da igreja, veio do convento de Madre de Deus dos agostinhos em Daugim, nos arredores de Velha Goa.

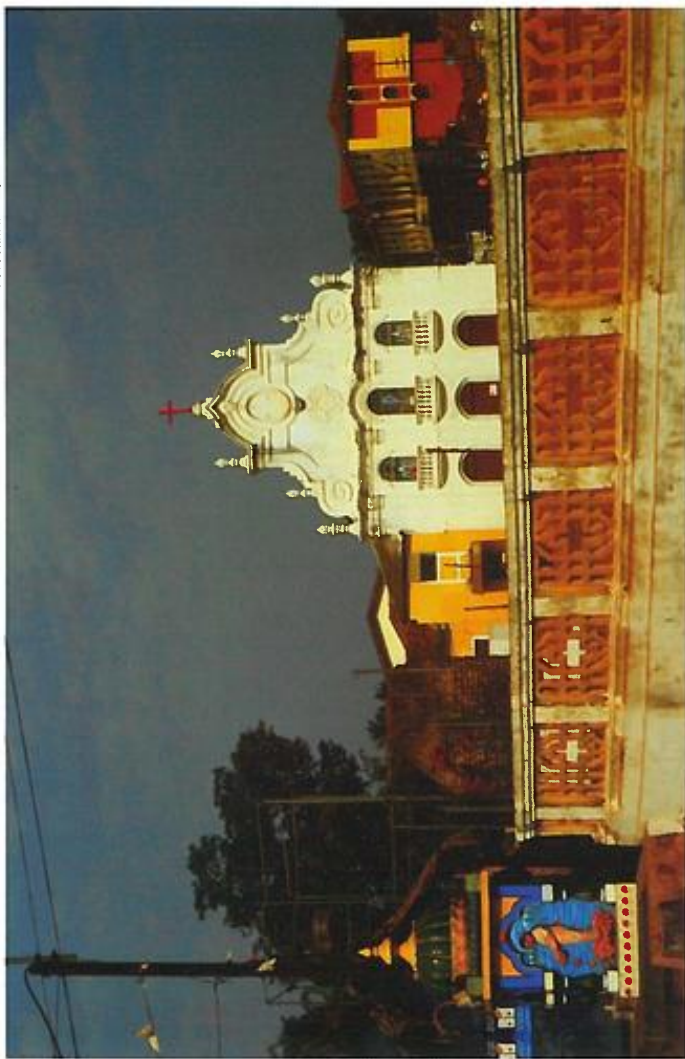
Mhapsa (Mapuçá): É a cidade principal de Bardez e centro da administração da província. A igreja é dedicada a S. Jerónimo, mas o altar-mor é de Nossa Senhora dos Milagres. A igreja é conhecida como Igreja de

FOTOGRAFIA ARQUIVO TEOTÓNIO R. DE SOUZA

Alto relevo polícromo de finais do séc. XVII, Igreja dos Reis Magos (Verém)

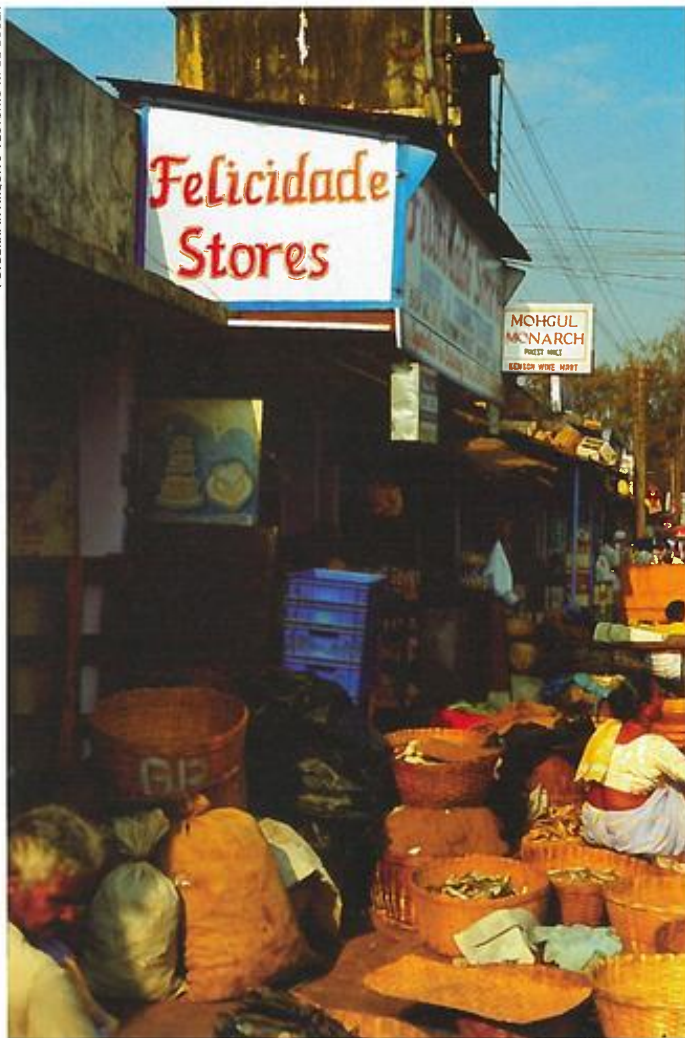
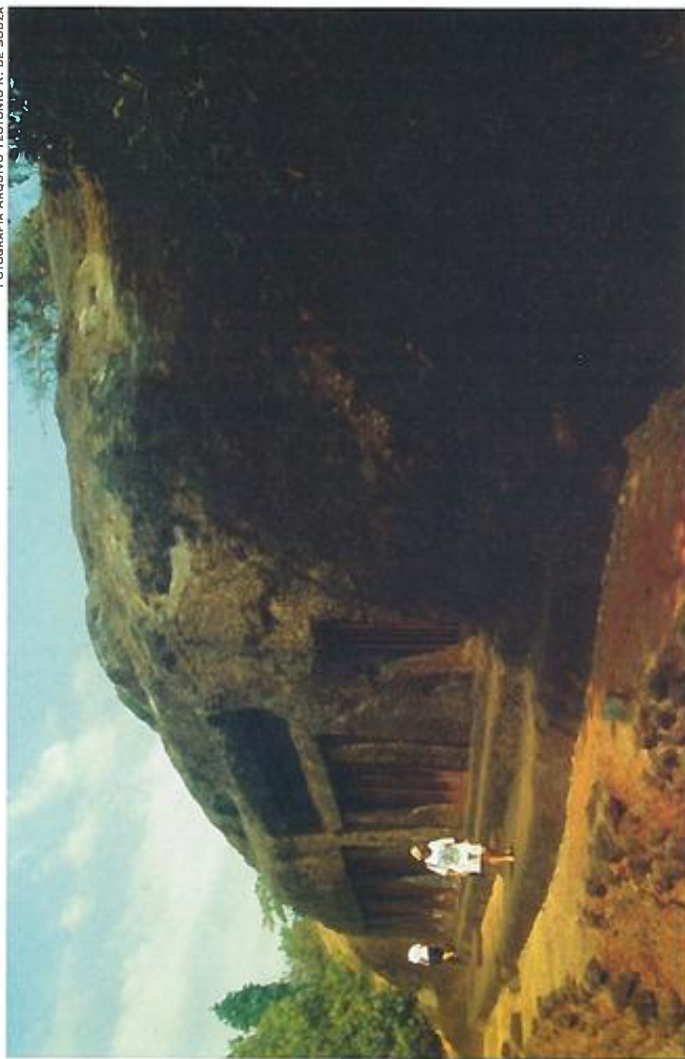
FOTOGRAFIA ARQUIVO TEOTÓNIO R. DE SOUZA

Igreja de Saligão

Fotografia Arquivo Teotónio R. de Souza

Igreja de Nossa Senhora dos Milagres (S. Jerónimo) — Mapuçá

Fotografia Arquivo Teotónio R. de Souza

Mercado de Mapuçá

FOTOGRAFIA ARQUIVO TEOTÓNIO R. DE SOUZA

Grutas de Arvalém

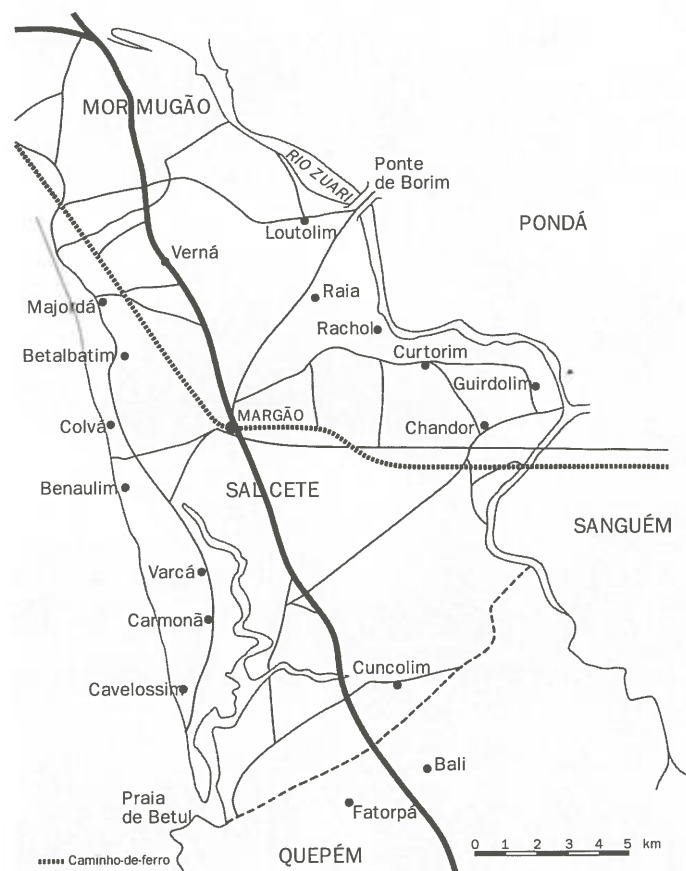
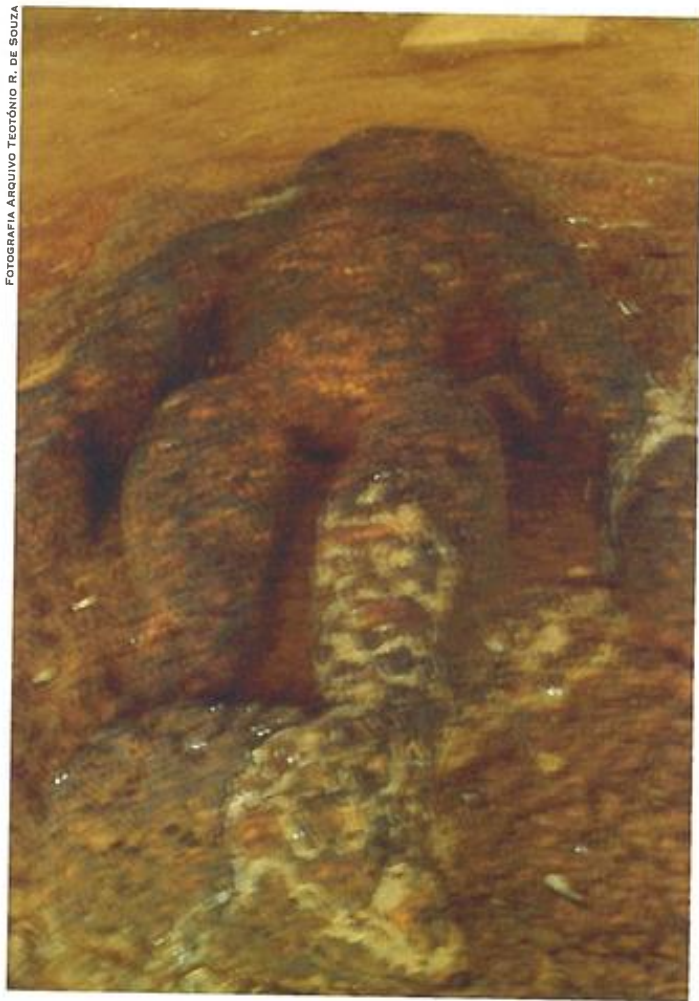
Milagres. A crença popular considera a Nossa Senhora dos Milagres como uma das deusas hindus, e é frequentada pelos hindus durante as novenas e festa principal. Um templo hindu ainda envia óleo para a lâmpada da igreja. A festa atrai uma feira anual muito importante de artesanato e provisões para as monções. Mapuçá é também tradicionalmente conhecido pela sua feira semanal nas sextas-feiras. É uma feira que dá para comprar e vender qualquer coisa, e é uma coisa para ver. O nome da cidade é derivado de *Maha+ bhusa* ou grande feira de comestíveis. É assim que o nome está escrito no mapa mais antigo de Bardez por Manoel Godinho Herédia.

Grutas de Arvalém: Chamam-se cavernas dos *Pandavas* e é costume em Goa atribuir quaisquer cavernas aos *Pandavas* da tradição do poema épico indiano entitulado *Mahabharata*. Podiam ter sido grutas budistas, e que mais tarde foram ocupadas pelos *shivaítas* (seita dos adoradores de deus Shiva) que estabeleceram os seus *lingas*. Mas é possível que sejam bramânicas desde o início, isto é, desde o primeiro quartel do século V. A modo tradicional das grutas budistas, *chaitya* (santuário) está no lado norte, e *vihara* (residência) no lado sul. Uma das indicações da origem budista é uma imagem de Buda do século IV que o Pe. Heras encontrou em Colvale que não dista muito dessa zona. É possível que a cabeça do Buda encontrada em casa dos Mhamais de Panjim tenha vindo também desta região onde eles funcionavam como «rendeiros» do Estado. Nas cavernas de Arvalém encontra-se também uma das mais antigas inscrições gravadas na rocha e em escrita *brahmi* que se utilizou nos editais rupestres do imperador Ashoka.

Mesquita de Namazgah: Sanquelim tem uma concentração da pequena população muçulmana de Goa. Ao viajar de Sanquelim para Bicholim, vê-se a uma distância de uns 4 km e no topo dum monte uma mesquita pintada de branco. A zona em redor está totalmente escavada para extracção de minério. A mesquita foi construída pelo príncipe Akbar, filho do imperador Aurangzeb, nos finais do século XVII. O príncipe tinha-se revoltado contra o seu pai, e esteve aqui refugiado. O príncipe tinha protecção do marata Sambhaji que foi finalmente derrotado e morto pelos generais de Aurangzeb. Durante as guerras de Sambhaji com os portugueses, o príncipe Akbar ofereceu-se como intermediário para restabelecer a paz. Depois da morte do seu protector marata, o príncipe teve que fugir do país e partiu para o Médio Oriente.

Tivim: Já nos referimos nos textos interiores para a especialidade estilística da igreja de Tivim. Mas a aldeia foi mais importante por motivos de estratégia militar. O Conde de Linhares ordenou a construção de um complexo de três fortalezas estendendo a Colvale, Revorá e Tivim. Mas esta linha de defesa foi de pouca utilidade quando Sambhaji entrou em Goa em 1683. Podem-se ver algumas ruínas do fortim de Tivim, e o bairro é conhecido por *Fortin*. Houve muita resistência da parte dos naturais de Bardez para colaborar nessa obra com seus dinheiros e serviços. Era mais essa falta de cooperação local que neutralizava os esforços da defesa contra os inimigos.

SALCETE CATÓLICO

FOTOGRAFIA ARQUIVO TEOTÓNIO R. DE SOUZA

Representação lapidar da deusa-mãe – Verná, Goa

4. **Salcete católico**

Convento de Pilar: Não estamos ainda em Salcete, mas no caminho de Panjim para Salcete, e aproveitamos para visitar o mosteiro e o seminário de Pilar. Estamos na aldeia de Goa Velha, a antiga cidade de Govapuri ou Gopakapattana. Os reis Kadambas de Goa erigiram aqui um templo de Shiva que era venerado como Goveshwar (*Senhor de Goa*). Um museu no seminário de Pilar contém vários achados do antigo templo. Existe aqui o mosteiro de Pilar. Os franciscanos capuchinhos tinham aqui desde 1613 uma igreja sobre as ruínas do templo hindu. Tinham trazido de Espanha uma imagem de Nossa Senhora de Pilar e deram esta invocação à sua igreja. Depois da extinção das Ordens em 1834 o Mosteiro ficou abandonado. Mais tarde a Arquidiocese de Goa tomou conta do edifício e, em 1887, o Pe. Bento Martins e alguns outros, que tinham fundado uma Sociedade Missionária de S. Francisco Xavier em Canácona, passaram a ocupar o edifício de Pilar. Em 1936, a Sociedade Missionária estava quase defunta, e voltou a adquirir novo impulso entre os seminaristas de Rachol sob a direcção espiritual do Pe. Agnelo de Sousa, que é um candidato goês para beatificação. Pe. Agnelo tinha entrado na Sociedade Missionária em 1897. O mosteiro de Pilar tem umas telas muito antigas e pouco divulgadas com representações de simbolismo bíblico.

Verná: Nesta aldeia a 10 km a sul de Cortalim, no caminho para Margão, existia o primitivo templo de Mhalsadevi de Mardol. Foi em forma de Mhalsa, tentadora (*Mohini)*, que Vishnu distraiu os demónios (*Asuras, daityas*) que queriam fugir com o néctar (*Amrita*) que se tinha extraído do oceano. Os deuses conseguiram assim recuperar as suas forças e restabeleceu-se a harmonia no universo. Existe nos documentos jesuítas a descrição da grandeza do templo de Verná que eles designam por centro de prostituição. Podem-se ver ainda hoje as ruínas do templo e o tanque. Após 1961, tentou-se reconstruir o antigo templo, mas continua incompleto por falta de recursos financeiros. Os artesãos escultores eram de Madrasta, e o trabalho até agora executado é bastante impressionante. Recentemente foi trasladada para este sítio uma imagem de deusa-mãe esculpida em laterite e que se encontrava no templo de Curdi que foi submergido para dar lugar a uma barragem. A imagem pesava umas 20 toneladas e apresenta à observação fina uma criança recém-nascida entre o braço esquerdo e o peito da deusa-mãe.

Visão de S. Inácio de Loiola — Seminário de Rachol

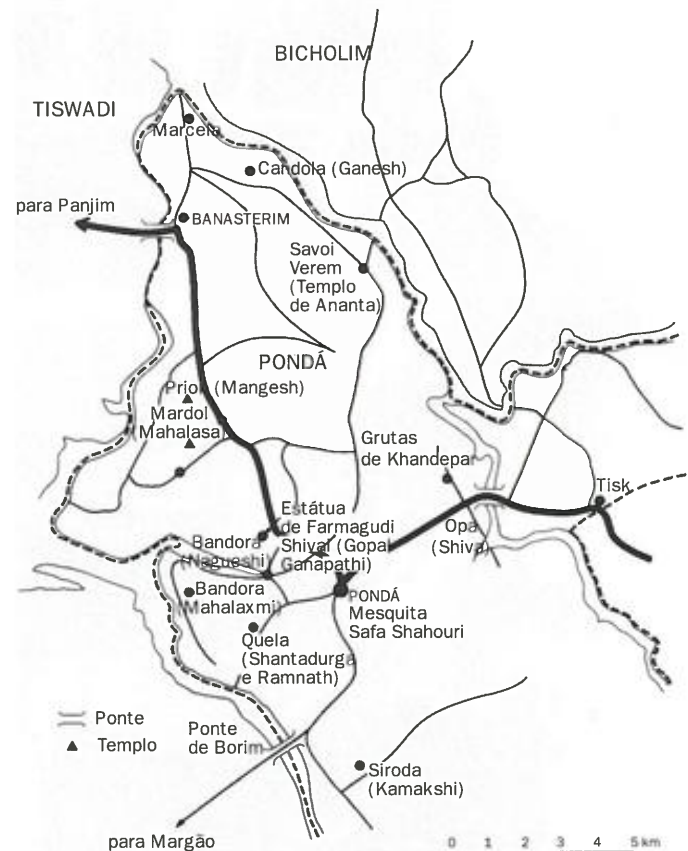
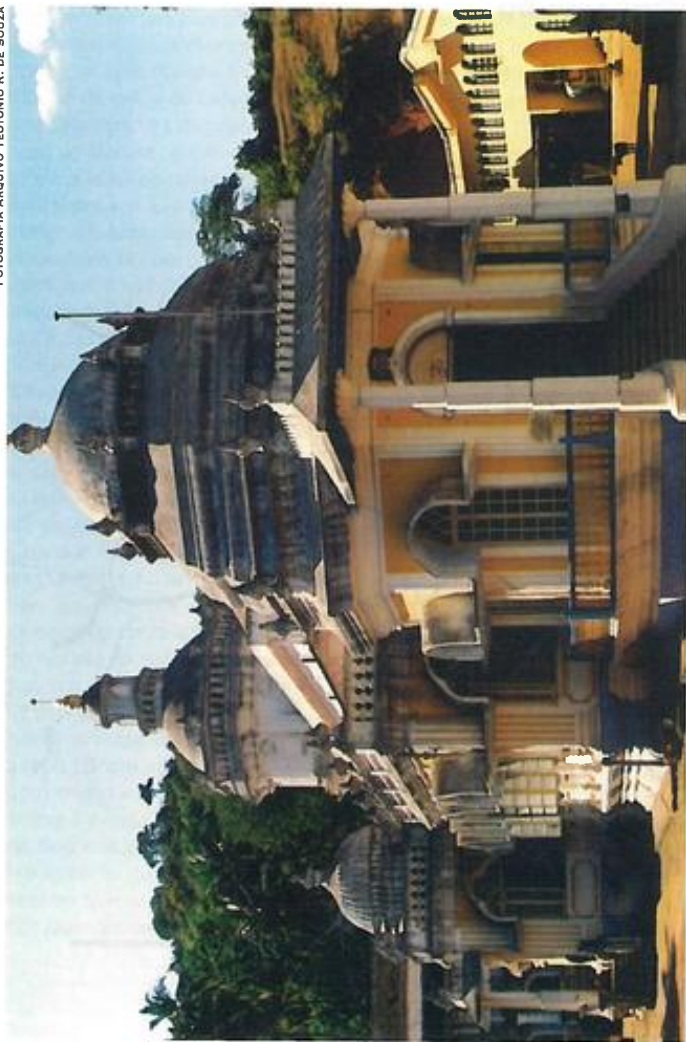
Margão: É uma cidade com muito comércio ajudado pela ligação de caminho-de-ferro. Ao fim da Rua Abade Faria existe um templo que pode passar despercebido. É uma casa residencial convertida em templo de Damodar, que foi antigamente a divindade principal de Margão. O local original está ocupado pela igreja de Espírito Santo e por um cruzeiro impressionante. A primeira igreja fora consagrada em 1565 pelo primeiro Arcebispo de Goa, o qual tinha escolhido o local antes de ser demolido o templo pelo capitão de Rachol, Diogo Rodrigues. A imagem original de Damodar foi transferida para Zambaulim (Sanguem). No mesmo ano de construção, a igreja foi demolida pelos muçulmanos, e uma nova estrutura foi demolida novamente em 1579. Eram tentativas de Idalcão para recuperar Salcete. O edifício actual é de 1675, em Barroco indiano. A cúpula com lanterna cilíndrica é uma influência muçulmana que se estenderia para várias outras igrejas e templos hindus mais tarde. A arquitectura interior eleva a curiosidade e atenção para o painel que representa o Espírito Santo descendo sobre Nossa Senhora e os Apóstolos. Existe um altar artístico dedicado ao casamento de S. José e Nossa Senhora.
Margão tem várias casas senhoriais indo-portuguesas muito pitorescas. Mesmo perto da igreja, está a Casa dos Silvas. É dos finais do século XVIII, e foi construída por Inácio Silva, que foi Secretário do vice-rei, por volta de 1790.

Rachol: O colégio do Espírito Santo foi fundado pelos jesuítas com o patrocínio de D. Sebastião para servir de base para a evangelização de Salcete. Era protegido pela fortaleza de Rachol. O jesuíta Tomás Estêvão, autor da primeira gramática da língua Concani, e de *Krista Purana* em língua Marata, foi reitor deste colégio. Mas esteve lá também o Padre Rodolfo Acquaviva que liderou a primeira missão de Agra e Fatehpur Sikri para a corte do imperador Akbar. Quando foi assassinado em Cuncolim era reitor de Rachol. O imperador Akbar não queria que o padre deixasse a sua corte, e enviou uma mensagem de condolências para o superior provincial dos jesuítas em que dizia que o padre não teria morrido desta forma se tivesse continuado na sua corte. Rachol tinha uma das três imprensas dos jesuítas na Índia e daqui saíram várias publicações hoje raras. Depois da expulsão dos jesuítas, o colégio foi entregue aos padres vicentinos que o chamaram Seminário do Bom Pastor. Mas estes pouco duraram e foram substituídos pelos Oratorianos de Goa. Deixaram os vestígios da sua passagem nas pinturas

que se vêem nas paredes. Em 1782, chegaram as relíquias de S. Constantino que está representado como um soldado de Cristo com uniforme militar. Existe um altar para o Menino Jesus, que um Reitor trouxe da igreja de Colvá quando o Arcebispo tentou substituir os jesuítas pelos padres diocesanos nas paróquias de Goa. Ficou para trás um anel do Menino, e o novo Menino Jesus de Colvá com o anel antigo continua a fazer os milagres que fazia o Menino anterior que os fregueses tentaram em vão recuperar. Ainda funciona no edifício o seminário maior da Arquidiocese, e recentemente foi estabelecido o Museu da Arquidiocese com o apoio da Fundação Gulbenkian e da INTACH *(Indian National Trust for Art and Cultural Heritage)*. O museu inclui peças escolhidas dos tesouros das igrejas da velha cidade, e das várias igrejas e casas particulares de Goa, particularmente de Salcete.

Chandor: Uma aldeia situada a 10 km de Margão apresenta uma mistura de antiguidade e modernidade. A modernidade nota-se na praça principal da aldeia onde várias ruas se encontram. Mas esta aldeia era a capital da região durante alguns séculos e era conhecida por Chandrapur. Fica situada num entroncamento do rio Kushavati e um tributário do Zuari. Existe ainda o fosso que ligava os dois rios transformando Chandor numa ilha bem defendida. O bairro é conhecido por *Kotta* ou fortaleza. Já no século IV, os Bhojas, feudatários dos poderosos Mauryas, governavam em Chandor. Uma das mais antigas inscrições em lâminas de cobre é de uma doação feita em Chandrapur. Existem ruínas do templo de Shiva, e encontraram-se vestígios da loiça dos Satavahanas que controlaram a zona já antes dos Bhojas. Foi no século XI que Chandrapur viu o apogeu da sua glória. Mas com maior envolvimento naval os Kadambas sentiram necessidade de mudar a capital para Govapuri (Gopakapattana, Gove) em Goa Velha. Em Chandor celebra-se com muito esplendor a festa dos Reis Magos. A outra atracção da aldeia é a casa de Menezes Bragança, que lutou pelos direitos políticos de Goa nos seus jornais *Prakasha* e *Debate*. Tristão Bragança Cunha era também da mesma aldeia. Dois filhos da aldeia que substituíram o espaço que era reservado para as duas grandes figuras portuguesas dos Descobrimentos.

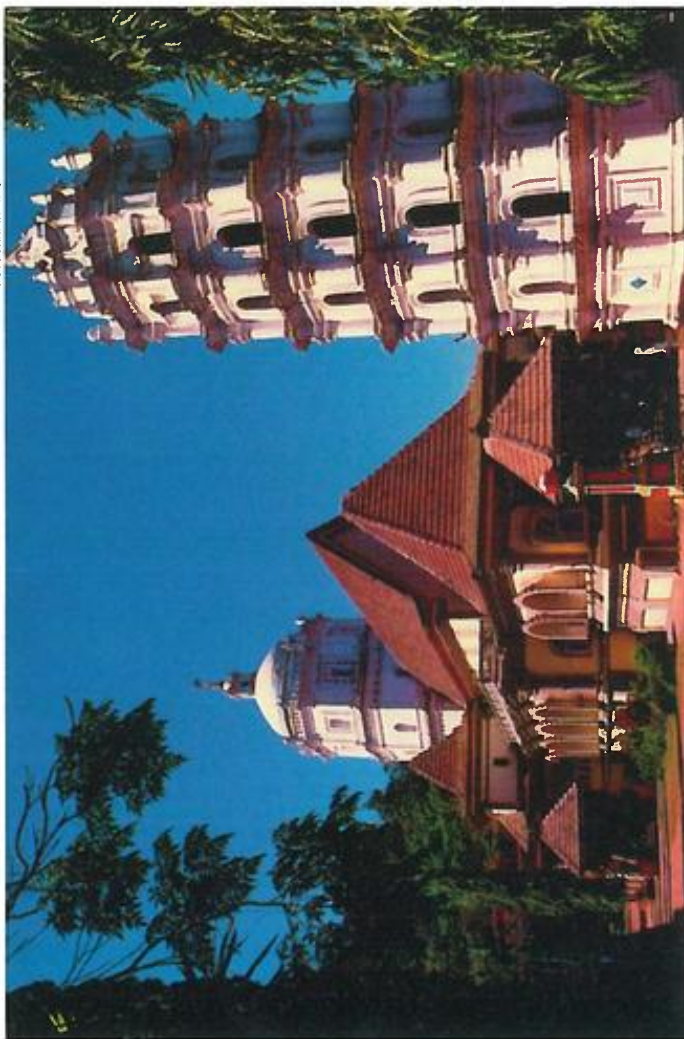
PONDÁ HINDU

FOTOGRAFIA ARQUIVO TEOTÓNIO R. DE SOUZA

Templo de Sri Mangueshi (Priol)

5. **Pondá hindu**

Templo de Sri Mangueshi (Priol): É divindade transferida de Cortalim (*Kushashtali*) em Salcete, onde os jesuítas construíram a sua primeira igreja em Salcete. Já nos referimos noutro sítio à lenda do Shiva que veio buscar repouso em Goa, e como Parvati foi lá encontrá-lo. O templo novo em Pondá foi por iniciativa dum goês em exílio. Chamava-se Ramchandra Sukhtantkar e ocupava posição importante na corte marata em Poona. Por sua influência, conseguiram que o rei de Sunda oferecesse terreno para a construção do templo em Pondá nos meados do século XVIII. O templo e o culto são mantidos por uma associação das vinte e quatro famílias dos brâmanes *Saraswats* da freguesia de origem. A torre das lâmpadas *(deepasthamba)*, de sete andares e forma octogonal, é de estilo Barroco e chama atenção pela sua elegância e dimensões. Em volta do templo existem *agrashalas* ou facilidades de residência para os peregrinos. Ao redor do templo de Mangueshi existem templos pequenos para *parivar devatas* ou divindades secundárias doutras castas e grupos sociais. Um desses templos é de *Muktó*, um homem da casta *Curumbim,* que ajudou a transferência da divindade principal. O *mukteshwar* é assim o deus dos Curumbins (*kunbis*), mas merece uma banana dos peregrinos que prestam culto ao Mangueshi. A palavra OM em caracteres devanagáricos aparece neste templo e em maior parte dos outros templos. Significa princípio e fim (*Alpha* e *Omega*), e o som pronunciado ajuda a meditação e a concentração mental.

Templo da deusa Mhalsa: Em Mardol de Pondá. Era original de Verná, como já ficou dito noutro sítio. A deusa venerada é esposa ou força divina de Vishnu. Este deus aparece sentado sobre uma cobra e como senhor dos oceanos. Narram-se várias incarnações de Vishnu em que ele apareceu com formas humanas e de animais para salvar a humanidade. Parashurama, Vaman e Krishna são algumas dessas incarnações *(avatares)*. Para os *Shivaítas*, Mhalsa é *Bhairavi*, esposa de *Khandoba*, um deus folclórico e antecessor de Shiva. Desta forma, os *Shivaítas* também não têm dificuldade em aceitar o culto dos *Vishnuítas*. Curiosamente, em Goa, as duas seitas conseguiram associar os seus cultos e harmonizá-los bem. A expressão perfeita desta harmonia é o deus Hari-Hara (um casamento de Shiva e Vishnu). O templo de Mhalsa é contemporâneo do Mangueshi em Pondá. O veículo do Vishnu

FOTOGRAFIA ARQUIVO TEOTÓNIO R. DE SOUZA

Templo da deusa Shantadurga — (Queulá), Kavlem

é a *Garuda* (metade homem e metade águia), da mesma forma como o boi (*nandi*) é veículo de Shiva.

Templo de Narasinha: Não muito distante de Mardol fica a aldeia Velinga onde se encontra este templo dedicado a uma outra incarnação de Vishnu, metade homem e metade leão. Assumiu esta forma para destruir um demónio que não podia ser destruído nem por qualquer homem nem por qualquer animal. Era uma protecção que o demónio tinha conseguido de deus Brama. Foi transferido de Sancoale em Salcete. O edifício é do século XVIII.

Templo da deusa Shantadurga: Está situado na aldeia Queulá ou Kavlem de Pondá. Era originariamente de Quelossim (em Salcete). Este templo não está situado num vale, mas na encosta duma colina. Shantadurga representa uma expressão pacífica de *Shakti* ou energia cósmica de Shiva. É o templo mais frequentado de Goa. A sua transferência resultou também da influência da corte marata, onde Naro Ram Mantri, um ministro de Shahu, neto de Shivaji, era ele próprio um adorador de Shantadurga. Este templo também tem uma torre octogonal para as lâmpadas. Chandeliers e decorações em prata são inovações características deste templo.

Templo de Ramnath: Fica situado em Bandorá. É o último templo importante deste grupo em Pondá. É dedicado a Shiva e pertencia à aldeia de Loutolim em Salcete. Embora *linga* de Shiva tenha uma posição proeminente, nota-se muita presença de *vishnuísmo*, incluindo uma imagem de Lakshiminarayana. Shiva é venerado como Senhor de Rama, uma incarnação de Vishnu. O edifício actual é uma reconstrução de 1905. Mas continua a manter a exuberância Rococó dos outros templos do grupo.

Mesquita Safa Shahouri: Esta mesquita em Pondá foi construída por Ali Adil Shah (Idalcão) em 1560. Tem havido muita destruição em volta, e o edifício foi várias vezes renovado mantendo pouca continuidade com o original. A estrutura é mais parecida com um túmulo do que com uma mesquita. O tecto de telhas é uma inovação mais recente. O tanque apresenta influência hindu. Infelizmente, abre-se só em certas ocasiões e não é assim acessível em qualquer altura. O edifício está a ser conservado pelo *Archaeological Survey of India*.

Templo de Shiva e grutas budistas: O templo em Opa é do século XIII e mandado construir pelos Kadambas. É dedicado ao Shiva. Aí perto, em Khandepar existem 4 santuários escavados na rocha. As grutas estão escavadas na encosta voltada para o rio. Parecem ser de origem budista. Alguns acrescentamentos podem ser de origem posterior.

Templo-caves de Khandepar (séculos X-XI): Templo de Anant em Savoi-Verém. Existe muita vegetação ao redor e muitos arrozais verdes. Esta aldeia tem uma tradição hindu muito antiga como um centro de educação espiritual. Existe uma inscrição do século XI pela qual o Kadamba Shashtadeva fazia uma doação a um mestre e tutor. Aqui é venerado o Vishnu desde há mais de 1000 anos e existe uma representação de todos os seus *avatares*. Narana é incarnação de Vishnu descansando sobre uma base formada pela serpente (*Ananta*) nas águas do oceano cósmico. Do umbigo de Vishnu sai o lótus, e o deus Brahma sai da flor de lótus para criar o universo.

6. **Mosteiro hindu de Partagali**

Já ficou descrito noutro sítio. *Cf.* Parte I, pp. 65-66 e nota 19 p. 70-71.

APÊNDICE DOCUMENTAL

DOCUMENTO 1

Goa na estratégia de Afonso de Albuquerque

«Senhor. — As coisas de Goa são tão grandes, que tocam tanto à segurança da Índia e a tudo o que nos cumpre e desejais, assim para gastos, despesas, oficiais, madeira, ferro, salitre, linho, arroz, mercadoria, roupas de algodão, que me parece que sem ela não podereis sustentar a Índia, porque os calafates e carpinteiros com mulheres de cá e trabalho em terra quente, passado um ano não são mais homens, e com Goa pode vossa alteza escusar os desses Reinos, porque os há mais e melhores entre os que os que cá andam.

«Afora este bem de Goa, tem outra coisa mui danosa para a segurança da Índia, que tem muitas naus e galés e podem aí fazer quantas quiserem; e por ser possuída destes turcos estrangeiros, sempre foi guerreira mais que os outros lugares e sempre daí saíram de armada e houve corsários; e é tão danosa para as naus de carga e para segurança e sossego com que a hão-de tomar, que não poria dúvida, se ali meterem Rumes, que não façam muito dano ás nossas naus, porque ou as tomarão quando vêm demandar Anjediva, ou lhe farão perder a carga: é ilha cercada de água, de muita renda, e muito proveitosa; barra de muita água, porto morto de todos os ventos, ilha de muitos mantimentos e muita criação, veados tantos que é uma coisa de espanto, lebres, perdizes, lavouras de arrozais e de trigo abastada, muito de feno, para a gente de cavalo, se aí houver de estar, pode-a suster e defender, como aí houver espaço para segurar, porque se o tiver, nunca mais turcos entrarão.

«Olhai vossa alteza bem, que se sois senhor de Goa, meteis em tanta confusão o Reino de Decão, que não seria muita duvida deixarem a terra, se vos virem fazer forte em Goa, porque eles não têm outro bem nem outra segurança de seu estado senão as costas que têm em Goa, porque é ilha, e perdendo a terra, hão-de recolher-se a ela, o que não podem fazer a Dabul; e tenho isto sabido por certa ciência pelos mesmos mouros, porque o reino de Decão está desta maneira que aqui direi a vossa alteza.

«...o que mais me contenta do feito de Goa, poder ela sofrer e suster muita gente sem nenhum gasto nem despesa vossa; e depois que Goa se segurar bem sem ter mouros dentro, quatrocentos portugueses a terão viva para sempre; mas ainda digo que, pois ela pode sustentar dois ou três e quatro mil homens, e à vossa alteza cumpre tê-los na Índia para segurança dela e para serdes senhor dela seguro, que por isso a deve vossa alteza suster e ter, porque todas as naus que quiserdes podeis aí fazer.»

Cartas de Afonso de Albuquerque, Tomo I, ed. R. A. de Bulhão Pato, Lisboa, 1884, pp. 21-23.

[Esta carta foi escrita ao rei aos 17 de Outubro de 1510, i.e. entre a 1.ª conquista aos 17 de Fev. e a conquista definitiva de Goa em 25 de Nov. desse ano. Forçados a abandonar Goa três mêses após a primeira conquista, os Portugueses ficaram obrigados a passar a monção no rio Mandovi sofrendo muita carestia de mantimentos e consequências do mau tempo. Sabemos que a decisão para a tomada de Goa foi de Afonso de Albuquerque no meio de muita resistência duma facção da nobreza que discordava com a sua política centralizadora e de casamentos mistos. Acusavam-no perante o rei de querer fazer-se *duque* de Goa. Com as suas intrigas, conseguiram do rei a sua demissão do posto de governador. E o grande arquitecto do império português morreu amargurado em 1515 declarando-se «inimigo do povo por causa do rei, e inimigo do rei por causa do povo».]

DOCUMENTO 2

Goa: Como era, como será
(Tomé Pires c. 1512-1515)
«O reino de Goa, chave das Índias primeira e segunda, se divide do reino de Decão por Carapatane no mar [...] rio mais principal da Índia, e da banda de Onor por Cintacora (Sadashivgad), pela terra firme com o reino de Decão e com o reino de Narsinga (Vijayanagar). A linguagem que neste reino se fala é Concani. Foi sempre este reino de Goa muito estimado e tido como a melhor coisa que o rei de Narsinga tinha, assim honrada como proveitosa. E os do reino de Decão lhe ganharam parte deste reino, e depois o Sabaio velho, pai daquele que agora vive, o ganhou todo. Tanto que se ajuntou ao reino de Decão Goa foi cabeça de todo o reino de Decão. A linguagem deste reino de Goa não é como a do reino de Decão nem como a de Narsinga, é uma linguagem sobre si. A sua gente é esforçada e avisada e sofre grandemente o trabalho, assim os homens do mar como os da terra. E os portos que o reino de Goa tem são os seguintes, scilicet, Damdamui, Banda, Goa a velha e a nova, Alinga, Amola, Pace, o rio do Sal, a ponta da Rama, Cintacora, Angediva. Entre estes portos há rios e naus, antigamente e agora navegam, e porque estas coisas são do reino de Goa somente se dirá de Goa. Da banda da terra firme tinha cidades e vilas muitas, e tanadarias de grandes rendas e de terras muito aproveitadas, que ainda estão em poder dos mouros. Esta cidade de Goa se aparelhava para grande dano dos cristãos, porque é lugar para se fazer ligeiramente armada, e na qual se fará mais em um ano que em Sues em vinte. No desbarato e tomada desta cidade se tomaram naus que os mouros tinham para connosco pelejarem, as quais depois andaram em nosso poder. Esta cidade não somente supera o reino de Decão, mas ainda o de Cambaia tem afogado. Este reino de Goa tem as Índias a direito ainda que não queiram. É polido, tem formosos jardins e muita água, é a mais fresca coisa das Índias e mais abastada de mantimentos. Daí foi costume entre os Rumes e gentes brancas praticarem e dizerem vamos ao reino de Goa a gozar das sombras e arvoredos e tomar o sabor do doce bétle.» (fl. 68-68v)

«E se Goa foi boa no tempo passado, minha fantasia é que será muito melhor no vindouro.» (fl. 68v.)

Bibl. Nac. (Lisboa)
Cod. 299
Soma Horiemtall de Tomé Pires.

«Sem dúvida que se fará grande escala, maior do que nunca foi, e os mercadores folgarão com nossa justiça mais do que com a que lhe fazem os mouros.»

[Leitura variante do Ms. de Paris editada por Armando Cortesão, A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues, Universidade de Coimbra, 1978, p. 215.]

DOCUMENTO 3

Ruas da cidade de Goa em 1535

A cidade de Goa tinha a seguinte configuração uns anos depois de ter sido escolhida para a residência do vice-rei e para a sede da administração do império português no Oriente: era uma cidade muito litoral e protegida com muralhas, até que umas décadas mais tarde a intensa actividade missionária permitiu maior penetração no interior. A muralha desenhava uma oval tendo por nó de ligação ao mar a Fortaleza, sede do capitão-mor e feitoria, e comunicava com o exterior por quatro saídas: a *Porta da Cidade* (antiga «de Bacais») voltada a terra, a de *Santa Catarina* a poente, a do *Mandovim* a nascente, e a do *Castelo* ao lado da torre de menagem.

1. **Rua Direita**: a principal da cidade, e famosa pelo mercado de artigos de luxo, cavalos, escravos, etc. Era a rua de «Leilão» ilustrado mais tarde por Linschoten e Pyrard entre outros.
2. **Rua da Cordoaria**: unia o terreiro da Fortaleza ao Hospital Real e Porta de Santa Catarina, formando ângulo recto como a Rua Direita e dando serventia aos pontos mais nobres da cidade. Foi a «via triunfal» de D. João de Castro em 1547.
3. **Rua de Mestre João de Ruão** e **Rua de São Jorge**: ruas importantes da cidade. Cercavam o troço final da Rua Direita. A Rua de Mestre João de Ruão seria a primeira paralela a sul da Cordoaria e a de São Jorge a sua perpendicular entre o terreiro do Sabaio e a Ribeira.
4. **Rua do Mandovim**: era a rua correspondendo intramuros à zona da Alfandega sita à beira-rio fora da porta do mesmo nome, e que se estendia a toda a zona que bordeava o fosso pelo exterior a leste da cidade, prolongando-se na Rua dos Surradores e Rua do Açougue. Esta rua era habitada sobretudo pelos naturais.
5. **Rua de Mataporcos**: conduzia ao Açougue, e era a paralela que descia entre a Rua Direita e a do Mandovim. Era parte oriental da cidade. O matadouro veio a ser conhecido mais tarde por *Mata Vacas*, sendo transferido para as colinas longe do perímetro externo.
6. **Rua do Crucifixo**: assim chamada por uma capela construída sobre uma casa moura em cujos alicerces foi encontrado em 1512 um crucifixo, que Afonso de Albuquerque enviou a D. Manuel. A rua atravessava a cidade em sentido perpendicular ao rio e ia ter à Ribeira.

7. **Rua do Governador**: assim designada talvez por ter sido preferida para residência dos vice-reis no período que medeou entre a reforma do Palácio do Sabaio e a mudança definitiva para a Fortaleza em 1554. Era habitada por figuras de relevo social.
8. **Rua do Mosteiro**: aqui começavam as *travessas*, ruas perpendiculares às anteriores e paralelas ao rio. Chamava-se assim pelo mosteiro dos Franciscanos fundado em 1515. A rua cruzava a do Crucifixo, e constituía uma das entradas principais da cidade, e no *Bazar de S. Francisco* se encontrava o núcleo periférico das «3 boticas» e «terreiro do galo».
9. **Rua de Figueiredo** e o **Terreiro**: constituíam o real fulcro da cidade, e onde ficavam as casas da Câmara e ficaria a Sé (1562). No lado disponível dessa praça moravam altas personalidades como o tanadar-mor, o feitor, o milionário Galvão Viegas e o fidalgo-mercador Nuno Pereira.
10. **Rua das Flores**: era o trecho fora das portas e ligava o Mandovim ao mosteiro de S. Domingos. Em 1535 era somente o troço inicial intramuros ligando o centro da cidade à Porta do Mandovim. Não era ainda uma zona urbanizada nesta altura.
11. **Rua do Adail**: era uma bem delineada travessa que fechava a sul o xadrez da cidade, entre o terreiro do Sabaio e a Misericórdia. O *Adail* ou o capitão dos batedores habitava no meio dessa rua. Diogo Fernandes foi nomeado «adail» por Afonso de Albuquerque e parece que habitava essa rua ainda nessa data.
12. **Rua do Armazém**: a mais longa e povoada depois da Rua Direita, atravessava a cidade desde a Porta do Mandovim até vir entestar na Rua à Porta da Santa Catarina, frente à capela da padroeira da cidade. Ficavam nesta rua a Casa dos Contos e o Paço Episcopal. Era habitada por pedreiros, latoeiros, caldeireiros, ferreiros e ofícios ligados ao armazenamento de géneros. Mais tarde, com a expansão da Ribeira, estes ofícios foram para arruamentos próprios.
13. **Rua de Nossa Senhora do Monte**: contornava o outeiro que sobe à capelinha votiva mandada erguer por Afonso de Albuquerque. Era habitada por cristãos nativos e portugueses indianizados.
14. **Rua da Carreira dos Cavalos**: era a estrada para Banastari. Mais tarde foi designada *Rua de São Paulo*. Era onde se experimentavam os cavalos em jogos e correrias. Era a rua mais densamente habitada de todas as extramuros.

15. **Rua de Santo António**: ficava no extremo oposto da cidade, e conduzia à igreja do santo e à ermida de Nossa Senhora do Rosário, ambas fundadas por Afonso de Albuquerque. Era zona pouco atraente nessa altura e com pouco valor. Isso explica talvez por que vieram para lá grandes casas monásticas e deram ao sítio o nome *Monte Santo*.
16. **Rua das Manilhas**: mais tarde chamada *Rua dos Ourives*, ligava a de S. Paulo à praça do *Pelourinho Velho*. Encerrava a concentração da riqueza do arrebalde.
17. **Rua da Nossa Senhora da Luz**: era o prolongamento externo da Rua Direita até à ermida do mesmo nome, e muito da devoção de D. João de Castro. Foi feita paroquial em 1543. Residiram aí umas personalidades ricas como o arménio Vasco Fernandes.
18. **Rua do Peixe**: possivelmente era o *Bazar do Peixe* no conjunto do *Bazar Grande* junto ao Mandovi.
19. **Rua de Ana Luís**: talvez o início da estrada para Daugim após a *Rua dos Baneanes*. Terminava próximo do *tanque de Timoja*, zona suburbana de lazer com bons arvoredos onde o governador D. Duarte de Meneses (1522-24), para escândalo de muitos, «hia nadar e folgar com molheres solteiras». Esta rua aproximava-se em importância às artérias comerciais do Mandovi e de Nossa Senhora da Luz.
20. **Rua das Pedreiras**: talvez mais tarde conhecida por *Rua dos Carregados*, saía da de Santo António junto à bifurcação das «3 boticas» e internava-se até à tardia ermida de Santo André por encostas de onde deviam ser extraídos os blocos de laterite para a reconstrução da cidade. Não atraiu mais que uma população mediana de bombardeiros e calafates.
21. A zona da **Porta da Cidade** para o **Mandovi**: englobava toda a esplanada exterior ao fosso desde o açougue até ao cais da Alfândega em que se erigiria o famoso recinto do *Bangasal* ou «mercado». Aqui se concentravam as actividades navais indígenas. Era zona habitada por pessoas de mais variada índole, incluindo algumas das grandes fortunas da cidade, e o seu nível crescia à medida que se afastava da muralha em direcção a montante do rio, até «além de Santa Luzia». Os terrenos estavam em franca valorização neste florescente arrabalde, e a ermida de Santa Luzia foi erigida em paróquia após 1544. Os Dominicanos estabeleceram-se aí perto em 1548, «junto de huma fonte ao pé de Santa Maria do Monte (O Chafariz do Mandovim recentemente concluído).

22. **Bairro das naus de Ormuz**: é na zona ocidental da Ribeira e era ainda um aglomerado informe de casas. Incluía a zona da mancebia, a *Ilha do Fogo* no mapa de Faria e Sousa. Desenvolveu-se aos poucos na extensa rua ligando o adro de S. Francisco ao começo do arrabalde. Era zona mais densamente povoada, com altos funcionários, fidalgos, estrangeiros, etc., já perto de Banganim e a caminho de Panelim (Igreja de S. Pedro foi construída em 1542-43). Um bacharel deu nome a *Horta* e ao *Beco do Bacharel*. Moravam nessa zona os mercadores António Correia e Diogo Botelho, cujas casas com cais privativo eram ponto de referência para a navegação e serviam de acolhida aos vice-reis. Vinham para o cais da Rua das Naus de Ormuz as naus com cavalos persas e árabes. O cais continuava sem interrupção pela estrada para *Panjim*, onde o *passo* dava para atravessar para Bardez. O *passo de Daugim* levava à ilha de Divar, e o *passo de Banasteri* para terra firme.

[Informação extraída de um estudo recente de Rafael Moreira, «Goa em 1535: Uma cidade manuelina», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 8, II vol., 1995 (Universidade Nova de Lisboa), pp. 177--221.]

DOCUMENTO 4

Cristãos da terra, cidadãos de Goa!

«Dom Sebastião etc. Faço saber que — pelo cuidado que tenho da conservação dos moradores e povo da minha cidade e ilhas de Goa nas partes da Índia, e por muito folgar de favorecer e fazer mercês aos que delas se convertem, e são convertidos a nossa santa fé católica, e para que mais folguem de se converter — hei por bem e me praz que todos os naturais da cidade e ilhas de Goa, que até agora são feitos cristãos e ao diante se fizerem, tanto que receberem a água do baptismo gozem e usem dos privilégios e liberdades, que têm e de que usam e podem usar os moradores portugueses da dita cidade de Goa, e como a moradores portugueses dela lhe serão em tudo cumpridos e guardados; e mando ao capitão-mor e governadores da ditas partes e ao capitão da dita cidade, ouvidor geral, desembargadores, ouvidores e juízes e justiças, oficiais e pessoas a quem o conhecimento desta pertencer etc. A 23 de Março de 1559.»

O Livro do «Pai dos Cristãos», ed. J. Wicki, Lisboa, 1969, p. 285.

Serviço forçado?
Primeiro os gentios, depois os cristãos!

«O vice-rei da Índia etc. Mando a todos tanadares dos passos desta ilha de Goa que, quando aos ditos passos forem buscar marinheiros para as armadas d'Elrey meu senhor, que havendo em cada uma das ditas tanadarias marinheiros cristãos e gentios, dêem primeiro para as ditas armadas dos marinheiros gentios, e não nos havendo aí e faltando por qual [quer] via, então darão dos marinheiros cristãos de maneira que não haja falta nas ditas armadas. Notifico assim e mando que cumpram e guardem este, da maneira que nele é declarado sem duvida nem embargo algum, posto que não passe pela chancelaria. Francisco de Lisboa o fez, em Goa a seis de Fevereiro de quinhentos sessenta e cinco. O secretário o fez escrever. — Vice-rei.»

O Livro do «Pai dos Cristãos», ed. J. Wicki, Lisboa, 1969, p. 184.

[O vigário geral de Goa, Miguel Vaz, escrevia ao monarca D. João III em 1545: «Em Goa acostumam varar a armada e torná-la ao mar pelos homens pobres naturais da terra. Tiram-nos de seus trabalho, onde andam em sua lavoura ou outro mester ganhando sua sustentação. Gastam-lhe muito tempo nisto, e parece que se não deve fazer levar a ninguém o serviço de sua pessoa de graça, e mais com tanta má vida, quanta se a estes dá, sendo muito pobres e pagando grande foro do que lavram... e porventura jaz a armada no rio por Deus despresar estes trabalhos.» *Documenta Indica*, I, Roma, 1948, p. 70.]

DOCUMENTO 5

Vandalismo da arte religiosa e escrituras hindus de Goa

«Avendo agora de escrever da conversão da gentilidade desta ilha e suas adjacentes, pareceu-me tomar principio do principal que acerca disto aconteceu, que é da destruição total dos pagodes, e dos ídolos que havia ainda nas terras de Salcete e Bardez, que são de S.A., juntas a esta ilha.

«Havia nestas terras grande número de pagodes, onde Nosso Senhor era grandemente ofendido e o diabo adorado e servido de toda esta gentilidade, com honras, ofertas e vãos sacrifícios... E porque destruírem-se todos juntos não deixaria de causar algum escândalo nos gentios moradores e alteração da terra, buscou-se modo pouco e pouco se fossem destruindo, e foi este que em pena de alguns delitos que cometiam lhe derribavam estes anos atrás alguns pagodes... Mas porque era tudo isto muito lento e a cristandade crescia, tornaram os nossos Padres há dous anos a insistir com o vice-rei desse modo com que mais depressa se efectuasse o que desejavam; porque, com os pagodes em pé (além de ser Deus muito ofendido e o diabo venerado), achavam os gentios mais duros em sua conversão e nos cristãos faziam impressão as coisas de nossa santa fé.

«Passou então uma provisão por que mandou que os gentios não fizessem pagodes de novo nem reparassem os já feitos. ... e desta maneira se iam perdendo e destruindo muitos pagodes com as grandes invernadas e chuvas desta terra... Mas, porque este meio era também prolongado e crescia tanto mais a necessidade de se destruírem quanto o numero dos cristãos ia sendo maior, e alem disso parecia se poderia a coisa facilmente efectuar, representou o Arcebispo (Fr. D. Gaspar de Leão) e os nossos Padres ao vice-rei por algumas vezes a coisa como passava, ao qual pareceu bem destruírem-se. Ajudou também muito a isto a instancia que o capitão das terras de Salcete (Diogo Fernandes) fazia ao vice-rei facilitando-lhe o negocio e oferecendo-se para o executar.

[...]

«...derribado este que era principal (*Mhalsadevi* de Mardol em Verná), logo todos os outros tiveram o mesmo fim. Uns foram postos a fogo, outros a saco, outros por terra, de maneira que desde o maior até o menor não ficou nenhum de pé. Os grandes eram mais de duzentos e oitenta, alguns deles mui sumptuosos e de obras muito bem acabadas. Estavam em lugares frescos e aprazíveis, rodeados de muito arvoredo sombrio, com seus tanques muito formosos, e alguns de notável grandeza, onde os gentios se iam lavar antes e depois de fazer suas cerimónias... Os pagodes mais pequenos eram inumeráveis..., e estes com outros grandes todos foram desbaratados... E assim é destruída a mesquita da aldeia de Mormugão... Os ídolos dos pagodes que derribou (Capitão de Salcete acompanhado de alguns jesuítas como o Pe. Luís de Góis), alguns lançou nos rios quando estavam perto, outros se fundiram para castiçais e outras coisas para serviço das igrejas daquelas terras.»

Documenta Indica, Vol. VII, Roma, 1962, pp. 371-405. Carta do Jesuíta Gomes Vaz, Goa 12 Dez. 1567, para os confrades em Portugal.

«Sabia ele como na terra firme havia um brâmane, grande zelador de sua seita e que, por devoção da lei, se ocupara oito anos em trasladar e ajuntar de diversos autores antigos as obras de um que eles dizem ser seu profeta principal, a que chamam Vyasa, o qual escreveu de dezoito livros da lei, e em ajuntar outros doutores dos seus. Foi-se daqui, havida licença do vice-rei, com dois ou três homens honrados a outra banda da terra firme, e de noite neste tesouro dos brâmanes, como quem não lhe ignorava o lugar, e apanhou toda a livraria, ficando o mísero brâmane escritor pasmado, e com seu trabalho levado em vão...»

Documentação para a história das missões do padroado português do Oriente: Índia, Vol. VII, ed. A. da Silva Rego, Lisboa, 1994, p. 345.

DOCUMENTO 6

Divar e *tirtha* de Naroá

«Os brâmanes de Divar — por verem que se lhe proibiam totalmente as festas e cerimónias gentílicas nas mesmas ilhas, que são terras d'el--rey de Portugal — para mais dissimulação e serem menos sentidos desta cidade, ajuntaram os mais honrados de uma aldeia entre si obra de vinte filhos seus e com seus dons e ofertas os mandaram secretamente numa jangada, de noite, que se passassem a terra firme e fossem em nome de todos os da ilha à festa de um pagode que têm da outra banda dos mouros, cuja solenidade celebram uma vez cada ano, o qual pagode se chama Ganiso. E ainda que seja cortar o fio ao que vou dizendo, dir-lhes-ei brevemente quem foi este deus Ganiso a quem os brâmanes tanto veneram, para saberem de suas ignorâncias.

«Escrevem seus profetas antigos que, sendo Adão e Eva casados, antes de terem filhos alguns nem haver outra pessoa no mundo, que acertou Adão de ir um dia fora de casa e que ficou Eva ocupada em um trabalho, de que resultou suar. Começou ela a rapar o suor da cabeça e braços e corrê-lo para as mãos, do qual suor e sujidade subitamente e de improviso dizem que lhe resultou e nasceu um filho nas mãos, homem de perfeita estatura. Tornando Adão para casa e vendo um homem com sua mulher, o qual nunca vira nem conhecera, cego de paixão e ira que daquilo teve, arremeteu um traçado e cortou-lhe a cabeça. Espantada Eva do furor e desatino de Adão, começou a reprendê-lo e a estranhar--lhe muito o erro que cometera. Perguntando-lhe quem era, deu-lhe Eva conta de como era seu filho gerado do suor de suas mãos; e querendo Adão restaurar o mal que tinha feito, porque a cabeça do filho de Eva estava já morta, foi Adão correndo em busca do primeiro animal que achasse, para lhe cortar a cabeça e a pôr no corpo do filho de Eva. Acertou logo de achar um elefante e cortou-lhe a cabeça e pô-la sobre os ombros do morto, a qual se apegou e elle, tornou a viver e ficou sendo homem com cabeça de elefante com sua tromba, e ainda agora o pintam desta maneira e assim o adoram, e muitos dos brâmanes se denominam deste mesmo nome do seu deus Ganiso.»

Imagem de Ganesha

[A festa de *Ganesha* ou *Ganapati* celebra-se no quarto dia do mês *Bhadrapad* do calendário hindu, e corresponde a Agosto-Setembro, época de colheita do arroz. É por isso uma festa de alegria, e celebra-se com oferta de frutas a *Ganesha*, também conhecido por *Vighneshwshwara*, ou Senhor que ajuda a ultrapassar todos os obstáculos. Um elefante tem capacidade de ultrapassar obstáculos para a sua passagem. O rato que constitui o assento de *Ganesha* também simboliza a capacidade desse rodente para furar armazéns e cantos para encontrar grão e comida. O deus *Ganesha* bojudo é também um símbolo de fartura. *Ganesha* é também considerado como escriba dos deuses e que ajudou Vyasa a escrever o poema épico *Mahabharata*. É, por isso, o padroeiro de sabedoria, e os bramanes iniciam os seus estudos com a invocação *OM Shri Ganesha*.]

Documenta Indica, Vol. IV, ed. J. Wicki, Roma, 1956, pp. 669-670 (Carta de Luís Frois, S.J. para os Jesuítas de Portugal. Goa, 13.XI.1560. Para simplificar a narrativa e compreensão dos seus leitores em Portugal, o autor substitui os deuses hindus *Shiva* ou *Mahesha e Parvati*).

O templo original de *Saptakothiswar* estava no sítio onde agora fica a igreja de S. Caetano dos Teatinos. No século XIII foi destruído pelos muçulmanos do sultanato de Delhi, mas voltou a ser reconstruído por Madhava Mantri, oficial de Vijayanagara em Goa. Com a volta dos muçulmanos Bahamanidas, o templo foi para Divar, e com a chegada dos Portugueses o templo foi demolido, e levou-se o *linga* de Shiva para a outra banda onde agora fica em Naroá-o-Grande, num templo reconstruído por Shivaji, o fundador do império Marata. Umas relíquias esculturais do templo, incluindo um fragmento em granito duma estátua do deus *Súria*, encontram-se hoje no Museu Arqueológico de Velha Goa.

Cf. Gritli von Mitterwalner, «The Hindu Past», *Goa: Cultural Patterns*, Bombay, Marg Publ., 1983, pp. 21-40.

DOCUMENTO 7

***Tirtha* de Naroá**

«Na ponta da terra firme que chega ao rio desta cidade, defronte da ilha de Divar, se fazia cada ano, pelo dia da Transfiguração do Senhor, um grande lavatório e festa na água do rio, que a ponte chega a um pagode, a que eles chamam Saptanatha. A esta festa, irmãos caríssimos, concorre grande multidão de gente de muitas e mui remotas partes, concorrem muito e diversos sacerdotes dos ídolos, muitos jogues e ermitãos seus, de diversas seitas e costumes, todo o género de pregadores gentílicos, que lavam os homens com suas invocações e cerimónias nestas águas, que eles têm por santa; por sinais que antigamente o demónio nelas mostrou, e todo o que ali é lavado por mãos de tais sacerdotes tem que lhe são perdoados todos seus pecados.

«A estes lavatórios soiam passar desta cidade cada ano mais de trinta mil gentios, e com tanta pressa e devoção de chegar a este jubileu, que algumas vezes se aconteceu serem tão sobejos, assim em embarcar-se que se afogavam no rio ou a embarcação se afundava com eles.»

[*Documenta Indica*, IV, Roma, 1956, pp. 205-6: Relação do jesuíta Pedro de Almeida, Goa 26 Dez. 1558]

«A 17 de Agosto, os gentios celebraram uma festividade num lugar em Goa chamado Naroá, à qual concorreu um grande número deles, como se fosse para obter perdão ou absolvição, e veio em peregrinação muita gente de muitos países distantes, para se lavarem ali, megulhando-se no braço do mar ao mesmo tempo homens e mulheres, todos nus, sem recato algum, ainda pessoas qualificadas, e atirando à agua frutas, perfumes e outros objectos, m oferenda à deidade marítima da localidade, com outras cerimonias, devoções e coisas semelhantes. De tudo isso não posso dar notícia detalhada, visto que uma chuva copiosa me privou de ir ver a festividade, e foi também motivo para o concurso dos gentios não ser maior. Contudo não deixarei de mencioná-la perfunctoriamente, pela consideração em que eles a tem. Esta festividade e devoção dura dois dias, sendo mais notável o primeiro.»

[Esta cerimónia de *tirtha* ou banho sagrado celebra-se no 8.º dia ou *asthami* da lua cheia do mês *shravan* (Julho-Agosto). O viajante italiano Pietro de la Valle não deixou de lá ir no ano seguinte de 1624, e verificou que os devotos não estavam realmente nus! Os Concílios Provinciais de Goa já tinham tomado medidas proibindo os cristãos de atravessarem os passos de Daugim e Naroá durante os dias de festividade e ainda uns dias antes.
Isso foi nos séculos XVI e XVII. A proibição tinha que se repetir no século XVIII, mas o vice-rei D. João de Saldanha não concordava com as informações exageradas que o Arcebispo D. Ignacio de S. Thereza tinha enviado para D. João V pedindo ao rei que ordenasse ao vice-rei para pôr termo a essa cerimónia. Era notória a personalidade romântica do Arcebispo e o vice-rei não o levava a sério, nem se queria meter com o rei vizinho Bounsuló em cujos domínios se celebrava a cerimónia. Deixou a execução das ordens do rei à discrição do Tribunal de Inquisição.]

Cf. J. A. Ismael Gracias, «A India em 1623-24», *O Oriente Português*, I, n.º 5, 1904, pp. 242-45.

DOCUMENTO 8

Ilha de Goa descrita pelo francês
Pyrard de Laval (1608-1610)

«Goa é uma ilha que dependia antigamente do reino de *Dealcão* ou *Decan*; tem de circuito quase oito léguas e há nela sete fortalezas que guardam os *paços* [1]. É cercada de um rio que vem do dito reino do Idalcão e vai cair no mar a duas léguas da cidade, passando pelo pé dela. Na embocadura deste rio há duas fortalezas, uma de cada banda, para impedir a entrada aos navios inimigos. Uma légua acima da entrada do rio a fortaleza e paço de *Pangim*, na mesma ilha e na fortaleza está o capitão e governador posto pelo Vice-Rei, que manda ali absolutamente; e é mister que todos os navios e embarcações, quaisquer que sejam, venham ali à fala e tomem passe, assim na entrada como na saída. O capitão manda visitas a embarcação e faz pagar um certo direito; e é impossível passar, ou de dia ou de noite, sem seu conhecimento, porque a passagem é muito estreita e próxima da fortaleza e há nesta boa guarda.

«Nesta ilha os portugueses têm fabricado uma mui bela cidade do mesmo nome da ilha, chamada Goa, que tem quase légua e meia de circuito, não contando os arrabaldes, e encerra quantidade de fortalezas, igrejas e casas fabricadas a modo de Europa, de muito boa pedra e cobertas de telhas. Há quase cento e dez anos que os portugueses se senhorearam desta ilha de Goa; e muitas vezes me espantei de como em tão poucos anos os portugueses têm podido levantar tantos e tão soberbos edifícios de igrejas, mosteiros, palácios, fortalezas e outros ao modo da Europa; e outrossim da boa ordem, regimento e polícia que têm estabelecido, e do poder que aí têm adquirido, pois que tudo ali se guarda e observa com se fora na própria Lisboa. Esta cidade é a metrópole de todo o Estado dos portugueses nas Índias e a que lhe dá tanto poder, riquezas e celebridade.

«Toda a ilha de Goa é muito montanhosa e arenosa, a terra é vermelha como *bolo arménio*, e fabrica-se dela mui bela louça, e vasos mui delicados e bonitos como de terra *sigilada*. Acha-se ainda outro barro

[1] Postos fronteiriços

muito mais fino e delicado, atirando a cinzento, de que também se fazem vasos, e são tão finos como vidro. A ilha não é muito fértil, não porque o terreno seja mau, mas por respeito das montanhas; porquanto nas terras baixas e vales mais húmidos semeiam arroz e milho, que dá duas vezes no ano.

«Há grande número de *palmares* ou *hortas* de coqueiros plantados muito bastos, mas só se dão nos lugares húmidos e baixos. Daqui vem o maior rendimento dos portugueses de Goa... Arrendam estas hortas aos Canarins de Goa que as cultivam e tiram delas o seu sustento, sendo o seu maior lucro o vinho que fazem das palmeiras, que tem grande consumo...

«Esta ilha é formada por um belo e largo rio que a rodeia, e ainda vai formar outras ilhas... É este rio assás profundo, mas os grandes navios, naus e galeões de Portugal, quando chegam, ficam na embocadura, a que chamam *barra*, e ali são forçados a deter-se, ainda quando ela não está fechada, e depois de descarregados são levados até defronte da cidade, que dista mais de duas léguas.»

Cf. Pyrard de Laval, *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, Vol. II (trad. e notas de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara; ed. revista por A. de Magalhães Basto), Porto, Livraria Civilização Ed., 1944, pp. 26-28.

DOCUMENTO 9

Habitantes de Goa
(c. 1608-1610)

«No que respeita aos povos que habitam esta ilha de Goa, são eles de duas sortes, ou naturais ou estrangeiros. Os naturais são *brâmanes*, *canarins* e *culumbins*, todos gentios. Os brâmanes por toda a parte são sempre os mestres e superiores entre os idólatras. Os canarins são de duas sortes: os que se aplicam ao comércio e a misteres honrados são tidos em maior estimação que os outros que se dão à pesca ou a serviços mecânicos, como os que remam, os que tiram o suco das palmeiras, a que chamam *sura*, ou se ocupam em outras coisas baixas. Há ainda outros mais inferiores a todos estes, ocupando-se nos trabalhos mais vis, os quais vivem mui pobremente, sem asseio e como selvagens. Quanto aos estrangeiros há os actuais senhores da ilha, que são os portugueses, os quais deixam morar nela os antigos habitantes em toda segurança e franqueza e, segundo a lei, não os podem fazer escravos como aos outros povos, porque alcançaram este privilégio de el-rei. Os outros estrangeiros são índios que ali moram com permissão dos portugueses e aqueles que não são cristãos pagam tributo por suas pessoas. Cristãos-velhos além dos portugueses há mui poucos castelhanos, mas muitos venezianos e outros italianos, que aí são bem aceites; há também alemães e flamengos, grande número de arménios e ingleses, mas nada de franceses, salvo aquele Padre Jesuíta [...]. Dos povos da Índia não cristãos, que são aí em grande número, há baneanes de Cambaia e Surate e brâmanes... Mouros ou maometanos há-os ali de todos os lugares da Índia e até da Pérsia. Há também muitos chineses e japões.

«Mas no que toca aos portugueses há entre eles grande diferença de honra; porque os mais estimados são os que vieram de Portugal e lhes chamam portugueses de Portugal [*Reinóis*]; depois vem os que nasceram na Índia de pai e mãe portugueses e lhes chamam *castiços*; os inferiores são os que procedem de pai português e mãe índia ou pelo contrário e lhes chamam *mestiços*. Mas os que descendem de português e cafre ou negro de África, chamam-lhes *mulatos* e são havidos por iguais aos mestiços.

«Há escravos em Goa um número infinito e de todas as nações da Índia, e fazem deles grande tráfico. Mandam-nos a Portugal, e a todas as partes onde dominam. Roubam as crianças e escondem-nas, assim grandes como pequenas, cada vez que podem, ainda que sejam de nações amigas e com que estejam em paz, sem embargo de ser defenso fazer tais escravos; mas não deixam por isso de os apanhar às escondidas e vendê-los.»

Cf. Pyrard de Laval, *Viagem de Francisco Pyrard de Laval,* Vol. II (trad. e notas de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara; ed. revista por A. de Magalhães Basto), Porto, Livraria Civilização Ed., 1944, pp. 32-34.

DOCUMENTO 10

Mercado da cidade de Goa
e escravos

«Estes mercados, no que toca aos mantimentos, há-os todos os dias de trabalho, desde as seis ou sete horas da manhã até ao meio-dia. O mercado principal é em todo o comprimento da grande rua direita, a qual por um extremo toca na Misericórdia e pelo outro no palácio do Vice--Rei. Esta rua é das mais belas e grandes, cheia de tendas de joalheiros, ourives, lapidários, tapeceiros, mercadores de sedas e outros artífices de coisas ricas. Enquanto dura este mercado há tal concurso de gente na rua, que mal se pode passar. Não temem a chuva no Inverno, nem o calor no Verão, por respeito daqueles grandes *sombreiros* ou chapéus, que cada um traz, e que tem pelo menos seis a sete pés de diâmetro; de sorte que quando aquela multidão está reunida, todos aqueles sombreiros se tocam entre si, parecendo um só toldo inteiriço.

«Uns três meses antes de eu partir de Goa, foi ordenado que o grande largo que está entre a Casa da Câmara e a Inquisição servisse para se alargar este mercado, por ser muito pequeno o espaço da rua direita. Chamam a este mercado *Leilão*, por se fazerem aí as arrematações em hasta pública. Ali se acham indiferentemente toda a sorte de pessoas assim nobres como das outras classes, de todas as nações e religiões, para comprar e vender ou encontrar-se com aqueles com quem têm negócios a tratar; porque este lugar lhes serve de praça do comércio. Não são os oficiais de justiça que ali fazem as arrematações, mas outras pessoas que particularmente têm este ofício, de que pagam renda a el-rei; pois não há ofício, ocupação ou mister, por ínfimo que seja, que não tenha seu rendeiro ou contratador da parte de el-rei, que daí tira sempre algum lucro. É pois ali que se faz a venda de todos os móveis, por justiça, ou amigavelmente, e há muita gente que vende por sua conta sem apregoar, nem afrontar, como se faz nas lojas. Os que têm cargo de vender em hasta pública são chamados *pregoeiros*, e é mister que dêem boas fianças, pois muitas vezes se lhes deixam na mão grandes e ricas jóias.

«Nesta praça vê-se toda a sorte de mercadorias; e, entre outras, quantidades de escravos, que são ali levados como aqui se faz aos cavalos. Êstes vendedores levam após si grandes ranchos deles; e depois, para os vender, louvam-nos e gabam-nos, repetindo todas as suas prendas, ofícios, força e saúde. [...] Entre os escravos encontram-se ali raparigas e mulheres mui belas e lindas de todos os países da Índia, as quais pela maior parte sabem tanger instrumentos, bordar, coser mui delicadamente e fazer toda a sorte de obras, doces, conservas e outras coisas. Todos estes escravos são a preço mui diminuto, e os mais caros não valem mais de vinte ou trinta *pardaus*, moeda que equivale a trinta e dois soldos e seis dinheiros cada uma. As moças donzelas são vendidas por tais, e fazem-nas observar por mulheres, e neste ponto ninguém ousa cometer engano.

«Mas as de que ali gostam mais são as moças *Cafres de Moçambique* e de outras partes de África, que são de cor negra retinta e têm cabelo crespo, e lhes chamam *Negras de Guiné*.»

Viagem de Francisco Pyrard de Laval, Vol. II, pp. 49-51.
[Cunha Rivara corrige as observações do autor quanto ao preço que podia ser mais alto, e também quanto à origem dos escravos. Cita o caso de uma escrava goesa de casta *corumbim* vendida por 60 *xerafins* em 1592.]

DOCUMENTO 11

Casas e ruas da cidade e arrebaldes
«Os edifícios destas igrejas e palácios, assim públicos como particulares, são mui sumptuosos e magníficos e feitos por Canarins, tanto gentios, como principalmente cristãos. As casas são fabricadas com cal e areia. A cal faz-se de conchas de ostras e outros mariscos; a areia é de terra e não do rio. Cobrem as casas de telhas, não usam de vidraças, mas em vez delas servem-se de cascas de ostras mui delgadas e lisas, que encaixilham em grades de madeira, e deixam passar a luz como se fosse papel ou chavelho, porque não são transparentes como o vidro. Tiram a pedra de cantaria na ilha, mas a de que fazem colunas e outras obras primorosas, mandam-na vir de Baçaim, onde saem mui compridas e rijas; assemelha-se ao granito e é ainda melhor; e não vi nestas terras de cá colunas de pedra de uma só peça tão grandes e compridas como lá vi. Os edifícios são mui amplos, mas com poucos andares e pintam-nos de encarnado e branco, assim por fora como por dentro. As escadas são mui largas, feitas em parte de pedra e em parte de terra vermelha como bolo arménio, que lhes serve de cimento. Quase todos têm jardins e quintais, mas não grandes, com poços dentro.
«Quanto aos arrabaldes da cidade, há sete ou oito mui grandes e todos os seus edifícios, e de todo o resto da ilha, são do mesmo feitio que os da cidade. Todavia, as casas das boticas não são tão magníficas e soberbas, como as outras. Usam carretas puxadas e búfalos ou bois para conduzir materiais para edifícios, e estas carretas não são calçadas de ferro. No que toca às calçadas das ruas da cidade, são feitas de belas pedras largas e andam limpas, isto é, as que são em declive, porque as outras são mui lamacentas. Quando chove, vêem-se regueiros por toda a cidade e a água corre por canais grandes, profundos, côncavos e calçados, de sorte que no Inverno isto faz com que a cidade ande mui limpa em alguns sítios, mas os regueiros das ruas são tão grandes, que algumas vezes é bem trabalhoso passar de um lado da rua ao outro, donde vem que em muitos lugares há pequenas pontes e passadeiras, porque aliás seria impossível atravessar a rua.»

Viagem de Francisco Pyrard de Laval, Vol. II, pp. 47-48.

«Andando os Padres e Irmãos todos ocupados em semelhantes exercícios, veio ter à notícia do P. Provincial estar um certo bairro desta cidade quase todo corrupto, como a mais da gente ou quase toda doente, e que passava muitas necessidades por serem todos gente da terra e muito pobres.
«E era coisa miserável ver estar em umas casinhas, que mais pareciam pocilgas de porcos que casas, quinze, vinte, em cada casa sem terem uma esteira em que dormir (sendo este o leito da gente pobre da terra), nem um pedaço de pano para se cobrir...»

Documenta Indica, ed. J. Wicki, Roma, 1964, Vol. VIII, p. 316. [Carta-relato do Jesuíta Padre Eduardo Leitão aos confrades de Portugal. Goa, 26 de Nov. 1571.]

DOCUMENTO 12

Umas igrejas de Velha Goa
vistas por Pyrard de Laval

Sé: «É formada por uma grande e soberba traça e que mui dificilmente se levará a cabo, pois há cinquenta anos que foi começada. Contígua a esta, está a *Casa do Arcebispo*. A do bispo é também ali perto, onde há a prisão eclesiástica.»

S. Francisco de Assis: «Da outra banda do cemitério da igreja grande está o convento dos Franciscanos, o mais belo e mais rico do mundo, em cujo claustro está pintada toda a vida de S. Francisco, em ouro, azul e outras cores. A igreja deste convento é mui frequentada e está em sítio muito elevado e o grande largo que lhe é adjacente é todo calçado de pedras largas, e sobe-se a ele por grandes degraus. No fim do mesmo largo há uma grande cruz de pedra, mui alta e bem obrada; e dali se desce a uma rua que vai desembocar no Hospital Real, encontrando-se no caminho a capela de *Santa Catarina*, no lugar por onde foi entrada a cidade, porque aí havia uma porta e um baluarte. Esta capela de Santa Catarina nunca se abre senão no dia da sua festa e sobre a porta está gravado em letras de ouro o dia e ano em que a cidade foi tomada...»

Bom Jesus: «Subindo dali vai-se direito a uma praça chamada *Bazar pequeno*, no meio da qual há um lugar elevado da altura de seis pés pouco mais ou menos, todo revestido de muro e chamam aqui o *Terreiro dos galos*, por respeito das aves e outros comestíveis que aí se vendem. Dali caminhando-se para o meio da cidade, topa-se com a igreja do *Bom Jesus*, dos Jesuítas. Logo depois entra-se na rua dos chapeleiros, mui linda, grande e comprida, que vai dar a uma praça chamada do *Pelourinho velho*, onde também há mercado e outro sítio elevado e revestido de pedra; e ali próximo está a justiça ordinária de Goa num grande edifício e noutro a polícia, com um belo açougue. A esta praça vão dar seis ou sete ruas.»

S. Agostinho: «cuja obra continua todos os dias, porque o arcebispo é desta Ordem [D. Aleixo de Meneses]. Está situada no mais alto lugar de toda a cidade sobre um monte e na sua vizinhança estão as igrejas de Santo António e S. Roque dos Jesuítas e em outro lugar o Mosteiro das Religiosas de *Santa Mónica*, a igreja de *Nossa Senhora do Rosário*, e o convento de S. Tomás e outras, de sorte que na cidade, arrebaldes e por toda a ilha, andam aproximamente por cinquenta entre igrejas e conventos.»

Viagem de Francisco Pyrard de Laval, Vol. II, pp. 43-45.

«Há três anos foi N. Senhor servido que se nos oferecesse a comprar este em que estamos no meio da cidade, que havia bem de anos que desejarão os Padres de comprar mas nunca se usou comodidade para isso; era um lugar de chalés de gentios e mouros, e de jogos de bola e de diversas casas de mulheres solteiras, onde se faziam infindos pecados contra N. Senhor e a cada passo se feriam e matavam homens, como é notório e público em toda esta cidade.»

Documenta Indica, Vol. XIV, ed. J. Wicki & J. Gomes, Roma, 1979, p. 687. [Carta do jesuíta A. Valignano para o rei D. Filipe I de Portugal. Goa, 4 de Dez. 1587. Houve muita resistência dos franciscanos para esse projecto dos jesuítas, porque temiam que a Casa dos Professos Jesuítas lhes reduzisse as esmolas. Quando não conseguiram convencer o vice-rei e a Câmara, recorreram ao rei. É neste contexto que o Visitador jesuíta se sentiu obrigado a informar o rei.]

DOCUMENTO 13

Goa e seus habitantes
(c. 1635)
«Sem embargo do número referido de fogos e mais habitantes que tem a cidade de Goa, foi já tanto em maior número do que é de presente que se mostram muitos bairros seus despovoados com a maior parte de suas casas caídas e as que ainda o não estão desabitada de maneira que tirado as Religiões que estão hoje em mais aumento do que nunca estiveram não tem hoje a cidade de Goa a terça parte dos moradores que antigamente teve, sendo além disto tanto mais pobres do que nunca foram como se poderá bem ver quando dermos razão do comércio e trato que antigamente tiveram, e do que hoje têm. ,

«E sem embargo disto há tanta caridade e liberalidade de todos os ditos moradores que sustentam a maior parte de todas as ditas Religiões e muitos outros mosteiros que estão fora da cidade de Goa espalhados pela Ilha de que a seu tempo se fará menção e muita outra cópia de clérigos extravagantes que há nesta dita cidade fazendo grandes gastos em todas as festas e na administração do culto divino, e não faltando aos mais soldados com suas ajudas pelo pouco que lhe pode bastar o de Sua Magde. para se sustentarem e cursarem seu real serviço...

«A ilha de Goa, da grandeza que temos referido, tem em si muito boas águas e muitas fazendas de palmares terras de arroz que chamam várzeas e outros legumes e frutos que possuem a maior parte os Canarins naturais já todos feitos cristãos, e também algumas fazendas são de portugueses e há por toda a ilha de Goa perto de quatro mil gentios moradores tirado os ditos da cidade e seus arrabaldes, os mais dos ditos Canarins cristãos que vivem pela dita ilha a que chamam gancares são gente de armas que por todos vem a ser os alistados três mil sessenta e dois e as armas de que usam são espingardas, espadas, rodelas, lanças, e arcos e frechas, os quais estão debaixo da jurisdição do tanadar mor.

«Não deve deixar também de se dizer o muito que estes naturais Canarins são dados a papéis de mandos porque deixado o terem grande natural para escreverem porque os que se dão a isso o sabem fazer muito bem por onde há mais de mil escreventes na cidade de Goa e por toda a ilha, são tantas as demandas que trazem uns com os outros ajudados também das que os portugueses exercitam fomentam e estendem por largos tempos, que parece a cidade de Goa mais uma academia de litigantes do que escola de armas, nem fortaleza e cidade fronteira, cabeça de um tão largo estado donde se hão-de prover as muitas guerras que tem por tantas partes, e com tantos, e com tão poderosos inimigos, e assim se pode bem afirmar que há hoje em Goa, mais escrivães, solicitadores demandistas, e advogados do que soldados, e capitães que cursem, o serviço das armadas, e em conclusão são mais de seis mil demandas que andam correndo só nesta ilha de Goa.

«... fica tendo a ilha de Goa com Bardez e Salcete, Chorão, Divar e Jua, vinte e dois mil oito centos e quarenta homens de armas que acodem todas as vezes que são chamados, os quais são todos Cristãos e por todas as ditas partes haverá mais de cem mil almas que estão debaixo da jurisdição de Sua Magde. dos quais quarenta mil serão gentios, e os mais cristãos advertindo que os ditos números são mais ou menos pouca diferença porque nunca se podem fazer tão ajustados...»

Livro das plantas de tôdas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da India Oriental de Antonio Bocarro, *apud* Arquivo Português Oriental, T. IV, Vol. II, Pt. 1, Bastorá, 1937, pp. 260-262, 306.

DOCUMENTO 14

Algumas tradições culturais de Goa e a Inquisição

Edital da Inquisição de Goa
(14 de Abril de 1736) [1]

Os inquisidores apostólicos contra a herética pravidade e apostasia nesta cidade e arcebispado de Goa, e mais partes do Estado da Índia, etc.

A todos os que o presente edital virem ou por qualquer via dele notícia tiverem, espírito de paz, religião, e verdadeiro zelo da santa fé católica por Jesus Cristo, que de todos é verdadeiro remédio e salvação: Porquanto é da nossa obrigação procurar com toda possível diligência a conservação, e exaltação da nossa santa fé católica, extirpando todas as heresias, que contra ela se levantem e emendando quaisquer costumes, que possam servir de causa e ocasião ou pretexto para se ofender de qualquer sorte a pureza da religião cristã, [...] nele aos fiéis católicos que a professam e a experiência com público e notório escândalo da cristandade [...] o que sentimos com a maior dor dos nossos corações que os cristãos naturais deste Estado moradores na ilha de Goa e nas ilhas suas adjacentes, e nas províncias de Salcete e Bardez desde o tempo em que o Estado da Índia, sendo conquistado e sujeito ao domínio da sua sereníssima coroa de Portugal, se transformou do campo do demónio que nos ídolos da gentilidade era venerado e adorado com horror da mesma natureza, em herdade de Jesus Cristo Nosso Senhor pela conversão do gentilismo à religião católica plantada pelos ministros de Deus que para o tal efeito aplicou o religiosíssimo zelo dos monarcas portugueses nossos soberanos, continuando incessantemente até o presente, conservaram alguns costumes, que praticavam no tempo da gentilidade, os quais se lhes permitirão por parecerem políticos e meramente civis, sem se advertir que a semelhança e identidade dos tais costumes aos que observam os gentios bastava para se

julgarem inconveniente, os quais costumes assim por saberem a gentilidade e serem próprios dele o inimigo comum das nossas almas tem introduzido em grande parte da seara evangélica das ditas ilhas e províncias a gizânia da idolatria se devem extinguir proibindo-se geralmente a todos a continuação da sua observância para que falte em muitos a ocasião de idolatrarem com o pretexto dos ditos [...] por esta forma todos os cristãos naturais da dita Índia procedem em tudo sem terem semelhança alguma com os gentios e se conformarem com os portugueses, de quem receberam o incomparável benefício de sua conversão porque o mesmo inimigo comum das nossas almas que por todos os meios para a nossa espiritual ruína tem introduzido outros costumes, os quais [...] não só os naturais deste Estado, mas também alguns dos seus habitadores advertirem que são irreverentes ao culto de Deus, e seus santos, e [...] do estado eclesiástico, como tais dignos da reprovação e emenda para evitarmos os perniciosos danos que de todos os ditos costumes resultam a consciências dos fiéis católicos romanos, e conservar em todos a pureza da santa fé católica, *auctoritade apostolica* mandamos em virtude da santa obediência e sob pena de todas mais penas espirituais e temporais que incorrem os desobedientes aos mandados apostólicos, a todas as pessoas, assim os naturais da Índia, como de outra qualquer nação moradores na ilha de Goa e mais ilhas suas adjacentes, e nas províncias de Salcete e Bardez, eclesiásticos e seculares, de qualquer grau, ordem, estado, condição, dignidade e preeminência que sejam, isentas e não isentas como a quaisquer delas competir [...] cujos nomes e cognomes aqui havemos por expressos, e declarados que cumpram e guardem fiel e inteiramente tudo quanto por este nosso edital determinamos em reprovação e proibição perpétua dos sobreditos costumes de seguinte forma.

Mandamos, que os naturais da Índia, moradores na ilha de Goa, e nas mais ilhas suas adjacentes, e nas províncias de Salcete, e Bardez, nas ocasiões de seus casamentos, nem antes, nem depois deles, nem em acção alguma, que lhes diga respeito, usem de gaitas, e outros instrumentos gentílicos, como até ao presente costumavam fazer.

Item. Mandamos que os ditos naturais da Índia, quando ajustarem seus casamentos, e entregarem os dotes, e lançarem as prendas, não convidem aos parentes, assim, homens, como mulheres do noivo, e noiva, a que costumam chamar *Daigis* ou *Gotris* [2] para assistirem nas ditas funções; e quando algum deles, sem ser convidado, se ache presente, não seja o que em nome do noivo receba o dote, nem lhe lance, ou entregue a prenda da noiva; e farão estas acções precisamente os pais, ou tutores do noivo, ou outra pessoa eclesiástica, ou secular de respeito, quando assim o queiram fazer por autorizarem o noivo, ou noiva.

Item. Mandamos que os ditos naturais da Índia, quando levarem os dotes a casa dos noivos, e quando passarem as prendas, e celebrarem os ajustes, e em todas as mais funções pertencentes aos casamentos, assim nos dias deles, como antes, e depois não mandem da casa do noivo para a casa da noiva, nem da casa da noiva, para a do noivo *fulas* [flores] de qualquer qualidade que sejam, nem bétle, e areca, nem outra qualquer coisa, que substitua a falta das ditas coisas proibidas.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia, que nas funções de seus casamentos, e em todas as que a eles disserem respeito, não repartam pelas pessoas, que assistirem em casa do noivo, ou da noiva, *vidós* (rolos) de bétle e areca, nem em público nem em particular, e quando queiram usar de ditas coisas, os ponham na mesa sem deles fazerem repartição nem delas tirarem as pessoas assistentes com ordem alguma de honra, e preeminência, mas sim cada uma conforme acontecer.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que nas funções de seus casamentos, e em todas as que a eles disserem respeito, não mandem, da casa do noivo, ou da casa da noiva saguate [3] algum de *fulas*, bétle, areca, fugueos [4], ou de qualquer das ditas coisas, a casa de seus *Daigis* ou *Gotris*, e seus parentes, nem à de outra qualquer pessoa.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que nas ocasiões de seus casamentos, e em todos os actos, que se dirigirem, e ordenarem para a solenidade deles, assim em casa do noivo, como da noiva, não cantem, nem em público, nem em particular, as cantigas, que se costumam cantar na língua da terra, e se chamam vulgarmente *voviós*, e quando queiram fazer algum festejo de demonstração de alegria, não seja com cantigas, que tenham semelhança com os ditos *voviós*, e nunca em tais funções cantarão pessoas femininas parentes, ou *Daigis* do noivo, ou da noiva.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia. que em nenhuma ocasião, nem com pretexto algum, se cantem em suas casas as cantigas chamadas *voviós*, nem em público, nem em particular, para com efeito se extinguir o uso das ditas cantigas entre os fiéis cristãos.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que nas ocasiões de seus casamentos não principiem, assim em casa do noivo, como da noiva, ou em outro qualquer lugar, em dias determinados antes dos casamentos a pilar o arroz, moer as temperas, e a farinha, frigir os fugueos, e preparar as mais coisas necessárias para os banquetes dos casamentos, nem fazerem os tais serviços em primeiro lugar alguma pessoa, ou pessoas, parentes, ou *Daigis* do noivo ou noiva; mas sim façam os ditos serviços no tempo oportuno, e convenientemente à expedição das coisas, concorrendo neles simultaneamente as pessoas necessárias, sem preferência alguma, nem respeito a algum costume até agora observado.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que nas funções de seus casamentos, nem em qualquer acto, que se dirigir, ou orientar para eles, especialmente no dia de ajuste, no oitavo dia antes do casamento, na véspera, e no dia do casamento, e no dia seguinte, e no terceiro, quinto, e oitavo dias, depois do casamento, se não façam ao noivo e noiva, ou estando juntos, ou separados, unturas de açafrão moído, leite, e azeite de coco, farinha de arroz, pós de folhas de *abolim* [5], nem de outras quaisquer coisas.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que nas ocasiões de seus casamentos, nem em qualquer acto, que se dirigir, ou ordenar para eles, especialmente nos dias acima declarados, se não façam lavatórios ao noivo e noiva juntos, ou a cada um deles separadamente, para os quais lavatórios concorram outras pessoas, porque sendo preciso lavarem-se, o farão por si mesmo, e somente com assistência de outra pessoa, para lhes administrar a água, a qual pessoa não será o parente, ou *Daigi* maior do noivo ou noiva [6].

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que nas ocasiões de seus casamentos não façam ramadas às portas da casa do noivo e da noiva.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que no dia de seus casamentos, quando se recolherem da Igreja o noivo e noiva para a casa da noiva, e no dia seguinte, quando forem da casa da noiva para a do noivo, não sejam nas ditas casas recebidos pelos parentes e *Daigis* da noiva ou noivo, nem se sentem debaixo do docel, mas sejam logo conduzidos para a casa, que lhe for conveniente, nem por parentes, ou *Daigis* da noiva ou noivo lancem *fulas* sobre os noivos, e hospedes, que os acompanharem, nem os borrifem com água cheirosa.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que os seus casamentos sejam feitos a tais horas, que possam os noivos chegar à casa, antes de se pôr o sol, e que com nenhum pretexto se demorem no caminho, de sorte que se recolham depois do Sol posto.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que debaixo da cama, em que dormem os noivos, se não ponha bétle, areca, nem outra alguma coisa comestível.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que nos dias de seus casamentos, nem no dia seguinte, assim em casa do noivo, como da noiva, quando entrarem nas ditas casas, não sejam logo conduzidos ao lugar, em que houverem de dormir, por alguma pessoa de suas gerações, nem pessoa alguma os cubra com algum pano, nem lhes dê de beber pelo mesmo copo a ambos, nem lhes dê a comer alguma fruta, ou iguaria, que por ambos reparta.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que nos banquetes, que fizerem nas funções de seus casamentos, não sirvam à mesa os parentes do noivo, ou noiva, que se chamam *Daigis* ou *Gotris*, o que se não entenderá com as pessoas, que morarem na mesma casa do noivo, ou noiva, nem com os parentes do noivo, e noiva, nem com os parentes do noivo, e noiva, em primeiro grau de sanguinidade por linha recta e transversal; e as pessoas que servirem à mesa, nas ditas funções, sendo de qualidade, que costumem andar calçadas, não farão o dito serviço descalças.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que no dia dos seus casamentos, depois de se recolherem da Igreja, em que se forem receber, a noiva não vista os panos, e mais alfaias, nem se orne com as jóias, que

no tal dia dos casamentos lhes vierem da casa do noivo, nem quando seja necessário mudar de traje, o noivo administre à noiva o pano para ela vestir, e na mesma forma, que o noivo no dito dia não mude de traje despindo o vestido com que se receber, e vestindo outro, que em casa da noiva se lhe der, nem quando se deitarem, o noivo diante de outras pessoas, principalmente femininas, dispa a camisa, e calção branco para vestir outro calção e camisa.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que no dia de seus casamentos, nem depois deles em outro qualquer dia assim em casa do noivo, como da noiva, nenhuma pessoa lhes toque nas testas com grãos de arroz cru, nem faça outra alguma cerimonia semelhante.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que nas ocasiões de seus casamentos desde o dia da celebração do ajuste inclusive, até passar um mês depois de casarem, não vão o noivo e noiva, ou ambos juntos, ou algum deles separadamente, nem de dia nem de noite, a casa do *Daigi* maior de suas gerações [7].

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que se no dia seguinte ao de seus casamentos forem, como costumam ir o noivo e noiva para casa do noivo, não tornem dentro de tempo de um mês para casa da noiva, e se não forem no dito dia para casa do noivo, se conservem ao menos pelo mesmo tempo de um mês em casa da noiva, e de nenhuma sorte se façam convites, nem mandem saguates para efeito de os noivos irem de uma casa para outra.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que quando o noivo, e noiva forem da casa da noiva para a do noivo, ou da do noivo para a da noiva, nem eles nem alguma das pessoas que os acompanharem, levem algum bate, areca, fugueos, cocos, arroz, nem outra qualquer coisa comestível.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que as pessoas que levarem alguma roupa, e jóias, ou outras quaisquer coisas, nas funções de seus casamentos, da casa do noivo para a da noiva, não vão adornadas, nem enfeitadas, nem levem outros vestidos, mais que os usuais.

Item. Mandamos aos naturais da Índia que nem antes, nem depois de seus casamentos com respeito a eles, dêem coisa alguma a pessoa, que tivesse servido o oficio de *Muly* [8] de qualquer aldeia, bairro ou distrito.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que qualquer pessoa masculina, ou feminina, que exercitasse o oficio de *Maly* [9] em qualquer distrito, ou fizesse as suas vezes, não assista a nenhuma função dos casamentos, excepto somente nos de seus filhos e filhas.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que das coisas comestíveis, de que fizeram seus banquetes nas ocasiões de seus casamentos, não reservem alguma porção para cozinharem e comerem em algum dia determinado.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que nas funções de seus casamentos, assim em casa do noivo como da noiva, não ponham em algum *daly*, *supo* [10], panela, ou outro qualquer lugar, arroz, legumes, cocos, bétle, areca ou outra qualquer coisa comestível, que fique reservada em lugar determinado para se cozinhar, e comer em dia certo.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que quando nas ocasiões de seus casamentos lhes seja preciso fabricar fogões novos para fazerem os comeres, não ponham debaixo dos ditos fogões bétle ou areca, nem outra alguma coisa, que não for necessária para a fábrica dos tais fogões.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que quando nascerem seus filhos, e filhas, se não recebam ao nascer, nem depois de nascidos se ponham sobre arroz cru.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que no sexto dia depois do nascimento de seus filhos e filhas não celebrem com banquete público, nem particular, nem com ajuntamento de muitas pessoas em suas casas, a função da vigia, e quando entendam ser necessário ter mais cuidado das crianças pelo perigo que no tal dia lhes considerem, não façam acção, nem cerimonia alguma, que excedam ao tal cuidado; e porque não só os naturais da Índia, mas muitos moradores da Ilha de Goa, e mais ilhas suas adjacentes, províncias de Salcete e Bardez, e ainda os portugueses observam até o presente o costume de cele-

brarem o sexto dia dos nascimentos dos seus filhos e filhas com banquete e outras demonstrações de festejo, lhes proibimos a continuação do dito costume na forma sobredita.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que nos dias dos partos de suas mulheres, nem antes, nem depois deles com respeito aos mesmos partos, se bostêe o lugar da casa, em que o parto tiver sido ou houver de ser [11].

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia por tempo de dois meses depois de seus partos não lavem os corpos junto de algum poço; e quando lhes seja conveniente lavarem-se em outro lugar, não ponham nele bétle, areca, ou outra qualquer coisa comestível.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que por tempo de um ano depois de nascimento de seus filhos, e filhas, os não levem, nem mandem levar a casa do *Daigi* ou, *Gotri* maior da sua geração.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que quando as mulheres casadas lhes vier a primeira vez, e principiarem, a ter a purgação menstrual, não façam nesse dia banquete, nem demonstração alguma de festejos, nem mandem saguate de figos e fulas, nem de outras quaisquer coisas com o pretexto da dita novidade.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que morrendo alguma pessoa, se não bostêe o lugar, ou casa em que morrer, como condição para no dito lugar, e casa se poder assistir; e quando seja necessária limpar o dito lugar, se fará por diverso modo, que não seja bosteando-o.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que não lancem no mar, nem no rio, a roupa do uso, nem a cama de alguma pessoa defunta; e quando seja necessário, por evitar algum contágio, queimarão as ditas coisas.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que em nenhuma ocasião convidem pobres para lhes darem banquetes em suas casas pelas almas de seus defuntos em comum, ou de algum deles em particular; e quando queiram dar esmolas aos pobres pelos ditos fins, lhas poderão dar por diverso modo, mas nunca dando-lhes banquetes.[12]

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que pelo tempo dos finados, ou depois da morte de alguma pessoa, ou em outra qualquer ocasião, não façam banquetes em suas casas em memoria dos seus defuntos.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que pelo tempo da novidade [13] não façam banquetes em suas casas.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que em suas casas se não faça o serviço da cozinha pela mulher, ou mulheres principais, estando estas com o pano, que tiverem vestido, molhado, ou lavando o corpo com o pano vestido, primeiro que entrem a fazer o tal serviço, na forma que costumam fazer as gentias.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que não usem nas suas comidas de arroz cozido sem sal, misturando-lhe depois o sal por modo de achar [14] como costumam fazer os gentios.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que não jejuem nos dias undécimos da lua nova, e lua cheia, nem em outros dias, em que os gentios costumam jejuar, por observância da sua seita, e quando nos tais dias aconteça haver obrigação de jejuar por preceito da Igreja, jejuarão em observância do dito preceito, e seja o jejum feito segundo o estio dos cristãos, e não conforme costumam jejuar os gentios, não comendo, nem bebendo, senão de noite, e usando de comeres secos, e frutas.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que não guardem os dias de quartas-feiras, nem os dias de lua nova, e cheia, nem os dias duodécimos das ditas luas, como dias santos, nem outros quaisquer dias, que os gentios costumam guardar; e quando nos tais dias haja algum de guarda por preceito da Igreja, o guardarão meramente em observância do dito preceito.

Item. Mandamos aos ditos naturais da índia que nos dias da lua nova, e cheia, e nos dias duodécimos das ditas luas, não façam banquete, nem solenidade alguma.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que nos dias dos eclipses da lua não estejam em jejum, até que a lua fique livre do eclipse, nem façam banquete, ou outra qualquer solenidade.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que não usem, nem em público, nem em particular, os homens de *pudvens* [15], que costumam usar os gentios, e as mulheres de *cholis*, que costumam usar as gentias.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia e também a todos os moradores dos sobreditos distritos ainda portugueses, que não tenham nos quintais de suas casas, nem nos *anganans* [16], nem em seus palmares e fazendas, a planta chamada *Tulossi* [17], e em qualquer parte donde a houver, a arranquem logo.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia e a todos os moradores dos ditos distritos, ainda portugueses, que não tratem a pessoa alguma cristã pelo nome ou cognome de gentio.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que nenhum exercite o ofício de *Muly*, nem por tal seja havido e reconhecido.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que em nenhuma ocasião, nem com qualquer pretexto, dêem coisa alguma a pessoa, que exercitasse o oficio de *Muly*, ou suas vezes fizesse em atenção ao dito oficio.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que não tratem com respeito de honra e preeminência a pessoa alguma, que exercitasse o oficio de *Muly* [18], ou suas vezes fizesse, nem as tais pessoas sejam as primeiras, que façam os serviços das culturas dos outeiros, e várzeas, e mais lavouras, nem as primeiras, que cubram as suas casas antes do Inverno, as quais coisas todas se farão sem distinção, conforme a comodidade de cada um.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia que nos três dias das carnes *tollendas*, que vulgarmente se chamam do entrudo, não brinquem os homens e rapazes de alguma aldeia ou bairro todos juntos pelas portas, e que, aos que brincarem sem ser com o dito ajuntamento, se não dê coisa alguma comestível, nem bazarucos [19] nem outra qualquer coisa.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia e a todos os moradores dos ditos distritos, ainda portugueses, que nas procissões, e encamisadas, e outras quaisquer festas, que se fizerem de dia, ou de noite em louvor de Deus, e de seus santos, não vá pessoa alguma cristã, vestida em traje gentílico, nem sejam admitidas pessoas gentias nas ditas funções a dançarem, ou fazerem qualquer festejo, nem nelas se use de rabanas, gaitas, e mais instrumentos gentílicos, de que os gentios costumam usar nas solenidades de seus pagodes, e somente poderão as pessoas cristãs usar do traje gentílico em alguma representação verdadeira, como a dança, que se costuma fazer em o dia da conversão de S. Paulo, ou outra semelhante.

Item. Mandamos aos ditos naturais da Índia e a mais moradores dos ditos distritos, ainda portugueses, que nas procissões, encamisadas, e outras quaisquer festas, nenhuma pessoa, por jocorice ou por representação burlesca, se disfarce em traje de clérigo ou religioso, nem façam acção alguma de arremedo às cerimonias e ritos da Igreja.

Item. Mandamos que em os passos da quaresma, em que se representam as acções da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, assim nas Igrejas de clérigos, como dos Regulares, não haja figuras vivas ou mortas que as que representarem ao mesmo Senhor, ou a imagem de Nossa Senhora, e alguns santos, que conduzirem para a verdade da representação, e também poderão haver algumas figuras de anjos, segundo a concessão, que tiverem do Ilustríssimo Senhor Arcebispo Primaz porém de nenhuma sorte haverá a figura de Pilatos, Judas, Anás, Caifás, Herodes, nem de Fariseus, nem outras mais, que as acima declaradas, das quais resultam não só escandalosas indecências, mas também muitas idolatrias materiais.

Item. Mandamos que nas procissões, que se fizerem pelo tempo da quaresma em representação da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, assim nas igrejas dos clérigos como dos Regulares não vão as figuras do Centurião e Fariseus, dos quais resultam os mesmos escândalos e perigos.

Item. Mandamos a todos os moradores dos ditos distritos da ilha de Goa e mais ilhas suas adjacentes, província de Salcete e Bardez, de qualquer estado e condição, que sejam, não concorram, assistam, nem de qualquer sorte cooperem para qualquer das acções acima proibidas.

Notas

[1] Arquivo histórico de Goa, *Monções do Reino,* 106, fls. 117-125. Actualizou-se a ortografia do documento original, tal como se fez nos outros documentos anexos ao Roteiro. Onde ocorre «[...]» é para indicar que o documento não é legível por causa do mau estado de conservação ou por razões de encadernação defeituosa. A. B. de Bragança Pereira publicou as várias cláusulas do edital na *Etnografia da Índia Portuguesa,* vol. II, pp. 289-293, com mais informação sobre os rituais da tradicional sociedade goesa. A sua versão do edital foi seguida por muitos sem conferir com o texto original.

[2] Membro da mesma clã ou estirpe por varonia.

[3] Prenda.

[4] Uns bolos.

[5] Flores pequenas de cor encarnada e muito usadas para grinaldas em Goa nas ocasiões festivas e para culto religioso.

[6] O noivo e a noiva tinham e ainda costumam ter os seus respectivos atendentes (*deddi* e deddo). São vestígios dos tempos em que os noivos eram crianças segundo o costume hindu de casamentos infantis e precisavam de tais atendentes.

[7] Era talvez para evitar casos em que estes fossem ainda hindus.

[8] Maioral da aldeia ou *ganvkar* principal.

[9] *Muly* era o maioralduma aldeia. Cf. S. Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, II, Coimbra, 1919, p. 78.

[10] *Daly* e *supo* são termos em Konkani para designar cestos feitos da fibra de bambu. Enquanto *daly* era usado para guardar particularmente flores, mas também comestíveis secos, o *supo* era usado para peneirar grão ou para apanhar lixo.

[11] É costume tradicional nas casas rurais da Índia untar o soalho com bosta de vaca. Parece ser uma prática que ajudava a desinfectar o soalho contra pulgas, etc.

[12] O costume ainda continua e é conhecido por *Bhikareanchem jevonn.*

[13] Época da colheita de arroz ou *novem.*

[14] Conserva.

[15] *Pudvem* era a veste tradicional dos homens na Índia em vez das calças. As mulheres usavam *choli* ou blusa com *sari* em lugar de uma peça de vestido.

[16] Pátio embostado em frente das casas. Utilizava-se para secar peixe, bate, etc.

[17] A planta tem vários usos medicinais e provavelmente é por esta razão que veio a fazer parte de culto. A mulher grávida da família tem a obrigação de regar a planta todos os dias depois de dar várias voltas rituais. Era uma maneira de obrigar a mulher grávida a fazer o exercício físico de que ela necessita no estado de gravidez.

[18] O foral de Afonso Mexia (1526) reconhecia estes direitos e privilégios do *ganvkar* principal.

[19] Eram moedas de calaim e tutenag. Eram de pouco valor e o seu nome deriva de *bazar* ou mercado.

DOCUMENTO 15

A Velha Goa

[Poema saudosista de Tomás Ribeiro, 1831-1901. Chegou a Goa como Secretário Geral do Governo em 1870, e deixou, entre outros escritos, *Entre Palmeiras* e *Jornadas*. O seu outro poema muito celebrado tem por objecto o sino da Sé Catedral.]

Eis a cidade morta, a solitária Goa!
Seis templos alvejando entre um palmar enorme!
Eis o Mandovi-Tejo, a oriental Lisboa!
Onde, em jazigo régio, imensa glória dorme.

[...]

Que fazes tu de pé, arco das grandes eras?
Que te sustém no ar, abobada que cismas?!
Passaram para nós as flóreas primaveras,
as músicas da glória, a luz dos áureos prismas.

Pórtico arrendilhado, orgulho da espessura,
Tão nobre, velho e nu... cobri-o trepadeiras!
Deixai-vos afundar no oceano de verdura
Que sobe, cresce e abisma as grimpas derradeiras.

[...]

Nós somos do passado a tímida memória,
Buscando os seus avós no palmeiral funéreo
Que apenas sobredoira um ténue alvor de glória,
Como de fátua luz se esmalta um cemitério.

[...]

Nomes que tanto ergueu a tuba, a lira, a história,
Pachecos, Albuquerques, Almeidas, Gamas, Castros,
Lorena, Alorna, Mello e tanta e tanta glória,
Devem erguer-se à luz de mais propícios astros!

Mas se o formoso sol que a minha mente sonha,
Não rompe a serração nem calma adversos ventos;
Roubando-nos à luz poupai-nos à vergonha!
Caíde sobre nós, heróicos monumentos.

Sino de Oiro

Tange, sino d'oiro, tange
Na velha torre da Sé,
Que se o teu som se refrange
Nos ecos da solidão,
Se das abóbadas rotas,
Que estão ruindo a pedaços,
Te responde o furacão,
Talvez que aos heróis d'Ormuz,
De Chaul, Diu e Ceilão,
Quebres o selo da morte
E acordes o coração.
Era tão grande! tão forte!...
Puderam com tantas mágoas
E ganharam tanta glória
Sobre a terra e sobre as águas,
E são tão vivos na história!

[...]

Tange, sino d'oiro, tange
Na velha torre da Sé,
Que o teu convite inda abrange
Um grande império onde há fé.
Em todo o país da aurora
À tua voz, reverente,

Se descobre, pára e ora
O imenso povo cristão;
A tua voz inda soa
Desde as ruínas de Goa
Até ao flóreo Japão;
Desde Ormuz ao Guzerate,
Desde Timor a Pequim,
Desde Ceilão a Surrate,
Desde Cambaia a Cochim,
Soa sempre! e só desmaia
Nas planuras do Himalaia,
Do sul nos mares sem fim!

[Filinto Cristo Dias, *Esboço da História da Literatura Indo-Portuguesa*, Bastorá, Goa, 1963, pp. 24-25.]

DOCUMENTO 16

Goa

Dezembro. Manhã linda e gloriosa!
Sob a bênção do sol, a Natureza,
Comovida e ridente, canta e reza
A velha prece ardente e misteriosa!...

Passam terrais, em onda harmoniosa,
Espalhando perfumes!... Há beleza,
Frescura, encanto, em toda a redondeza,
A grande paz sagrada e religiosa!

Toda perfume, é um encanto a Goa!
Florida de mil lótus a lagoa
É uma linda noiva engrinaldada!

Terra de rajás, moiras-encantadas,
Diamantes, rubis, pérolas, esmeraldas!...
Eis a ditosa Pátria minha amada!

[Mariano Gracias (1871-1931) de Margão. Diplomado em Direito pela Universidade de Coimbra. *Terra dos Rajás* é uma das suas produções poéticas. Reproduzimos aqui um soneto seu dedicado a Goa.]

[Segue um poema de Adeodato Barreto, escrito em Coimbra, 25 de Janeiro de 1931, e incluído no seu *O Livro da Vida*. Reproduzimos aqui somente alguns versos tirados da Antologia *A Literatura Indo-Portuguesa*, coord. Vimala Devi e Manuel de Seabra, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1971, p. 227-233. O poeta não deixou de ser alvo de perseguição política por causa da sua ideologia nacionalista e anti-colonial, tornando-lhe difícil qualquer colocação oficial digna dos seus talentos e qualificações. Foi um motivo da sua morte prematura.]

Redenção

Goa bela!
Eis o pólen da Vida
que Súria vem verter nos
teus jardins!
Abre à Vida o teu peito:
ao seu beijo fecundo
redimida,
a Natureza juncará teu leito
de mogarins!...

[...]

O Mar, teu velho amante?
Tola a paixão qu'inda
por ele nutres!
Pelos trilhos
do seu dorso gigante,
pombas de brancas asas,
(por dentro abutres
de goela hiante...)
vieram sobre ti banquetear-se
e te servirem fogo em vez de luz
e mancharam teus lares
e queimaram teus filhos,
teus livros, teus tesouros,
teus altares
frias, pálidas mãos alçando
a Cruz!

E com os filhos queimados
com os livros perecidos
os altares derruídos
e os templos profanados,
os teus Deuses te deixaram,
os teus sábios morreram
as virtudes debandaram
e... os abolins feneceram...

Hoje na tua vida
tudo é monotonia:
sem ciência nem cultura, sem
génios nem poetas
vegetas...

Ó Goa bela! Acorda!
Esquece-te e recorda!

Súria = sol
mogarins = flores brancas, pequeninas e cheirosas do tipo de jasmim.

DOCUMENTO 17

Um cântico de louvor a Goa

A Terra!
A Nossa Terra!
Jardim florido,
estendido
do mar à Serra!...
Jardim plantado por Brahma
com própria mão,
jardim que, às vezes parece
a meia lua crescente
que um dardo de Parsurama
ferisse impiedosamente
e, despenhando, viesse
engastar-se no Concão...

Jardim...
Fecundo palmar
que os sândalos do Gate
e o cheiro quente do bate
nas moradas buliçosas,
vão perfumar;
que os regueiros de águas mansas
e rumorosas
vêm regar
e onde as flores mais viçosas
são boquitas de crianças
a galrejar...

[...]

O fim

Chegou a minha vez — ó mãe
é hora: vou partir.
Quando amanhã a aurora
te visitar, na alcova, e a sorrir
vier p'ra ao pé de ti,
já não irás com os braços ao
meu berço
pois te direi baixinho:
«o teu menino já não está ali.»

Mãesinha, vou-me embora...
Mas não vale chorar
esta partida:
Que importa não me veres,
se poderás beijar-me
a toda a hora,
se poderás sentir-me
toda a vida!

Jamais te deixarei, sósinha,
entregue à tua dor...
Noite e dia te seguirei
os passos, como segue
a ovelha perdida
o seu pastor.
Em tua companhia
eu estarei de tarde,
ó minha Mãe,
rumorejando, ao pé,
assim de leve,
entre as roupas do berço
onde eu dormia.
E quando adormeceres
com receio
Pé ante pé, irei com muito
jeito
e meter-me-ei no teu leito
e deitar-me-ei no teu seio...»

[Adeodato Barreto (1905-37), «O livro da Vida». Citado por Filinto Cristo Dias, *Esboço da História da Literatura Indo-Portuguesa*, Bastorá, Goa, 1963, pp. 62-63. Este poeta goês de Margão fez estudos de Direito e Letras em Coimbra, e escreveu na *Índia Nova*, *Seara Nova*, e *Diabo.* Morreu com apenas 32 anos de idade. Foi um propagandista zeloso da cultura hindu. «O fim» foi seu poema de despedida para a sua mãe nas vésperas da sua morte. Reproduzimos somente alguns versos.]

DOCUMENTO 18

Hanv saiba peltodi vetam
Canto folclórico «dulpod»

1. Hanv saiba peltody voitam, Damulea lognaku voitam
   (Vou para a outra banda, Senhor, vou para o casamento do Damu)
2. Payantulim painzonna ditam, Tariri voichi vattu dakoi
   (Dou-te os anéis dos tornozelos, mostra-me o caminho para a passagem do rio)
3. Hatantleo pattuleo ditam, Tariri voichi vattu dakoi
   (Dou-te as manilhas dos meus pulsos, mostra-me o caminho para o barco)
4. Golleantuli gollsori ditam, Tariri voichi vattu dakoi
   (Dou-te a corrente do meu colo, mostra-me o caminho para o barco)
5. Nakantulem noti ditam, Tariri voichi vattu dakoi
   (Dou-te o brinco do meu nariz, mostra-me o caminho para o barco)
6. Maka saiba vattu kollona, Damulea mattuvantu kolvontancho fellu...
   (Desconheço o caminho, no pavilhão de Damu vai haver uma dança de bailarinas...)

BREVE VOCABULÁRIO PRÁTICO EM CONCANI

1 – *Ek*	11 – *Ikra*	21 – *Ekvis*	31 – *Ektis*
2 – *Don*	12 – *Bara*	22 – *Bavis*	32 – *Bot'tis*
3 – *Tin*	13 – *Tera*	23 – *Tevis*	33 – *Tet'tis*
4 – *Chear*	14 – *Chouda*	24 – *Chovis*	34 – *Choutis*
5 – *Panch*	15 – *Pondra*	25 – *Ponchvis*	35 – *Postis*
6 – *Sov*	16 – *Solla*	26 – *Sovis*	36 – *Sot'tis*
7 – *Sat*	17 – *Sotra*	27 – *Satavis*	37 – *Sat'tis*
8 – *Atth*	18 – *Ottra*	28 – *Attavis*	38 – *Att'tis*
9 – *Nou*	19 – *Ekunnis*	29 – *Ekuntis*	39 – *Ekunchallis*
10 – *Dha*	20 – *Vis*	30 – *Tis*	40 – *Challis*

50 – *Pon'nas*
60 – *Satt*
70 – *Sot'tòr*
80 – *Oixim*
90 – *Noi*
100 – *Xembôr*
Anik dhi – *Dá mais.*
Anik ghal – *Põe mais.*
Benk khuim asa? – *Onde fica o banco?*
Bhuk laglea – *Tenho fome.*
Tan laglea – *Tenho sede.*
Bore bhaxen voch – *Vá com Deus.*
Chol iea – *Vamos.*
Voch – *Vai.*
Dev borem korum – *Obrigado.*
Chodd tik naka – *Não quero muito picante*
Fattim – *Por trás.*
Fuddem – *Pela frente.*
Uzvean – *À direita.*
Davean – *À esquerda.*

Gorom zata – *Faz calor.*
Hanv boro nam (bori, borem) –*Não me sinto bem.*
Hanv boro assam (bori, borem) – *Estou bom, boa*, (*boa* quando uma menina fala).
Hoi – *Sim.*
Ietam – *Adeus.*
Kal – *Ontem.*
Aiz – *Hoje.*
Falea – *Amanhã.*
Porvam – *Depois de amanhã.*
Kedna? – *Quando?*
Khuim vetai? – *Onde vais?*
Kitem? – *O quê?*
Kitle poixe? – *Quanto custa?*
Kosso asai (m.), Koxi asai (f.), Koxem asai (n.) – *Como estás? [masculino, feminino e neutro (usado para meninas)].*
Marog, chôdd marog – *Caro, muito caro* (preços).
Matso voizak apoi – *Preciso de um médico.*
Mhaka hotelan vhor – *Leva-me para o hotel.*
Mhaka somzota – *Compreendo.*
Mhaka somzona – *Não compreendo.*
Nam – *Não.*
Nistem, maslli – *peixe.*
Poixe, duddu– *dinheiro.*
Portun ie – *Volte.*
Pottan dukta – *Tenho dor de estômago.*
Puro – *Basta.*
Sovkas voch – *Vai devagar.*
Thamb – *Pare.*
Voch – *Avançe.*
Tôkli fôddta – *Tenho dor de cabeça.*
Upkar kôr – *Por favor*
Veguim – *Rápido.*
Sovkas – *Devagar.*

GLOSSÁRIO

Avatara – Incarnações de deus Vishnu, tais como *matsya, varaha, kurma, Vamana, narasinha, Parasurama, Rama, Khrisna, Kalkin.* São intervenções para libertar a humanidade das forças do mal.
Bhatcar – Senhor da terra, proprietário.
Bhiknnakar – Vendedor de amendoins; negociante de pouca monta; turista indiano em Goa.
Canarês – Língua do estado vizinho de Karnataka (Canará).
Canarim – Cristão de Goa (termo usado com sentido pejorativo nos séculos XVIII-XIX). A língua Concani é também designada por língua canarim nos primeiros séculos da ocupação portuguesa.
Chalukya – Era uma poderosa dinastia medieval no Decão e com sede em Bijapur (Badami) entre os séculos VI e XII. Derrotaram os seus antecessores Rashtrakutas. Promoveram o bramanismo, e durante este período a arquitectura religiosa hindu imitou as grutas dos budistas e jainas.
Concani, Konkani – Língua falada na costa litoral de Concão, língua oficial de Goa e falada por quase 95% da população de 1,3 milhão.
Dhurga – Consorte de Shiva. Representa força turbulenta ou *shakti.*
Fugddi – Dança das meninas batendo palmas.
Gão, ganv – Aldeia.
Gãocar, ganvkar – Habitante da aldeia com direitos de propriedade e administração na aldeia.
Gãocaria – Comunidade da aldeia como organização rural muito antiga na Índia. Era baseada no sistema social e económico das castas e governava-se por lei costumária que em 1526 foi redigida num foral pelo Vedor da Fazenda, Afonso Mexia. A comunidade responsabilizava-se pelo pagamento do foro ao Estado, pela manutenção do culto, e pelas obras públicas e de caridade na aldeia. Somente os filhos machos tinham direito de *gãocaria.* Os *gãocares* tinham uma escala de privilégios segundo a hierarquia das clãs (*vangôdd*) a que pertenciam.

Ganesha – Deus com cabeça de elefante. Era guarda de Parvati e comandante das tropas celestiais. É padroeiro dos escritores e é invocado contra qualquer obstáculo. Promete também colheita abundante. Há muitas lendas míticas sobre o deus Ganesha.

Khazan – Campos ou arrozais nas zonas aluviais e protegidos contra águas salgadas dos rios por meio de diques chamados *manôs*.

Linga – Símbolo fálico e é associado com a força criativa do deus Shiva. Encontra-se nos templos *shivaítas*.

Lingayat – Seita *Vira Shiva* apareceu no século XII em Canará. Presta culto a deus Shiva em forma de *linga*, e rejeita a autoridade das escrituras védicas, a doutrina de transmigração das almas e os casamentos infantis. Aceita casamento das viúvas e odeia os brâmanes. Foi responsável pela destruição de budismo e jainismo nesta parte da Índia. São discípulos de Basava e são grandes negociantes.

Mundcar – Morador numa casita e propriedade do *Bhatcar*. Era obrigado a prestar certos serviços de tipo feudal. Após 1961, o governo eleito com o apoio das classes marginais, incluindo *mundcares*, aboliu o *mundcarato*, e deu aos *mundcares* o direito de habitação e das terras que cultivavam.

Nandi – É o boi, veículo de deus Shiva. É um outro indicador dos templos de culto *shivaíta*.

Panchayat – É os sistema de administração das aldeias introduzido em Goa após 1961. É o sistema tradicional que vigorava noutras partes da Índia. A palavra deriva de *panch* ou tradicionalmente cinco representantes da aldeia, mas o número agora depende do total da população.

Parvati – Deusa, energia de deus Shiva. Também deusa da terra. É também conhecida por Uma, Ambika, Gauri.

Santeri – Culto tribal associado com cobras e tocas das formigas brancas. Essas tocas em forma de montículos de terra forneciam alimento aos nómadas, e dentro das tocas abandonadas pelas formigas refugiavam-se as cobras. A terra destas tocas é muito procurada na Índia para as operações de enxertos nas plantas.

Saraswat – Brâmanes das aldeias de Cortalim e Quelossim em Salcete. A maior parte dos escrivães das aldeias em Goa e ainda noutras partes de Concão pertenciam a este grupo dos brâmanes shivaítas. Existem lendas da sua origem e emigração de Gaur no Nordeste da Índia. São mais exigentes na prática de

vegetarianismo, enquanto os brâmanes vishnuítas de Salcete e Bardez são menos rigorosos e comem peixe, frango, etc. Os *saraswats* levam também o cognome de *Shenvi* ou Sinay, significando mestre, escrivão. Constituem hoje um forte *lobby* social e económico em Goa e são os rivais políticos dos católicos.

Saraswati – Deusa de sabedoria e consorte de deus Brahma.

Tirtha – Tanque ou lavatório em frente dos templos hindus.

ÍNDICE TOPONÍMICO, ANTROPONÍMICO E TEMÁTICO

D

E

F

G

H

I

J